

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**



INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

**PATRIMÔNIO CULTURAL: ENTRE O TRADICIONAL E A
MODERNIDADE COM A CHEGADA DA HIDRELÉTRICA DE
LAJEADO, PORTO NACIONAL - TO**

Autora: Noeci Carvalho Messias

Orientador: Prof. Dr. Roque de Barros Laraia

**Dissertação de Mestrado
Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural
Área de Concentração: Antropologia**

**GOIÂNIA - GO
2004**

NOECI CARVALHO MESSIAS

**PATRIMÔNIO CULTURAL: ENTRE O TRADICIONAL E A
MODERNIDADE COM A CHEGADA DA HIDRELÉTRICA DE
LAJEADO, PORTO NACIONAL - TO**

Dissertação elaborada para avaliação, do
Curso de Mestrado Profissionalizante em
Gestão do Patrimônio Cultural, Área de
Concentração: Antropologia, Instituto
Goiano de Pré-História e Antropologia da
Universidade Católica de Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Roque de Barros
Laraia

GOIÂNIA – GO
2004

NOECI CARVALHO MESSIAS

**PATRIMÔNIO CULTURAL: ENTRE O TRADICIONAL E A
MODERNIDADE COM A CHEGADA DA HIDRELÉTRICA DE
LAJEADO, PORTO NACIONAL - TO**

Dissertação defendida e aprovada em 11 de março de 2004 pela Banca
Examinadora constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Roque de Barros Laraia

Prof^a. Dr^a Ellen F. Woortmann - UNB

Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho - UCG

Dedicatória

À memória de minha mãe,
Jaci Messias de Carvalho, e do
meu avô, Agenor Messias.

AGRADECIMENTOS

Durante a elaboração deste estudo, recebi colaborações diversas: inicialmente, desejo mencionar e agradecer as Instituições que disponibilizaram seu acervo para esta pesquisa: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; Organização Jaime Câmara (CEDOC); Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – 14ª Sub-Regional.

Em Porto Nacional sou profundamente agradecida a todas as pessoas que se dispuseram a prestar depoimentos para esta pesquisa (cujos nomes estão relacionados no final deste trabalho). Especialmente ao José Iramar, pela colaboração inestimável, a quem busquei incontáveis vezes para conferir dados ou buscar novas informações. À Marinete Menezes, por me ter colocado em contato com os ex-moradores da Vila Pirraça. E, também, às pessoas cujo silêncio falou tanto quanto os depoimentos concedidos. Aos meus sobrinhos Glauco, pelas idéias valiosas; Anderson e Glenda por me auxiliarem na árdua busca de material, em Porto Nacional e em Palmas. Aos meus irmãos Romildo e Domingos e à minha cunhada Aderlita, pelas contribuições e apoio.

Em Goiânia, agradeço a Salma Saddi, pela gentileza e doação de material para pesquisa. A Dom Celso pelo carisma e por me ter colocado em contato com outras pessoas; e ao Professor Antônio Luiz Maia que, mesmo com a saúde fragilizada e proibido pelos médicos de falar muito, sentiu-se profundamente extasiado em recordar e me narrar as suas reminiscências dos anos vividos em Porto Nacional.

Minha gratidão ao Professor Dr. Roque Laraia que com toda sua erudição e doçura me orientou neste estudo. E aos membros da Banca Examinadora, Professora Drª Ellen F.

Woortmann e professor Dr. Manuel Ferreira Lima Filho pelas análises e críticas feitas ao trabalho e pelas contribuições estimulantes.

Sou imensamente grata à Professora Mariana Cunha Pereira, pois tenho a sorte de tê-la como amiga, incentivadora e crítica rigorosa, jamais permitindo que eu me esmorecesse. Pelas leituras dos manuscritos e pelos valiosos comentários e sugestões.

Tive a sorte de poder contar com as leituras e sugestões importantes do Professor Dr. Klaas Woortmann, e da Professora Dr^a Márcia Bezerra pelas leituras e inúmeras contribuições valiosas. Por ter sido sempre muito solícita, sensível e pelos empréstimos, doações e indicação de livros.

Não poderia deixar de expressar aqui o meu profundo carinho e agradecimento aos meus colegas de mestrado, com os quais debati e refleti diversas idéias no campo do patrimônio cultural. E de modo muito especial a Adriana Mendonça pelo escaneamento das fotos para ilustrar este trabalho e por compartilharmos lanches, leituras, angústias e sonhos.

À Maria Nilva Fernandes, meu carinho, cujo apoio e amizade têm sido muito importantes para mim. À Isis Maria C. Lustosa pela inestimável colaboração através da leitura e revisão metodológica desta dissertação, pelo empréstimo de material bibliográfico e pela solidariedade em momentos significativos. À Mariléia O. Bispo por ter cedido os mapas que ilustram este trabalho.

Minha gratidão ao Professor Hudson Lustosa, pelo estímulo, apoio moral e companheirismo intelectual.

Finalmente, o meu “muito obrigada” à Edith Lotufo e ao José Roberto da Silva, por gentilmente me terem cedido fotografias de Porto Nacional para ilustrar este trabalho.

O PORTO SUBMERSO

*Um rio quando barragem tem a espinha quebrada.
Vira um rio paralítico, feito um animal vivo
que morre só a metade:
A outra metade viva pulsando solta,
como veia aberta à foice...
Um rio quando barragem anoitece as manhãs
que cultivava...
Dois rios. Separados. Irmãos:
Araguaia, a quem o Karajá chama Berokã,
renda de águas derramadas, labirinto de lagoas
e este Tocantins, sisudo, afeito as pedras, cascalhos,
corredeiras. Perseguem ambos, um
Norte comum. Não se conversam, diz
o mapa, durante quase mil quilômetros.
Agora deram de encarcerar os rios.
Rio é vivente bruto, é medida de tempo.
Tempo às vezes avança, às vezes encalha. Dá voltas.
Retrocede. Urde rebojos. Mergulha em noites
sem termo. Mas rompe. Sempre sabe
encontrar os desvãos, as fendas para
seguir seu curso, como a vida. Um rio
quando barragem estanca. Empanzinado. Confuso.
O futuro escorre pelas frestas disfarçado na
espuma. Escapa como quem carrega
um recado, um pedido de socorro que
possa alcançar o coração de alguém,
um pássaro, um peixe, um bicho, um acaso,
um arco-íris esquecido no balaio de algodão,
capaz de pulsar uma esperança mínima de prosseguir.
Um rio quando barragem tem a
espinha quebrada, vira um rio
paralítico. Conta histórias circulares.
Redige silêncios circulares, mágoas.
Na Serra da Mesa, no Cana-brava os
vãos submersos guardarão os
cemitérios dos Avá-Canoeiros.
Dos Kalungas. O Lajeado vai afogar a margem
das lembranças. A Ilha do Porto Real.
A Carreira Comprida. Haverá um
Porto submerso como em Tucuruí os braços das
árvores apontados para o céu?*

Pedro Tierra

RESUMO

Neste estudo tenho como objetivo mostrar o processo histórico que ocorreu em Porto Nacional com a implementação da hidrelétrica de Lajeado, no rio Tocantins. O que significou para os portuenses as mudanças no patrimônio cultural decorrentes desse “projeto de desenvolvimento”. Também procuro a partir dessa realidade discutir o sentido de modernidade e tradição no contexto da vida social. A pesquisa foi realizada no mês de julho de 2003, com entrevistas de depoimentos sobre esse evento que envolveu os portuenses. Na bibliografia priorizei autores da antropologia que discutem sobre os “grandes projetos”, a identidade, a memória e o patrimônio cultural. E na sociologia aqueles que tratam da tradição e modernidade. Concluo, então, elencando algumas sugestões, para a gestão do patrimônio cultural, no processo específico de Porto Nacional.

ABSTRACT

The following study aims to show the historical process that took place in Porto Nacional when the Lajeado hydroelectric scheme was implanted on the River Tocantins. The meaning for the habitants of Porto Nacional of the changes on the cultural heritage which resulted from this “development project”. I also aim to discuss, from this reality, the meaning of modernity and tradition in the context of social life. The research was carried out in July 2003, with interviews of testimonies about this event which involved the inhabitants of Porto Nacional. In the bibliography, I gave preference to authors of anthropology who discuss “large-scale development projects”, identity, memory and cultural heritage. And in sociology, those authors who deal with tradition and modernity. I conclude, raising some suggestions for the management of cultural heritage, in the specific process of Porto Nacional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
I – O PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO NACIONAL: OS LUGARES COMO REPRESENTAÇÃO DO TRADICIONAL	30
1 - O Centro Histórico.....	33
2 - O Coreto.....	49
3 - O Rio Tocantins.....	66
4 - A Praia de Porto Real.....	78
II – O PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO NACIONAL: (RE) CONFIGURAÇÃO DOS LUGARES COMO EXPRESSÃO DA MODERNIDADE.....	90
1 - A Nova Praia.....	91
2 – A Avenida Beira Rio.....	101
III – TRADIÇÃO E MODERNIDADE: A SEMANA DA CULTURA (RE) AFIRMANDO A IDENTIDADE DOS PORTUENSES.....	117
OBSERVAÇÕES FINAIS: Algumas sugestões para a gestão do patrimônio cultural de Porto Nacional.....	130
FONTES: Colaboradores.....	136
REFERÊNCIAS.....	137
Anexo 1.....	145
Anexo 2.....	146
Anexo 3.....	147
Anexo 4.....	148
Anexo 5.....	149
Anexo 6.....	150
Anexo 7.....	151
Anexo 8.....	152
Anexo 9.....	153

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1: Mapa Físico do Estado do Tocantins – p. 13
- Foto 1: Cruzeiro da praça da catedral, jul/2003 - p. 27
- Foto 2: Detalhes da fachada da catedral, jul/2003 - p. 27
- Foto 3: Antigo coreto da praça da catedral, 198? - p. 27.
- Foto 4: Praça da catedral após a destruição do coreto, jul/2003 - p.28
- Foto 5: Vista da catedral, seminário São José e no entorno, as barracas montadas, na Semana da Cultura, jul/2003 - p. 28
- Foto 6: Casario do centro histórico, jul/2003 - p. 29
- Foto 7: Antigo colégio das irmãs (Caetanato), na rua do Cabaçaco. Hoje prédio da Comsaúde, jul/2003 - p. 29
- Foto 8: Casarios do centro histórico, jul/2003 - p. 86
- Foto 9: Em 1º plano casario; em 2º plano casario sendo reformado, no fundo a catedral, jul/2003 - p. 86
- Foto 10 e 11: Casarios do centro histórico, 198? - p. 87
- Foto 12 e 13: Apresentação do grupo Via Sacra de Teatro, morte e ressurreição de Cristo, na rua da cadeia, 198? - p. 88
- Foto 14: Rua da cadeia, jul/2003 - p. 89
- Foto 15: Vista da nova paisagem, jul/2003 - p. 89
- Foto 15A: Antiga praia de Porto Real, outubro/1997 – p.111
- Foto 15B: Antiga praia da Carreira Comprida, julho/1999 – p. 111
- Foto 16: Vista da antiga praia de Porto Real, 198? - p. 112
- Foto 17: Abertura oficial da temporada de praia, 198? - p. 112
- Foto 18: Show musical, na antiga praia de Porto Real, 198? - p. 113
- Foto 19: Barraca comercial, na antiga praia de Porto Real, 198? - p. 113
- Foto 20: Estacionamento (praia de Porto Real e da Laje), 198? - p. 114
- Foto 21: Travessia de barco para antiga praia de Porto Real, 198? - p. 114
- Fotos 21A, 21B, 21C e 21D – Ilha de Porto Real, praia da Laje e porto dos barqueiros, out/1997 - p. 115
- Foto 22 e 23: Antiga praia de Porto Real, 198? - p. 116
- Foto 24, 25, 26 e 27: Placas, jul/2003 - p. 125
- Fotos 28A, 28B e 28C – Movimentação das máquinas na remodelação do espaço, ago/2001 – p. 126
- Foto 28D – Nova paisagem na praça da catedral, ago/2001 – p. 126
- Foto 29 e 30: Desenho da nova paisagem: lago e avenida Beira Rio, jul/2003 - p. 127
- Foto 31 e 32: Vista da nova praia, jul/2003 - p. 128
- Foto 33, 34, 35, 36, 37 e 38: Apresentações na Semana da Cultura, jul/2003 - p. 129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
- CIAM - Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
- CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural
- COMSAÚDE – Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação
- DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- EIA - Estudo de Impacto Ambiental
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
- IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
- INRC – Inventário Nacional de Referência Cultural
- INVESTCO – Empreendedora responsável pela construção da hidrelétrica Lajeado
- IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MP – Ministério Público
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins
- PCH – Programa de Cidades Históricas
- RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
- SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937)
- SPHAN – Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979)
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



Fonte: Mapa Base do Ministério dos Transportes
 Organização: Lúcio F. M. Adorno
 OBS: Destaques meus

INTRODUÇÃO

O interesse por estudar os problemas que surgem para os portuenses hoje, com a construção da hidrelétrica do Lajeado, está tão associado a minha construção identitária como portuense que, mesmo distanciada por alguns períodos, sinto-me atingida pelos impactos culturais desse ‘projeto de desenvolvimento’. No Estado do Tocantins acompanhei vários conflitos sociais em decorrência de atividades de militância ou de trabalho social que aos poucos foram constituindo a minha formação política e o meu compromisso social.

Recuarei no tempo, no sentido de revelar parte da história de Porto Nacional¹ e especialmente a sua importância enquanto um dos mais significativos núcleos urbanos contribuidores para o desenvolvimento comercial, educacional, religioso, cultural e político da região do antigo norte goiano, hoje Estado do Tocantins. Vejamos abaixo:

Porto Nacional teve um humilde princípio nos primeiros anos do século passado. Começou sendo um simples rancho de “passador”, isto é, de um pobre barqueiro que ganhava a vida “passando” viajantes de um lado ao outro do grande rio Tocantins. O movimento era constante, pois este ponto de travessia, já chamado Porto Real, achava-se entre dois povoados importantes da época, devido as lavras de ouro, que faziam afluir muita gente dos sertões e das capitais de Goiás e Bahia (AUDRIN, 1946, p.54).

¹ Os estudiosos da história colonial de Goiás não sabem precisar a data exata do surgimento de Porto Real (primeiro nome da cidade) mas são diversas as bibliografias que citam os relatos de viajantes fazendo referência ao lugar como um importante centro urbano do norte goiano, no século XVIII. O antropólogo Odair Giralдин (2002, p. 136) observa que a relação entre o arraial de Pontal e Porto Real provocou dúvidas e confusões nos historiadores. Giralдин cita o autor Caio Prado Júnior (1992) em que este afirma que Porto Real foi fundado em 1791, sendo inicialmente um destacamento militar localizado à margem do rio, de onde partiam as embarcações para Belém do Pará. Este destacamento visava também inibir os ataques dos indígenas, especialmente dos Xerente.

Da importância social de porto de passagem para os viajantes da época, situado entre os centros mineradores, Bom Jesus do Pontal² e Monte do Carmo³, até se afirmar como centro de religiosidade católica, pois abrigou a primeira diocese naquela região, Porto Nacional vai se caracterizar também como capital intelectual e cultural do norte.

Assinala Oliveira (1997) que a decadência das minas de ouro e desses dois arraiais fez Porto Real ser beneficiado com a vinda da população de Bom Jesus do Pontal, e a transferência da sede do julgado de Monte do Carmo em 1810 (BORGES & PALACIN, 1987, p.67; OLIVEIRA, 1997, p.12).

Frei José Audrin também faz referência ao acelerado crescimento de Porto Nacional:

Porto Nacional tornou-se rapidamente importante povoação graças aos sobreviventes de Pontal e outros elementos vindos do Carmo. Seus primeiros moradores souberam aproveitar as vantagens da grande artéria fluvial, tornaram-se arrojados navegantes e iniciaram as longas e perigosas viagens anuais, até Palma e o Alto-Tocantins, de onde desciam carregados até Belém do Pará (1946, p. 55).

De modo geral os autores (AUDRIN, 1946; BORGES & PALACIN, 1987; GODINHO, 1988; MAYA, 2003; OLIVEIRA, 1997) fazem referência ao abandono de Pontal sendo este ato decorrente de um doloroso massacre, cujos sobreviventes emigraram definitivamente para Porto Real. Na tradição oral dos portuenses o mito de origem de Porto Nacional está associado ao massacre da população “branca” de Pontal pelos índios Xerente. Em contraposição a estes historiadores e à tradição oral existente em Porto Nacional, Giralдин (2002) procura desconstruir este mito por meio de outra interpretação. Ele explica que por volta de 1810 este fato ocorreu a um grupo de moradores de Pontal que estava garimpando ouro no ribeirão da Matança⁴ e não no arraial, tendo sido todos mortos. Este ataque permaneceu marcado na memória dos habitantes do arraial, e deve ter contribuído para que, a partir daquele momento, gradativamente, algumas famílias abandonassem Pontal, mudando-se para o destacamento de Porto Real. Mas este massacre não foi provavelmente o fator determinante para a extinção do arraial de Pontal. A hipótese deste

² O Arraial de Bom Jesus do Pontal foi fundado em 1738, situado à margem esquerda do rio há 12 quilômetros de Porto Nacional (GODINHO, 1988).

³ Monte do Carmo está situada à margem direita do rio Tocantins a 42 quilômetros de Porto Nacional, fundada em 1741 (op.cit, 1988).

⁴ Local de extração de abundante ouro, nas proximidades do arraial de Pontal (GIRALDIN, 2002, p. 137).

autor é que o crescimento das atividades comerciais e de navegação pelo rio Tocantins levou a população do arraial do Pontal a abandoná-lo, passando assim a viver no crescente arraial de Porto Real (op.cit, 2002, p. 137-138). Para Giralдин a história do ataque permanece como sendo ato fundador de Porto Real e da extinção de Pontal, porque servia como elemento contrastivo que possibilitava a formação de uma identidade. Cardoso de Oliveira (1976) em seus estudos sobre identidade vem afirmando o caráter processual e contrastivo da identidade de um povo. Isto é, aquele que se demarca na construção identitária a partir do encontro com o outro.

O fato é que em razão do crescente desenvolvimento do arraial, em 1831, Porto Real foi elevado à categoria de vila passando a denominar-se Porto Imperial e em 1861 passa à categoria de cidade com a denominação de Porto Nacional (Cf. IBGE, 1958, p.373; FRANCO, 1987; OLIVEIRA, 1997, p. 14).

Entre os séculos XIX e XX, época em que não existia estrada, Porto Nacional desempenhou grande importância na região devido às relações comerciais com Belém do Pará, através do rio Tocantins (OLIVEIRA, 1997, p. 3).

Ao fazer referência ao povoamento de Goiás no século XVIII, Palacin (1986, p. 42) salienta que três zonas se povoaram com uma relativa densidade, sendo que uma delas foi o norte da capitania que compreendia uma extensa zona entre o rio Tocantins e os chapadões dos limites com a Bahia: “nesta região, na sua maior parte ásperas e áridas, encontravam-se algumas povoações dispersas: Arraias, São Félix, Cavalcante, Natividade, Porto Real (Porto Nacional), o arraial mais setentrional⁵”.

Com a vinda dos freis dominicanos em 1886, Porto Nacional se tornou um centro do catolicismo. Os primeiros trabalhos empreendidos pelos religiosos consistiram na fundação de uma escola primária, na formação de uma banda de música, na construção do convento e na colaboração na imprensa local⁶.

Em 8 de agosto de 1904 chegam a Porto Nacional as irmãs dominicanas do Santíssimo Rosário de Monteil, procedentes da França, que foram auxiliar seus irmãos dominicanos do Convento Santa Rosa de Lima que ali desempenhavam atividades ligadas à formação religiosa e educacional. Desde então Porto Nacional tornou-se uma referência no

⁵ Ver também Galvão (1993, p.103).

⁶ Audrin (1946) e Oliveira (1997) fazem referência ao desenvolvimento da imprensa de Porto Nacional. Em 1891 foi fundado o primeiro periódico, a Folha do Norte, o Incentivo em 1901 e em 1905 o Norte de Goiás.

ensino⁷ e de vários municípios e estados do norte fluem jovens para estudar na referida cidade (GODINHO, 1988, p. 75; OLIVEIRA, 1997, p.76).

Não é minha intenção abordar neste estudo a história da presença da ordem dominicana em Porto Nacional, mas apenas registrar que sua atuação representou grande significado e transformações na vida dos portuenses. É correto afirmar que Porto Nacional tornou-se por excelência o centro da cultura do antigo norte goiano em virtude da atuação dessa ordem religiosa. A referência que se faz a Porto Nacional como a capital cultural do norte com certeza é resultante dos trabalhos e dos esforços dedicados pelos freis e freiras que construíram o colégio Sagrado Coração de Jesus (colégio das irmãs), Escola Normal Santo Tomaz de Aquino, a banda de música Santa Cecília, a Lira Santa Tereza, o coral da catedral, o convento Santa Rosa de Lima, o seminário São José e o teatro São José (MAYA, 2003, p.67).

Situo ainda a catedral Nossa Senhora das Mercês, cujo início de construção deu-se em 1894 e a conclusão em 1903. A obra evoca o estilo romântico de Toulouse, na França, região de origem dos seus construtores, sendo os freis Berto e Gabriel os orientadores técnicos da construção. Sem dúvida a obra que melhor marca a contribuição dominicana, talvez por sua beleza arquitetônica singular pela época e lugar. Sua fachada principal está voltada para o oeste, e está localizada em uma praça cercada de casas de arquitetura colonial, que ali já existiam. O material utilizado na obra, desde a fabricação dos tijolos e as enormes telhas coloniais cozidas e feitas com a mistura de barro, água e cinzas amassados com os pés, às margens do ribeirão dos Potes, até as madeiras e as pedras cangas lavradas a machado foram transportadas em carro de boi para o pé da obra. Os alicerces foram formados por paredes de pedras, construídas a partir de dois metros abaixo do nível do solo, por um metro e meio de largura. A maioria das imagens foi trazida da França e outras de Belém do Pará. O primeiro sino, todo em bronze, era também de origem francesa e suas pancadas podiam ser ouvidas a quilômetros de distância (MAYA, 2002, p.20; OLIVEIRA, 1997, p.90; FOLHETO CATEDRAL, 2003).

⁷ Durval Godinho (1988) ressalta que depois da capital de Goiás, Porto Nacional se gabava de ser a primeira cidade goiana a ministrar ensino secundário “[...] naqueles idos Goiás contava apenas com três estabelecimentos de ensino de 2º grau: o Liceu da capital e as escolas de Porto Nacional e Palma (hoje Paranã)”.

O processo de ocupação dessa região está intrinsecamente associado ao transporte fluvial através do rio Tocantins “[...] por sobre as águas desse grande rio corriam toneladas de precioso metal rumo a Lisboa” (IBGE, 1958, p.373). É um rio de significativa importância histórica, política, econômica e de comunicação para a região.

O rio Tocantins é um dos mais importantes rios do Brasil. Ele corre no sentido sul-norte, na região central do território brasileiro. O rio Tocantins nasce na junção dos rios Maranhão e Paranã, no estado de Goiás e dessa confluência até Belém do Pará expõe-se extensamente este rio por cerca de 2.400 quilômetros de extensão. O Tocantins desenvolve a maior parte do seu percurso paralelamente ao seu principal afluente, o rio Araguaia.

O rio Tocantins segundo suas características diversas, ao longo de toda extensão, pode ser dividido em três trechos que compreende:

- a) Alto Tocantins – das nascentes até a Cachoeira Lajeado (1.060 km);
- b) Médio Tocantins – da Cachoeira Lajeado à Cachoeira Itaboca⁸ (980 km);
- c) Baixo Tocantins – da Cachoeira Itaboca à foz (360 km).

Porto Nacional situa-se no trecho Alto Tocantins. Neste trecho há um percurso de difícil navegação compreendido entre a cidade de Peixe e a Cachoeira da antiga Carreira Comprida. O Alto e Médio curso apresentam-se seccionados por inúmeros ressaltos. À medida que se aproxima da região norte as cachoeiras e corredeiras se sucedem com maior frequência (DOLES, 1978, p. 67-69). É neste trecho que se situavam belas praias do rio que se formavam no período da estiagem. A beleza destas estava no desenho que surgia a partir das próprias cachoeiras e corredeiras fazendo um recorte dentro do leito do rio com bancos de areia.

Palacin (1986, p.41) em seus estudos sobre a história de Goiás faz referência à importância do rio Tocantins. Ele salienta que nas primeiras décadas do século XIX a capitania de Goiás encontrava-se em intensa crise econômica, por conta da decadência da mineração. Nesse sentido, D. João, Príncipe Regente, visando os seus objetivos de expansão mercantilista adotou como estratégias “salvadoras” incentivos à agricultura, à pecuária, ao comércio e à navegação dos rios.

Assim, várias medidas resolutivas foram tomadas. Dentre elas quero destacar apenas a incrementação à navegação dos rios Araguaia e Tocantins. “Canoas e montarias

⁸ Com a construção da hidrelétrica de Tucuruí a cachoeira de Itaboca desapareceu.

carregadas de algodão, açúcar, fumo, couros, solas desceram o grande rio indo ter às praças do Pará, principalmente entre os anos de 1805-1808” (PALACIN & MORAES, 1986, p.42).

Campos (1987, p. 41) ao destacar a respeito da situação de isolamento de Goiás ressalta que a mineração e a proibição de utilização de outros caminhos senão os das minas auríferas foram os fatores responsáveis pela suspensão da navegação fluvial pelos rios Araguaia e Tocantins⁹ e pela manutenção do isolamento. A efetiva utilização desses rios teria favorecido o Estado a superar, no passado, o seu isolamento.

Seguindo a linha desse raciocínio, a implementação da hidrelétrica do Lajeado no rio Tocantins é uma apropriação da idéia de que a utilização dos rios Araguaia e Tocantins seria a redenção para tirar o estado do Tocantins da situação de atraso e abandono e torná-lo um estado moderno.

Motter; Lunckes e Mendonça (2002, p.71) assinalam muito apropriadamente que “no discurso, a idéia de progresso e modernidade do Tocantins está ligada a uma apologia de expansão. A vocação do Tocantins como região do eldorado, da esperança e da oportunidade, faz deste um organizador e gestor de políticas territoriais que promovem a expansão através da construção de estradas, ferrovias, hidrovias e principalmente hidrelétricas”.

Não é meu propósito neste estudo mostrar a grandeza quantitativa dos projetos ali desenvolvidos nem os vários impactos ambientais, sociais e culturais, mas fazer uma breve descrição para fundamentar a tese de que a implementação destes caracterizam as perdas do patrimônio cultural para os portuenses.

Os grandes projetos são usualmente denominados *projetos de desenvolvimento*¹⁰ (RIBEIRO, 1991). Ribeiro ressalta que é necessário conhecer a multiplicidade de instituições e de atores sociais envolvidos em seu planejamento e em sua execução para se compreender as características dos chamados “projetos de desenvolvimento”, bem como as mudanças sociais causadas por eles. Tais projetos, além de envolverem complexos relacionamentos entre o capital financeiro, o industrial e os Estados-Nações em diferentes

⁹ A proibição da navegação nos rios Araguaia e Tocantins foi adotada, através do Alvará de 27/10/1733, a fim de combater o contrabando de ouro (PALACIN, & MORAES, 1986;). Ver também (DOLES, 1973; OLIVEIRA,1997).

¹⁰ Grifo do autor.

áreas do planeta, causam enorme desagregação e danos para as populações locais. Eles envolvem uma totalidade complexa de fenômenos humanos. Esses projetos desestruturam os modos tradicionais de viver das populações locais, deslocam e relocalam pessoas e como medidas compensatórias implementam uma nova infra-estrutura muitas vezes alheia às tradições, aos costumes e aos desejos das populações atingidas. E, assim, a paisagem física e social é alterada e redesenhada no sentido de se tornar adequada às necessidades do projeto. Os grandes projetos, no caso do Brasil, são prioritariamente implementados em regiões mais afastadas dos grandes centros e onde a população não tem clareza do que sejam eles e muito menos os direitos que possuem. Tais projetos trazem em seu bojo a proposta de transformar uma determinada região que é considerada atrasada gerando empregos, melhorando a qualidade de vida e, sobretudo, proporcionando desenvolvimento e progresso.

Com a proposta de concretização do discurso de modernidade visando por fim ao ‘atraso’ do Tocantins, está sendo implementado um complexo de hidrelétricas naquele estado, em especial no rio Tocantins. No contexto desse discurso foi construída nesse rio, nos municípios de Lajeado e Miracema, a hidrelétrica do Lajeado que vem com o propósito de modernização do novo Estado.

Os estudos de impacto ambiental (EIA)¹¹ realizados na região de abrangência da hidrelétrica e da formação do lago constataram a riqueza da diversidade da fauna e da flora com elevado número de espécies aquáticas e de brejos, ainda não estudada pela ciência e pouco comum em regiões do cerrado (RIMA, 1996, p.19).

O lançamento da pedra fundamental da hidrelétrica de Lajeado ocorreu em 3 de julho de 1998, quando foi batizada com o nome de *Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães*, em homenagem ao ex-deputado federal da Bahia, falecido naquele ano. Conforme consta no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) a perspectiva da usina é produzir 950 megawatts de energia em um reservatório de 750 Km² de área total.

¹¹ Exigido a partir da Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Esta Resolução é um dos instrumentos da política nacional do meio ambiente que dispõe sobre os procedimentos relativos aos EIA-RIMA, para se iniciar o processo de licenciamento para implantação de empreendimentos que causem danos ao meio ambiente. O patrimônio cultural está parcialmente contemplado nesta Resolução, pois considera como parte do meio sócio-econômico “os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade”. Por conseguinte, devem estar contidos tanto no diagnóstico como na previsão de impactos e proposto nas medidas mitigatórias (MIGLIACIO, 2002, p.67) e disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/leis_internet/geral/licen/resconama186.htm

Enquanto a obra avançava deslanchou-se uma série de atos de resistências ao empreendimento. Assim, várias ações coletivas foram desencadeadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outras entidades sociais. Essas ações consistiam em seminários, audiências e reuniões, no sentido de alertar a população quanto às perdas e aos problemas que iriam lhes causar esse empreendimento, bem como os custos sociais aplicados no projeto. Representantes do movimento foram a Brasília denunciar aos órgãos federais, tais como: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Comissão dos Direitos Humanos, Ministério Público, entre outros, as irregularidades da obra e exigir que os seus direitos fossem respeitados. Simultâneo ao movimento de resistência dos atingidos pela barragem o povo indígena Xerente, embora a jusante, foi impactado e também enfrentou inúmeros conflitos e tensões em seu processo de negociações.

No período de janeiro de 1999 a junho de 2002, morando no Tocantins acompanhei as discussões junto aos movimentos sociais e através da mídia acompanhei a greve dos trabalhadores braçais da hidrelétrica por melhores condições de trabalho; participei de seminários, manifestações e debates em torno dessa problemática e de toda essa mobilização, visto que naquele momento fazia um trabalho de militância no movimento social.

Neste estudo não será possível esboçar os inúmeros conflitos, desafios, avanços e recuos travados pelo movimento de resistência no processo de negociação junto aos atores sociais envolvidos, a saber: empreendedora Investco¹², o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins)¹³, o IBAMA, entre outros. Embora considere estes conflitos profundamente significativos no sentido de questionarem as ações arbitrárias por parte da empreendedora e do poder público. Além de terem revelado um movimento que traz a afirmação do desejo pela manutenção de suas tradições¹⁴.

Em 5 de outubro de 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso participou do acionamento da primeira turbina e com uma frase de efeito disse: “O

¹² Investco – empreendedora da hidrelétrica de Lajeado.

¹³ Naturatins – órgão estadual responsável pelo meio ambiente.

¹⁴ Para saber mais sobre movimento de resistência as barragens ver: R. Parry Scott, 1994.

Tocantins virou mar, virou mundo¹⁵. Ele ressaltou que com essa e outras hidrelétricas que serão construídas o estado vai “inundar o Brasil de eletricidade”.

No contexto das grandes transformações que podem se gerar com essa política de implantação de hidrelétricas no estado do Tocantins, inicio a discussão a partir do patrimônio cultural da cidade de Porto Nacional, dando ênfase ao centro histórico que foi atingido, em consequência da formação do lago da hidrelétrica de Lajeado, no qual estão: a praça da catedral, o coreto e as ruas ladrilhadas com suas casas mais antigas. Pretendo discutir a representação do patrimônio cultural no imaginário dos portuenses. Compreendendo o rio Tocantins como parte do mosaico do centro histórico faço uma reflexão a partir do imaginário de algumas pessoas entrevistadas a respeito do significado do rio e da praia.

Em julho de 2003, participei da Semana da Cultura, da inauguração oficial da nova praia e visitei algumas famílias da antiga Vila Pirraça, que foram realocadas em um bairro de Porto Nacional. Entrevistei diferentes moradores locais e atores sociais, que acompanharam o projeto e os seus impactos sobre a cidade realizando com estes entrevistas formais ou informais, e deles ouvi dezenas de vezes “Tudo acabou”; “Não temos mais o rio”; “O rio era tudo para nós”; “Porto morreu”; “Nós estamos arrasados”; “Estamos em baixa”; “Tudo aquilo que a gente tinha não existe mais”; “Estamos nos sentindo lesados”; “Acabaram com nossa cultura, com nosso lazer”. “Perdemos o rio, que era muito precioso para nós”. Todos os depoimentos evidenciavam perdas, violação, angústias e saudades pela privação de coisas que davam sentido as suas vidas e que foram destruídas.

As mudanças que se processam na cidade de Porto Nacional, em decorrência da construção da hidrelétrica de Lajeado, impõem novas exigências, como por exemplo a necessidade de re-definição de um novo modo de vida, de re-organização e re-construção de um novo espaço geográfico para os moradores. No sentido de acompanhar o tão falado desenvolvimento e modernização para aquela região que até então foi sinônimo de atraso.

A concepção de atraso associada à região norte em detrimento do sul vem de longos anos. Oliveira (1997), em sua dissertação de mestrado *Um Porto no sertão*, faz referências a essas reclamações¹⁶ “A região norte tem permanecido segregada dos grandes centros de

¹⁵ O grifo é meu.

¹⁶ Sobre as condições de atraso da região norte de Goiás ver: PALACIN, 1986, CAMPOS, 1987.

vida e do progresso, sem a mínima e a mais leve comunhão nas vantagens e benefícios prodigalizados ao sul de Goiás” (NORTE DE GOYAZ, nº 13 e nº 21 de 1906 apud OLIVEIRA, 1997, p. 29).

Embora a região norte ao longo de sua trajetória tenha sido considerada como o símbolo do atraso, por outro lado sempre houve a idéia de riquezas em razão da abundância dos recursos naturais especialmente os hídricos. Nesse sentido, com base nas leituras é correto afirmar que a superação do atraso era e continua sendo a exploração do rio Tocantins.

Acredita-se que o rio Tocantins não proporcionou maior progresso àquela região em razão da formação física deste que comporta, ao longo do seu leito, corredeiras e cachoeiras, sendo em muitos lugares pouco profundo. Essas características naturais do rio eram e são entendidas como entraves à navegação, fato que leva ao planejamento e implementação de hidrelétricas porque com o represamento do rio e conseqüentemente com a formação do lago será facilitado o tráfego de barcos de grande porte.

A produção de energia elétrica gera sérios e diversos conflitos, especialmente na esfera social, ambiental e cultural. Sobretudo, nos discursos ideológicos daqueles grupos que têm interesse neste tipo de empreendimentos.

Fico me perguntando: porque tornar submerso tantos valores, saberes e fazeres? Como o estado do Tocantins pretende romper com o atraso e tornar-se moderno, forte, com ‘justiça social’, impondo-se à cultura local? Que modelo de desenvolvimento é esse que privilegia somente o crescimento de bens materiais de um pequeno grupo e despreza os elementos básicos das culturas locais? Que só faz diminuir a intensidade das relações sociais? E as potencialidades de riquezas ainda não conhecidas?

Não é minha pretensão responder a essas perguntas, mas apenas mostrar, através de depoimentos, os impactos negativos sofridos por moradores da cidade.

Realizei uma pesquisa de campo, combinada a uma pesquisa documental e bibliográfica que consistiu especialmente em história oral, posto que a minha compreensão é de que a oralidade é profundamente significativa para a reconstrução da história. Como bem nos lembra Thompson (1992):

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral

pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação. Pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (p. 22).

Através da metodologia utilizada – oralidade – procurei manter um vínculo entre o passado e o presente e assim interpretar a continuidade e manutenção da memória coletiva no que se refere ao patrimônio cultural da cidade de Porto Nacional. Considerando que a realidade é complexa e multifacetada acredito que ao dar voz aos múltiplos e diferentes narradores estarei possibilitando novas versões da história de uma maneira mais democrática, isto é, este tipo de estudo permite construir a história a partir das palavras dos sujeitos anônimos que vivenciaram e participaram desse fato histórico. Em outras palavras, valorizo a riqueza do discurso daquelas pessoas que, diante da força e do poder de tais projetos de desenvolvimento, parecem não ter voz.

Devido à natureza desse tema um problema que enfrentei está diretamente associado ao uso da oralidade como metodologia de pesquisa e a busca de material documental. Muitos foram aqueles que se negaram a conceder depoimento/entrevista, uma vez que relembrar o tema é sofrer duas vezes; para outros se constitui sinônimo de medo e repressão e ainda há aqueles que os interesses não o permitiram contribuir com o acesso às informações. Entre os primeiros estavam as pessoas mais simples que aos ‘trancos e barrancos’ na emoção de suas falas acabavam por fazer relatos muitas vezes fragmentados ou incompletos. Os segundos foram os que ideologicamente estavam tolhidos porque de alguma forma ainda mantinham vínculos com o poder local através de programas assistenciais. E, por fim, aqueles que procurei para ter acesso a documentos fundamentais para a reconstituição do processo que desencadeou a construção da hidrelétrica e o processo de discussão numa visão governamental e empresarial. Tudo isso ainda se tornava mais difícil porque eu estava fazendo uso do registro gravado, o que inibia algumas pessoas. Optei posteriormente por transcrever todas as fitas.

Ecléa Bosi chama atenção que a arte da narração não está confinada em livros. Seu veio épico é a oralidade. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que a escutam. Eis como vê a autora: “Seu talento de narrar vem da

experiência; sua lição ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo” (1994, p. 85-91).

Pesquisei, também, em fontes iconográficas, audiovisuais (vídeo e *CDs*), jornais e periódicos, embora concorde com Ribeiro (1991, p.32) quando afirma que há dois problemas que se interpenetram neste último tipo de fonte citado. “Primeiro a censura de informação, algo típico de regimes autoritários [...]. Segundo e mais difuso e aparentemente independente de regime político, a manipulação de informações para fins políticos e econômicos”.

Minha intenção é que este estudo expresse a ênfase que estou dando à cultura, entendida aqui sobre os diferentes valores identitários cotidianos que os sujeitos sociais construíram historicamente e que, portanto, se constituem em nosso patrimônio cultural.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo são analisados o patrimônio cultural de Porto Nacional, onde focalizei quatro ícones como o centro histórico, o coreto, o rio e a praia que representavam “lugares de memória” entendidos também como traços da cultura tradicional.

A nova praia e a avenida Beira Rio são assuntos do segundo capítulo que aqui são enfocados como ícones da modernidade que foram introduzidos na cidades de Porto Nacional como medidas compensatórias, tendo em vista as perdas sofridas.

No terceiro capítulo tradição e modernidade - a Semana da Cultura re-afirmando a identidade dos portuenses discuto como esses moradores estão vivenciando entre os conceitos de tradicional e modernidade a representação do seu patrimônio cultural e daí reconstruindo uma nova identidade.

E as observações finais que à guisa de conclusão me permitem ainda analisar as leis sobre preservação e proteção do patrimônio cultural para pensar a experiência de Porto Nacional. Ressalto quão distante estão tais leis e os fatos em si, quando estas são suprimidas frente a interesses ideológicos e/ou particulares. Finalizo apontando algumas sugestões para a gestão do patrimônio cultural de Porto Nacional.

Espero que este estudo a respeito do patrimônio cultural violado, bem como a re-configuração dos espaços e lugares da cidade, possa mostrar como os grandes projetos tiram o brilho da vida e especialmente esmagam a auto-estima das pessoas que vivem nessas comunidades. A memória é nesse contexto de violação e deslocamentos uma aliada

nos processos de reconstrução identitárias, posto que os indivíduos reconstroem seus significados sempre a partir do que lembram de sua história. Desse modo os grandes projetos não conseguem apagar e nem tornar submersa a memória individual e coletiva dessas populações.



Foto 1 e 2: Noeci Carvalho
Cruzeiro na praça da Catedral -julho/2003



Foto 2
Detalhes da fachada da Catedral -julho/2003



Foto 3: Jose Iramar
Antigo coreto da praça da Catedral -198?



Foto 4 e 5 : Noeci Carvalho
Praça da Catedral após a destruição do coreto -julho/2003



Foto 5
Vista da Catedral e Seminario São José e no entorno,
barracas montadas na Semana da Cultura -julho/2003



Foto 6 e 7 : Noeci Carvalho
Casario do centro historico -julho/2003



Foto 7
Antigo Colegio das Irmãs (Caetanato), na rua do Cabaçaco.
Hoje, predio da Comsaude -julho/2003

I – O PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO NACIONAL: OS LUGARES COMO REPRESENTAÇÃO DO TRADICIONAL

As Ruas do Povo

*[...] As ruas do povo são outras
contadas por nomes do arco-da-velha
Rua do Pau d'Óleo,
Do Recantão, Rua do Buraquim,
Rua Grande (dois quarteirões ...)
Rua das Flores, Rua do Vai-quem-quer,
Da Cadeia, Rua das Pombinhas,
Rua do Buracão, da Lavandeira
Rua da Baixa (tocaiada pelo rio)
Rua do Cabaçaco (janelas fechadas, gemidos noturnos,
fantasmas antigos, - tão antigos que ninguém
lhes dá importância – e uma ninhada inesgotável
de meninos povoando o casario).
As ruas do povo
encobertas pelos rios do silêncio,
pelos rios da palavra morta:
Rua Doutor Fulano, o agiota,
Rua Coronel Sicrano, grileiro,
as placas nas esquinas como lápides.
Sobem morro, cortam cerrados,
cobertas de pó buscam o rio,
dançando ladeira abaixo,
as ruas do povo.*

Pedro Tierra

Tolstoi ensinou: “Se queres ser universal fale sobre sua aldeia”. Talvez seja por isso que Vinícius de Moraes não escondeu sua paixão pelo Rio de Janeiro; Carlos Drummond de Andrade escreveu sobre sua Itabira; Pablo Neruda “Te irás, hermano, com la que elegistes.

Tendrás razón, pero estaremos tistes, que hará Santiago Sin Thiago de Chile”; Mário Quintana sobre sua Porto Alegre e ele dizia que a cidade é uma extensão do nosso corpo e por isso ela precisa ser olhada com o coração; Cora Coralina com “suas mãos pequenas e curtas de mulher” ajudou no tempero para transformar a cidade de Goiás em patrimônio cultural da humanidade; saindo de seu ninho Patativa do Assaré entoou o seu canto patativano e tornou-se universal; Jorge Luís Borges “profundamente argentino” poetiza Buenos Aires; e tantos e tantos outros poetas e poetizas cantam e poetizam as suas raízes. Porto Nacional sempre inspirou Pedro Tierra.

O que estou querendo dizer é que as cidades estão sempre engendradas nas indagações, nas angústias e nas alegrias dos poetas. As cidades são como seres vivos e por isso é fundamental que não destruamos as referências culturais que são próprias de cada cidade. É preciso que não arranquemos a raiz do nosso corpo, parafraseando Mário Quintana. E Ana Carmen Amorin Jara Casco (2001, p.88) observa que é “necessária a atenção de um amante em relação ao ser amado para reconhecer os traços desta cidade que se transforma, se fragmenta e permanece”.

Silva (1994) contribui para elucidar muito apropriadamente sobre o que irei mostrar neste capítulo. Eis o que diz o autor:

“[...] As cidades são também o cenário de um processo de acumulação de valores históricos e de práticas sociais vividas por seus moradores. O conjunto desses valores; e que constitui sua marca, sua identidade. Para que essa identidade não se apague, ao contrário, evolua, é necessário assegurar a convivência dialética entre os novos e os antigos valores” (p.10).

Neste capítulo o meu intuito foi fazer um recorte dando ênfase aos ícones do patrimônio cultural tradicional dos portuenses que tiveram suas raízes abaladas. Associo Porto Nacional, hoje, como Monteiro Lobato (1995, p.21) se referiu às cidades mortas “[...] Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito”. Foi o que ouvi de vários moradores: “Porto Nacional já teve praia, já teve rio, já teve sistema de saúde de primeira qualidade. Porto acabou”.

Embora tenhamos para fins legais uma legislação que amplia o conceito de patrimônio cultural, mas ela não é ainda capaz de impedir ou barrar a implementação de

grandes empreendimentos, como por exemplo a hidrelétrica de Lajeado, que destruiu parte da cidade de Porto Nacional.

Numa interferência feita numa reunião científica e tecnológica de alto nível, realizada em São Paulo, em que eram confrontadas duas escalas da realidade brasileira, Aloísio Magalhães¹⁷ (1997) narra este importante episódio em que ele dizia não saber intervir, como entrar na conversa. Então vejamos o que ele diz:

[...] E de repente me lembrei, não sei se intuitivamente, me virei, interrompi a reunião e disse bem alto: E Triunfo? Aí a reunião parou, [...] Quando você viaja pelo sertão de Pernambuco, a partir de Serra Talhada, você avista o primeiro grande maciço dos chapadões de Araripe. E esse maciço que constitui verdadeiramente o nome daquele lugar, que é o contraforte do chapadão aí, Serra Talhada, tem uma estrada que você sobe. Você começa a percorrer essa estrada, vai subindo o chapadão do Araripe, e vai mudando a paisagem, e começam a aparecer árvores, frutas, fruta-de-conde, uma série de pequenos sítios, a construção muda, uma construção freqüente de pedras, pedra seca, muros e cerca de pedra seca. Toda a paisagem vai mudando à proporção que você vai subindo a Serra do Araripe. E quando você chega a mil metros de altura, numa curva de estrada, você avista a cidade de Triunfo. Tem um açude parado, refletindo a cidade, uma pequena cidade no topo da Serra do Araripe, harmoniosa, uma cidade antiga, com as ruas, as praças, os prédios de dois andares. Uma escada humana perfeitamente mantida, uma densidade correta. E eu entrei na cidade, parei numa praça, saltei do carro e, como nós todos, tentei fotografar Triunfo, absorver Triunfo, chupar Triunfo pela tecnologia da máquina. E quando estava fotografando a cidade, eu ouvi, vi um sinal, que era uma voz que fazia psiu psiu. Olhei, vinha de um sobrado que tinha na praça. Tinha uns galpões, uma varanda no sobrado e tinha uma moça sentada no chão, lendo um livro, e ela virou-se para mim e disse: “A vista aqui em cima é mais bonita”. E me convidou para subir e eu subi para fotografar Triunfo. E daí eu saí com essa moça para ver Triunfo, o colégio das freiras belgas, o convento dos franciscanos, o lugar onde as mulheres lavam roupas, que tem uma fonte para lavar roupa. Enfim, todo um processo de harmonia entre ecologia e necessidades técnicas, toda uma forma de vida que a meu ver tem uma representatividade imensa e que nada tinha a ver com a escala da discussão em que nós estávamos (p. 49-50).

O fato é que para Aloísio Magalhães aquela foi a única forma que ele conseguiu vislumbrar, naquele momento, para dizer que existe a cidade de Triunfo. Por isso, fiz esta

¹⁷ Aloísio Magalhães foi Diretor-Geral do IPHAN de março de 1979 a junho de 1982. Aloísio faleceu aos 55 anos incompletos, em 13 de junho de 1982, quando participava em Veneza da reunião dos Ministros da Cultura dos Países Latinos, onde ele estava representando o Brasil.

grande citação para dizer que existe a cidade de Porto Nacional. E que foram criadas situações que nada tinham a ver com a harmonia daquela cidade e que a afetaram profundamente. Eu poderia dizer que a cidade de Porto Nacional foi marcada por uma violenta **destruição deliberada**¹⁸, para usar a expressão de Françoise Choay¹⁹.

O centro histórico, o coreto, o rio, a praia não representavam apenas componentes ou elementos da natureza ou a edificação simplesmente. Eles eram simultaneamente integrados nos detalhes da vida cotidiana e por isso tinham significados singulares. Eles eram uma apropriação simbólica e econômica.

1 – O Centro Histórico

A concepção de patrimônio cultural com a qual trabalho define ser tudo aquilo cuja perda empobrece a humanidade. Nesse sentido, patrimônio é sinônimo de preservação, pois tudo aquilo que não se protege desaparece, o que constitui perda irreparável para os valores da vida social. Quando preservamos um patrimônio estamos preservando vários aspectos dele, como por exemplo às mãos que o fizeram e como fizeram. Ou seja, os saberes e os fazeres.

O centro histórico de Porto Nacional representa uma parte do patrimônio cultural que vem sofrendo inúmeras agressões, mesmo antes da instalação da hidrelétrica. Isto porque, como ocorre com outras cidades de arquitetura colonial no Brasil, o processo de desenvolvimento urbano atrai algumas variáveis que vão interferindo na paisagem histórica da cidade.

A paisagem é uma referência muito forte na vida das pessoas, posto que ela é construída cotidianamente. O lado afetivo e simbólico, por exemplo: o canto de um pássaro que lembra uma pessoa querida, ou uma árvore que lembra a infância. O ser humano não é somente um triângulo compreendido, digamos de água, território e alimento, como afirmam alguns. Nós não vivemos somente de comer, beber e morar. Temos os nossos valores, as nossas crenças, fé, amor e esperança. E essas coisas abrangem a natureza. Nesse contexto quando falo em patrimônio cultural estou trabalhando com a noção de meio ambiente

¹⁸ O grifo é meu.

¹⁹ Op. cit.

cultural, isto é, acredito que não é possível dissociar a questão cultural da ambiental, uma vez que o patrimônio natural é concebido como produto da ação dos seres humanos. Portanto, uma expressão da cultura.

É por isso que neste capítulo poderá ser constatado através dos depoimentos que as perdas sofridas por aquele povo, os lugares âncoras da memória de uma geração dos portuenses são aqueles relacionados ao centro histórico, o coreto, o rio e a praia. São lugares que foram construídos ao longo do tempo e que significavam simbolicamente relações de afetividade e de convivência. Eles são representados na memória dos moradores como um espaço de sociabilidade. Halbwachs (1990) explica que os espaços são categorias essenciais para se compreender a identidade de um povo e que as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. Diz o autor:

Nosso entorno material leva ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira segundo a qual estão dispostos, o arranjo dos cômodos onde vivemos, lembram-nos nossa família e os amigos que víamos geralmente neste quadro. [...] Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo. [...] Os acontecimentos excepcionais também têm lugar neste quadro espacial (1990, p.131-133).

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizada em Nairóbi, em 1976, considerou que os centros históricos constituem lugares âncoras por terem adquirido com o tempo uma significação cultural o que os torna dignos de proteção, por parte do poder público. Vejamos:

Os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, assegurando ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares; [...] e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais no planejamento das áreas urbanas e no ordenamento dos espaços [...] (IPHAN, 2000, p. 217).

Porém, antes de discutir o centro histórico de Porto Nacional farei uma breve reflexão sobre o panorama da teoria do patrimônio cultural.

O conceito de bens culturais esteve durante muito tempo associado ao patrimônio edificado. Com o passar do tempo esse conceito se ampliou abarcando elementos do passado, recursos naturais, conjunto de conhecimentos acumulados, os vínculos do ser humano com a natureza, os modos de vida e testemunhos culturais. Do ponto de vista legal a Constituição Federal de 1988 representa um avanço em termos da noção de patrimônio. O artigo 216 estabelece que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

I - as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Neste enunciado verifica-se que são inseridos bens de diferente natureza: imaterial e material. A abrangência e amplitude deste disposto na Constituição Federal de 1988 estabelece novos paradigmas para o campo do patrimônio cultural, bem como um desafio ao poder público e comunidade no sentido de implementar ações de preservação, proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro.

Néstor García Canclini (1994) observa que de acordo com as condições históricas, sociais e comunicacionais dos tempos atuais o patrimônio cultural não consiste apenas dos bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas. Assim, podemos ver:

[...] também se compõe dos produtos da cultura popular: música indígena, textos de camponeses e operários sistemas de autoconstrução e preservação dos bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais (p. 96).

Existem diversas possibilidades legais de preservação do patrimônio cultural, bem como atividades administrativas que podem ser implementadas com esta finalidade, tais como: ações de fomentos, programas, planejamento urbano, preservação das áreas de interesse cultural e ambiental, entre outros. A competência para legislar sobre o patrimônio cultural não é somente exclusiva do poder público federal, mas também das esferas estaduais e municipais. Esse é o entendimento que advém do artigo 22, combinado com o artigo 30 da Constituição Federal de 1988.

No Brasil, o mais conhecido instrumento legal de preservação é o Decreto-Lei 25, de 30/11/1937, que dispõe sobre o tombamento de bens culturais. Porém, outros instrumentos legais existem, tais como: a Lei 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre a preservação de monumentos arqueológicos e pré-históricos. A Lei 4.845, de 19 de novembro de 1965, que proíbe a saída, para o exterior, de obras de artes e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico. E mais recentemente o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e dá outras providências²⁰ (IPHAN, 2003). Este decreto é resultado da política patrimonial pensada pelo intelectual Mário de Andrade, na década de 30. Mário de Andrade foi o mentor intelectual do surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)²¹ que em 1936, por recomendação do Ministro da Educação e Cultura Gustavo Capanema, elabora o anteprojeto para a criação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural, o qual começa a funcionar em caráter provisório, sob a direção do carismático Rodrigo Melo Franco de Andrade. Lemos (1984) salienta que no anteprojeto do patrimônio cultural Mário de Andrade arrolava os bens culturais dentro de

²⁰ Sobre os trabalhos que culminaram na publicação desse decreto ver: O registro do patrimônio imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial, 2003. Citado nas referências.

²¹ Em 1946 o SPHAN passa a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1967 Rodrigo de Melo Franco de Andrade se aposenta, entregando a direção do DPHAN a Renato Soeiro. Em 1970 o DPHAN se transforma em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1979 há uma fusão do antigo Instituto com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e com o Programa de Cidades Históricas (PCH) que vieram formar a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória), sob a direção de Aloísio Magalhães. Em 1990 o então Presidente Fernando Collor de Mello realiza o “desmantelamento” da área cultural, que extingue a SPHAN e cria o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). (FONSECA, 1997, MAGALHÃES, 1997).

uma sistemática somente hoje divulgada pelas entidades e recomendações internacionais. Aquele intelectual incluía todas as manifestações culturais do homem brasileiro. Fonseca (1997, p.108) observa que Mário de Andrade, no seu anteprojeto, “desenvolveu uma concepção de patrimônio extremamente avançada para o seu tempo”, antecipando, inclusive, alguns preceitos da Carta de Veneza, de 1964. Santos (1992) observa que Mário de Andrade foi um estudioso apaixonado pelas manifestações culturais brasileiras. Nesse sentido os pensamentos de Mário de Andrade e de Aloísio Magalhães continuam atuais. Vejamos abaixo:

Ocorre, entretanto, que o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnado de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens da criação individual espontânea, obras que constituem o nosso acervo artístico (música, literatura, cinema, artes plásticas, arquitetura, teatro), quase sempre de apreciação elitista. Aos primeiros deve-se garantir a proteção que merecem e a possibilidade de difusão que os torne amplamente conhecidos. Deles podem provir as referências para a compreensão de nossa trajetória como cultura e os indicadores para uma projeção no futuro. Quanto aos segundos, basta assegurar-lhes a liberdade de expressão e os recursos necessários à sua melhor concretização.

Permeando essas duas categorias existe uma vasta gama de bens – procedentes sobretudo do fazer popular – que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade. Além disso, é deles e de sua reiterada presença que surgem expressões de síntese de valor criativo que constitui o objeto de arte (1997, p. 60).

No âmbito internacional existe uma coleção de documentos denominados *Cartas Patrimoniais* que são o resultado dos encontros relativos à preservação e à valorização do patrimônio cultural. Esses encontros ocorreram em diversas épocas e partes do mundo. Embora não seja foco privilegiado a análise destes documentos, quero enfatizar que ao longo do tempo, cronologicamente falando, ao fazer uma leitura deles observa-se uma gradativa evolução de pensamento preservacionista. A princípio a preocupação consistiu na proteção de monumentos e o seu entorno (Carta de Atenas, 1931; Carta de Veneza, 1964). Posteriormente a proteção é estendida aos conjuntos arquitetônicos (Carta de Nairóbi, 1976). A proteção do meio ambiente e a garantia de qualidade de vida aparecem na década

de sessenta, mas somente a partir dos anos oitenta é que toma forma a percepção de que os fatos culturais estão necessários e intimamente ligados aos recursos naturais (Declaração de Estocolmo, 1972; Convenção sobre a salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, Paris, 1972; Declaração de Nairóbi, 1982; Carta do Rio, 1992). Nos documentos mais recentes observa-se a preocupação com a cultura popular, o patrimônio imaterial e os valores e referências locais, além das universais (Conferência Geral da UNESCO, Paris, 1989) (IPHAN, 2000).

Em relação a Porto Nacional é impossível dissociar esta cidade do seu centro histórico compreendido com suas ruas estreitas, poetizadas na epígrafe deste capítulo, (do Cabaçaco, do Pau d'Óleo, Grande, do Buracão, das Pombinhas, etc), os casarios e os prédios antigos, tais como: a catedral Nossa Senhora das Mercês, o Caetanato, a cadeia pública, o paço municipal, o seminário São José, o abrigo e tantos mais. Em outras palavras, a catedral e o seu entorno constitui um importante marco de referência para os moradores portuenses. Durante a pesquisa um fato chamou-me atenção com relação à catedral. É que talvez ela seja tão importante quanto o rio para os portuenses. No entanto, observei que as pessoas não falam da catedral, como falam do rio, das praias, e do coreto, dando claras evidências de que estão preocupados com aquilo que se perdeu. O contrário da catedral que permaneceu.

O centro histórico vai além do patrimônio edificado. Ele é utilizado para a realização das manifestações tradicionais locais, tais como: a Semana da Cultura que irei focalizar no terceiro capítulo deste estudo e as festas religiosas. Entre elas pode-se destacar os trabalhos realizados pela Companhia de Dança Chama Viva, o Projeto Andanças, o Grupo de Teatro Gruonto²² e o Grupo Via Sacra, que durante a Semana Santa encena “a paixão e morte de Cristo” que além de Porto Nacional percorre vários municípios do estado do Tocantins. Além dessas manifestações, outras relações são tecidas coletivamente conferindo aos moradores sentimento de pertencimento com aquele lugar, tendo em vista, que o centro histórico é considerado um espaço de diálogo. Seja dos namoros na esquina; nos jogos de dama toda tarde na calçada; das crianças que jogam pedras no casario assombrado; nos quintais entre micos, galinhas e plantas; também nos prostíbulos; na descida para o rio.

²² Gruonto – Grupo de Consciência Negra do Tocantins.

Maria José, professora, membro da Comsaúde²³ e moradora do centro histórico, conta que em 1992 alguns moradores da rua do Cabaçaco²⁴ juntamente com dois arquitetos²⁵ e a Comsaúde decidiram conversar com os moradores do centro histórico para não modificarem a estrutura das casas, principalmente a fachada. A partir daí criou-se a Associação dos Amigos do Centro Histórico, composta por pessoas moradoras e não moradoras do mesmo e que têm muita preocupação com a preservação do patrimônio arquitetônico, bem como o interesse pelo tombamento. Neste contexto o objetivo inicial da Associação consistia em orientar os moradores quanto à importância da preservação das casas antigas.

Com o tempo alguns moradores mudaram para outras cidades, como Palmas, algumas pessoas mais velhas morreram resultando assim na desarticulação da Associação. E aí foram chegando novos moradores que não têm interesse na preservação, especialmente por não conhecerem a história da cidade e com isso muitas casas estão sendo modificadas completamente. Vejo aqui, como significativo o pensamento de Giddens (1991) quando salienta que a tradição não é estática, mas reinventada a cada nova geração:

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes. A tradição não só resiste a mudança como pertence a um contexto no qual há, separados, poucos marcadores temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa (p. 44).

²³ Comsaúde – Comunidade de Saúde Desenvolvimento e Educação - é uma organização não governamental, filantrópica, fundada em 10/6/1969, por uma equipe de profissionais da Saúde, que tem como objetivo a promoção do homem da região através da sua organização política, cultural e social, visando melhores condições de vida para os portuenses. Está sediada na rua do Cabaçaco, no prédio do antigo colégio das irmãs dominicanas.

²⁴ Rua do Cabaçaco – o nome oficial é rua Coronel Pinheiro - uma rua antiga, estreita, com casarões entre eles muitos ainda conservam o modelo original, como por exemplo o primeiro colégio das irmãs dominicanas, onde funciona atualmente a Comsaúde.

²⁵ Os arquitetos Eduardo Manzano Filho e Humberto Cerqueira.

Maria José lamenta a atitude do poder econômico da Investco, do Estado e do Município que em razão da construção da hidrelétrica destruíram muitas casas do centro histórico para construir a avenida Beira Rio. Ela ressalta que “a referência que era o coreto na frente da catedral foi totalmente destruída para ser construída uma praça que não tem nada a ver com a arquitetura da catedral. É um monte de concreto que não tem nada a ver com a arquitetura do centro histórico [...]”.

Para compreender melhor este caráter da destruição do patrimônio cultural, representado pelas edificações, recorri à exposição de Françoise Choay (2001). A autora assinala muito apropriadamente a destruição deliberada de monumentos especialmente na Europa, onde a noção de monumentos históricos e as práticas de conservação tiveram origem e por muito tempo haviam ficado circunscritas. Para se ter uma idéia a primeira Conferência Internacional para Conservação dos Monumentos Históricos, que foi realizada em Atenas em 1931, contou com a presença somente de europeus. A segunda, em 1964 em Veneza, teve a participação de três países não europeus: Tunísia, México e Peru. Só após quinze anos, oitenta países dos cinco continentes haviam assinado a Convenção do Patrimônio Mundial (op.cit, p.14).

Françoise Choay considera ainda que na França a tradição de destruição construtiva e de modernização,

[...] serve atualmente de justificativa a grande número de autoridades para sua oposição aos pareceres dos arquitetos dos edifícios franceses, das Comissões dos Monumentos Históricos e dos setores sob proteção do Estado. Foi em nome do progresso técnico e social e da melhoria das condições de vida de seu entorno que se substituiu o teatro de Nîmes, elemento-chave de um conjunto neoclássico único na região, por um centro cultural polivalente. O mesmo se dá nos países do Magreb e no Oriente Próximo que ainda usam os mesmos argumentos para justificar a destruição ou a adulteração dos bairros mulçumanos: na Tunísia, assim como na Síria ou no Irã, a vontade política de modernização foi auxiliada pela ideologia do movimento dos CIAM²⁶ e de suas vedetes (id.,ibid., 2001, p.16).

²⁶ Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, fundados em 1928, em Sarraz, Suíça.

Também, em Porto Nacional, foi em nome do progresso e de melhores condições de vida para a população que várias casas, árvores e o coreto, que compunham o centro histórico, foram substituídos por uma avenida [Beira Rio] e uma praça concretada.

Em relação à preservação do centro histórico de Porto Nacional, a moradora Maria José alega que não havia e ainda não há uma Lei Municipal que garanta a preservação dos casarios, no sentido de impedir que as pessoas não destruam suas casas, ou que façam reformas modificando a estrutura ou as fachadas das casas. Ela afirma que o Executivo e o Legislativo nunca tiveram interesse em fazer essa Lei. No entanto foi criado, sob a Lei nº 1.426/93, o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico de Porto Nacional, mas não saiu do papel (Anexo:1).

Fato semelhante aconteceu em outras localidades do Brasil antes da criação do atual IPHAN em que uma série de movimentos, desde 1920, na verdade não conseguiram ter maior conseqüência, inclusive porque a Constituição Brasileira vigente não dava suporte, posto que era uma Constituição baseada no direito de propriedade absoluta. A propriedade privada não era vista como uma função social e como tal não se permitia nenhuma restrição ao direito da propriedade. Para se ter idéia, em 1924 Minas Gerais tenta proteger seus monumentos, mas a Legislação Federal não dava suporte. Em 1927, a Bahia também tenta, mas não teve oportunidade de vigência, pois esbarrava nessa dificuldade da Constituição Brasileira (COELHO & VALVA, 2001; LEMOS, 1984; SOUZA FILHO, 1999). Mas, apesar disto, em 1933 o Congresso Nacional decreta Ouro Preto como Monumento Nacional.

O fato é que a Comsaúde está com a idéia de reativar a Associação dos Amigos do Centro Histórico, com o intuito de preservar o que ainda resta, no centro histórico, como por exemplo, o prédio da Comsaúde, a casa dos Pedreiras, a catedral, o seminário São José, e outros. Nesse sentido, estão buscando o tombamento, via Fundação Cultural do estado do Tocantins²⁷.

Maria José teme a demora do processo de tombamento, posto que as pessoas não entendem o que o mesmo significa. Segundo ela, essa questão precisaria ser trabalhada com a população, mostrando as vantagens e desvantagens, mas não pode demorar muito, pois as

²⁷ É o órgão estadual responsável pela preservação e proteção do patrimônio cultural, situado em Palmas, TO.

peças começaram a reformar ou demolir as suas casas a partir do momento em que ficaram sabendo dessa possibilidade.

O instrumento legislativo que organiza a proteção do patrimônio cultural no Brasil, Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, anteriormente citado, é uma fonte de direito excepcional. Ele fala sobre as consequências jurídicas do fato, fala das responsabilidades do proprietário e do poder público de modo amplo, simples e com precisão. É uma lei antiga, porém moderna. Esse Decreto foi elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que tinha larga experiência jurídica (FONSECA, 1997, p. 114).

Um bem cultural para ser tombado e incluso em um dos quatro livros do Tombo quais sejam: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas requer um longo processo no qual o tombamento consiste no último estágio. Inicialmente é necessário que uma pessoa (cidadão ou cidadã) proponha e justifique que um determinado bem tem uma importância nacional. Em seguida ele é identificado e avaliado por profissionais do IPHAN, tais como: arquitetos, antropólogos e historiadores que elaboram um relatório técnico baseado nos resultados da avaliação daquele bem cultural. Com base em seus conhecimentos técnicos, eles recomendam ou não o tombamento. Após o parecer sobre a importância histórica e sócio-cultural suas conclusões e recomendações são submetidas ao Conselho Consultivo do IPHAN (ANDRADE, 1987; GONÇALVES, 1996, p. 66; FONSECA, 1997; COELHO & VALVA, 2001, p. 27).

O tombamento de um bem cultural torna imperiosa a sua preservação, tendo em vista o interesse social. Como consequência deste fato, o proprietário do bem, que continuará a exercer sobre o mesmo todos os seus direitos de usufruir e dispor deverá, no entanto, observar certas regras oficiais, de modo a evitar a descaracterização do valor cultural do objeto protegido. Este bem não poderá ser danificado ou destruído, posto que isto caracterizará uma agressão ao interesse público e social que aquele objeto representa. A obrigação de não mutilar, não demolir, não destruir o bem tombado se estende a todas as pessoas e não somente ao proprietário do bem tombado. É importante que o proprietário e os cidadãos estejam conscientes da necessidade de preservação do bem tombado.

No processo de tombamento de qualquer bem cultural há por excelência uma luta de interesses e uma busca constante pela hegemonia. Bernardo Lewgoy (1997) em seu estudo

sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado, Rio Grande do Sul, ressalta que o processo de tombamento figurou como um objeto privilegiado de focalização de tensões latentes, tanto coletivas como individuais, que o autor denomina de “drama social”. Ele destaca que o ideário do progresso e da modernidade esteve fortemente incorporado naquele espaço social. Por um lado os “contrários atribuíam o tombamento a uma conspiração que iria impedir definitivamente o crescimento de Antônio Prado”. De outra parte os “favoráveis manejavam o dado da preservação alegando ser esta a única saída para a cidade voltar a progredir”. (LEWGOY, 1997, p. 297-302). Também, em Porto Nacional, pelo que pude observar durante a pesquisa, parece abrir uma situação de “drama social”, uma vez que se cogita sobre a possibilidade do tombamento do seu centro histórico.

Outra questão que merece ser considerada no caso do tombamento, e que é uma preocupação de alguns depoentes, é que não basta apenas tombarem e preservar um bem cultural. É essencial explicar à população a respeito da importância histórica e cultural daquele bem tombado, seja por meio de exposições, feiras culturais, meios de comunicação e ensinamentos nas escolas. A educação patrimonial junto à rede de ensino, as casas de cultura, museus, bibliotecas, entre outros, deve ser contínua e permanente.

O fato é que não se sabe o número exato de casas que foram destruídas para dar lugar à avenida Beira Rio, mas Cirineu da Rocha, do Movimento dos Atingidos por Barragens, afirma que, “onde hoje é o lago no contorno da cidade, residiam umas mil famílias e todas elas foram coagidas para se mudarem”. Além do mais a indenização não foi suficiente para comprarem outra casa. Diz ele: “as famílias recebiam 5, 6, 10 mil reais na beira do rio e depois não conseguiam comprar outra casa. Muitos não conseguiram comprar outra casa”²⁸. Cirineu da Rocha recorda que por ser uma região baixa e úmida, antes da destruição das casas era possível olhar do alto na direção do rio e visualizar muitos pés de mangas, cajueiros e uma variedade imensa de árvores. Diz ele: “Nos próprios

²⁸ Cirineu da Rocha afirma que abriram inscrição para um cadastro, em articulação com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e no período de uma semana cadastraram duzentas famílias sendo todas elas atingidas pela hidrelétrica, do entorno da cidade de Porto Nacional. Ele destaca que: “Todas elas eram famílias que foram mal indenizadas; o dinheiro não foi suficiente para comprar outro terreno. Gastaram o dinheiro e hoje não têm onde morar, não têm emprego, não têm nada”.

quintais de suas casas as famílias plantavam as frutas, como: caju, manga, verduras [...]. Então isso tudo se perdeu”.

Uma das fundadoras da Comsaúde, a médica Heloísa Manzano, em seu depoimento lembra que no início da construção da usina foi realizada uma reunião em Porto Nacional com os moradores e representantes da Investco. Diz ela que naquela ocasião um representante desta empreendedora, José Carlos Rela, afirmou que:

[...] Na cidade não havia patrimônio cultural. Ele subvalorizou o centro histórico ao dizer que não havia casario, mas sim um monte de casas velhas que não tinha valor nenhum. Portanto, a área onde estavam este tipo de casas deveria ser limpa a fim de que fossem incorporados elementos novos que representassem a modernidade, como por exemplo, a avenida Beira Rio.

Parafrazeando o filósofo Bachelard (1993), a casa é evidentemente um ser privilegiado e permeado de valores íntimos. “Ela é corpo e é alma”. A casa é o nosso canto no mundo. Ela é como se diz amiúde: o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmo em toda a acepção do termo. Nesse sentido a mais humilde moradia, vista internamente, é bela e aconchegante e aprendemos a sentir por esse lugar predileto um amor incondicional. A casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do ser humano. Na vida do ser humano, a casa afasta contingências e sem ela seria este um ser disperso. Ela protege o ser humano das “tempestades do céu e das tempestades da vida”. Além do mais a casa é portadora de um benefício precioso, na medida em que abriga o devaneio, protege o sonhador e a sonhadora e permite sonhar em paz. “Ao devaneio pertencem valores que marcam os seres humanos em sua profundidade” (p.26).

Assim, para além de todos os valores positivos de proteção, na casa antiga se estabelecem valores de sonho, últimos valores que permanecem quando a casa não mais existe. Esses valores de abrigo são profundamente arraigados no inconsciente que requer longas pesquisas fenomenológicas “para revelar as profundezas desse terreno dos sonhos onde se enraizam as lembranças” (op.cit., 1993, p.35).

Fato semelhante à narrativa do representante da Investco quando afirma que o centro histórico de Porto Nacional era constituído de um amontoado de casas velhas e sem valor nenhum ocorreu com o Pelourinho, o velho bairro de Salvador que foi reformado com

concreto, sem respeitar os símbolos originais. A crítica que se faz é que foi um projeto imposto pelo governo estadual alegando que o bairro estava condenado e corria sérios riscos de desmoronamentos e incêndios. Os moradores tradicionais foram expulsos e nem sequer foram ouvidos. A reforma descaracterizou o bairro transformando-o em um cenário “para inglês ver”, ou seja, um teatro onde se representa Salvador para os turistas. Roberto Marinho de Azevedo (1994) salienta que “de bairro aristocrático que foi, no século XVIII, o Pelourinho aos poucos se tornou um bairro popular decadente; recuperado, passou a ser uma atração turística”. Utilizando de uma terminologia deste autor a “mão pesada” que presidiu a recuperação do Pelourinho, o fez sem delicadeza e sem criatividade resultando em um bairro artificial, sem vida, vazio, em uma ilha turística para receber turistas de um perfil econômico que não consome o que há lá. É um bairro que não funciona como projeto urbano, nem como projeto turístico (AZEVEDO PAULO.1984; AZEVEDO ROBERTO., 1994, p.133).

Dona Célia Braga Aires, 63 anos e moradora do centro histórico, relata que sente uma amargura muito grande porque a história de Porto Nacional está acabando. Ela tinha a sua casa localizada na praça da catedral, onde morou desde que nasceu e onde também os seus antepassados moraram e a mesma foi demolida em razão da modificação da praça. Diz ela assim:

[...] Eu sinto uma amargura muito grande porque a história de Porto Nacional está acabando. Muitas casas que compunham a praça foram derrubadas com o pretexto de embelezamento, para dar maior visibilidade para a catedral e, no entanto, isso não aconteceu, pois ficou tudo muito feio [...]. A minha casa era de frente para a catedral e o fundo para o rio. Era a coisa mais linda do mundo a minha casa [...].

Percebe-se nesse jogo de interesses e ambigüidades que se para dona Célia a história de Porto Nacional está se acabando; para outros a história da cidade está começando. O fato é que a casa para dona Célia vai além do interior das paredes. Ela é tão total que o que se vê da janela pertence à casa. Cabe lembrar Supervielle citado por Bachelard (1993) no momento em que ele faz o universo entrar na casa por todas as portas, por toda as janelas:

Tudo o que forma os bosques, os rios ou o ar tem lugar entre as paredes que crêem fechar um quarto [...].

O corpo da montanha hesita em minha janela: “Como havemos de entrar se somos a montanha, se estamos nas alturas, com rochas, calhaus, um pedaço de terra alterado pelo céu? (p.79).

E como sustenta Ecléa Bosi (1994) “temos com a casa e com a paisagem que a rodeia a comunicação silenciosa que marca nossas relações mais profundas” (p.442).

Compartilho do pensamento de Bosi (1994, p. 452) quando diz que quando parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância do seu morador é destruída, algo de si morre junto com as paredes ruídas, os jardins cimentados.

Evocando as lembranças dona Célia narra que entrava em desespero e pranto profundo quando o pessoal da Investco chegava em sua casa dizendo que ela deveria desocupá-la o mais rápido possível, pois o lago iria se formar. Lembra ela: “era aquele medo, aquele pavor que eu sentia, pois eu não queria perder a minha casa”.

Para dona Célia outro fator que contribuía para agregar valor e significado a sua antiga casa é que em 1925 quando o seu pai, Carlos da Silva Braga, era prefeito da cidade, esta acolheu como hóspedes os combatentes da Coluna de Luiz Carlos Prestes.

Frei José Audrin faz referências à passagem da Coluna Prestes na cidade de Porto Nacional, em 1925. Veja alguns trechos do relatório referente a esta passagem:

[...] Pelas onze horas do dia seguinte, 12 de outubro, entrou na cidade uma forte vanguarda chefiada pelo Cpm. Paulo Kneger. Fomos ao seu encontro na rua principal [...]. Os revolucionários perfaziam um total de 1.700 homens, que foram distribuídos na cidade e por diversos sítios e fazendas da vizinhança [...]. Estes distintos oficiais aceitaram instalar-se em nossa casa [...]. Imaginávamos qual seria a situação do nosso povo, nessas longas semanas de espera de um resultado afinal mais do que problemático. Um exército de 1.700 homens estacionados dentro e nos arredores da nossa cidade, consumindo os poucos haveres dos moradores, enquanto muitas famílias continuariam receosas e escondidas nos matos, sofrendo as privações e as intempéries inverniais [...]. No dia 22 de outubro seguiu o último batalhão [...] (AUDIN, 1946, p. 252-259).

Dona Célia conta que ao ser forçada a desocupar a sua casa foi morar de aluguel. Diz ela que morou em várias casas afastadas da catedral, mas não conseguiu se adaptar em nenhuma delas, uma vez que sentia um vazio imenso, uma dor no coração. Sentia saudades do rio e da catedral e com isso ela retornou para próximo da catedral, onde está morando

numa casa cedida por parentes. Massey (2000, p. 184) observa que o que marca a especificidade a um lugar é o “fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular”. Esse pensamento se confirma na fala de dona Célia quando diz que:

Voltei para aqui ao lado de Nossa Senhora das Mercês porque aqui é minha história, é minha vida. Se eu sair daqui eu morro. Eu nasci e cresci aqui. Quando eu nasci e abri os olhos eu enxerguei os dois: o rio Tocantins e a catedral Nossa Senhora das Mercês. Um de um lado e outro do outro lado. Então isso para mim significa muita coisa na vida. É minha vida, é minha história. Então eu sofro muito quando lembro da minha casa, do meu rio Tocantins. Esse rio me viu nascer e a catedral também. Aqui eu conheço todo mundo. Eu não tenho clima, não tenho ambiente em outro lugar que não seja este. Morei em várias casas, de aluguel, mas fiquei poucos dias porque me dava aquela dor no coração. Aquela paixão pelo meu canto aqui próximo de Nossa Senhora das Mercês. Aqui nesse lugar eu sinto segurança, eu sinto que estou protegida ao lado de Nossa Senhora das Mercês.

A citação acima faz reportar-me, novamente, a Bachelard (1993) quando este autor assinala com bastante pertinência que é exatamente porque as lembranças das antigas moradas são revividas como devaneio que as moradas do passado são imperecíveis dentro de nós (p.26). Bachelard faz referências a Rilke quando este fala dessa pungente saudade em versos inesquecíveis que expressam o drama de um sentimento profundo:

Ó nostalgia dos lugares que não foram
Bastante amados na hora passageira
Quem me dera devolver-lhes de longe
O gesto esquecido, a ação suplementar
(RILKE apud BACHELARD, 1993, p.72).

Ou como exprime Pedro Terra, em Porto Submerso, sobre a tristeza de caminhar entre o cadáver humilde das casas e os ossos das árvores:

[...] Caminho entre o cadáver humilde das casas e vestígios de alicerces das ilusões que cultivei, das antigas narrativas que nos ensinaram a temer [...]. Vago entre tamboris, jatobás, copaibas, mangueiras e esse pau d’arco a meus pés que acendia no azul de agosto a manhã de flores amarelas, igual uma noiva sertaneja enfeitada para o sacrifício [...].

Os anéis que arrastaram essas casas mortas, os ossos das árvores, os vestígios da vida obscura narradas no idioma submersa [...].

Vale lembrar, ainda, Giddens (1991) que contribui para elucidar esse fenômeno. Diz o autor: o advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros “ausentes”²⁹, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. (p.27).

Hoje, a intenção de dona Célia é fazer uma reforma geral na casa em que está morando, modificá-la por completo numa arquitetura moderna. Tal postura é contraditória com o pensamento que expressa sobre a sua casa original, também de modelo tradicional. E, mais do que isso, teme o tombamento, pois irá executar a tal reforma antes que este chegue.

Bosi (1992, p.17) assinala coerentemente que a conquista colonial causa desenraizamento e morte com a supressão brutal das tradições, exemplo típico do que aconteceu com os povos indígenas no Brasil. A conquista militar também. Mas a dominação econômica de uma região sobre a outra no interior de um país causa a mesma doença. Age como conquista colonial e militar ao mesmo tempo destruindo raízes, tornando os nativos estrangeiros em sua própria terra.

Simone Weil (1979) sustenta com lucidez e coerência que:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro (p. 317).

A Superintendente Regional do IPHAN da 14ª Sub-Regional³⁰, Salma Saddi, que também foi uma das pessoas entrevistadas, assinala que conheceu Porto Nacional na década de 1980 e ficou muito marcada em sua memória a relação da comunidade com o rio. E

²⁹ O grifo é do autor.

³⁰ A 14ª Sub-Regional do IPHAN compreende os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

retornou em 2001, com objetivo de conhecer melhor a catedral a fim de instruir um processo de tombamento. Eis o que diz:

[...] Retornei a Porto Nacional em 2001 [...]. Já estava em andamento o Projeto Orla. Quando fui convidada a retornar a Porto fiquei muito feliz. Primeiro porque pensei: vou re-encontrar com meus velhos amigos; vou re-encontrar aquela cidade [...]. Ao chegar em Porto me assustei muito com esse Projeto Orla. Achei de uma dimensão fora do comum. Só indo a Porto que a gente tem idéia do que realmente vem acontecendo no Tocantins com relação a esses empreendimentos [...]. O que me causou um grande temor em Porto é que você tem um casarão que é seu, que é de sua propriedade, mas a beleza dele, a história dele, o significado dele não é só seu. Ele pertence àquela comunidade. E a minha preocupação ali é que eu percebi que muita coisa estava desaparecendo numa rapidez impressionante [...]. Bom, mas achei que muito dos casarios ainda estava preservado. Achei que a catedral tinha sofrido algumas intervenções que poderiam ter sido melhor acompanhadas e também percebi que eu não poderia mais propor o tombamento da igreja. Tão importante quanto a igreja matriz é aquele casario que está em volta da igreja [...]. Eu acho que Porto merece, por parte dos órgãos que atuam na preservação, um trabalho urgente, um trabalho que possa acontecer congregando forças [...]. Por infelicidade cheguei naquela cidade justamente quando o prefeito já estava com tudo preparado para demolir o coreto.

2 - O Coreto

Frevo da Boiúna³¹

Bagunçaram o coreto
O coreto caiu
Destamparam o buraco
E a Boiúna saiu
Cuidado com a Boiúna
Que ela pode te pegar
Pega daqui
Pega de lá

Everton dos Andes e Márcio Belo

Embora o nosso viver seja acompanhado de mobilidade e de contingências, por outro lado, lembrando Ecléa Bosi, “há algo que desejamos que permaneça imóvel, [...]: o conjunto dos objetos que nos rodeiam”. Muito mais que um sentimento de beleza estética

³¹ Boiúna – uma cobra muito grande, espécie de uma sucuri gigante.

ou de utilidade, os objetos nos proporcionam a re-afirmação de nossa posição no mundo, de nossa identidade (1994, p. 441).

Parece que o coreto naquele espaço, na praça da catedral tinha este papel. Ele era um objeto incorporado na vida de muitos portuenses. Simbolicamente era um elo que unia as famílias portuenses com as histórias dos antepassados e com aquilo que marcava a identidade cotidiana, aqui entendida como o licor de pequi, o doce de caju, os ensaios de teatro do grupo Via Sacra, “a musiquinha chorosa” tocada pela banda do mestre Adelino, as mangueiras e toda a paisagem que compunha aquele mosaico cultural.

A presença do coreto em frente à catedral dava uma sensação de continuidade. A política cultural implementada por Aloísio Magalhães foi moldada por três conceitos fundamentais. Dentre eles quero destacar aqui a noção de continuidade e a noção de bens culturais. Dizia Aloísio Magalhães a este respeito:

Uma cultura é avaliada no tempo e se insere no processo histórico não só pela diversidade dos elementos que a constituem, ou pela qualidade de representações que dela emergem, mas, sobretudo, por sua continuidade. Essa continuidade comporta modificações e alterações num processo aberto e flexível, de constante realimentação, o que garante a uma cultura sua sobrevivência (apud FALCÃO, 1997, p.21).

A ênfase na continuidade não se confunde com a defesa do passado ou do elitismo cultural. Dizia Aloísio Magalhães: “Não tem sentido a memória apenas para guardar o passado, [...] a tarefa de preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao invés de ser uma tarefa de cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro” (FALCÃO, 1997, p. 22).

Para Aloísio Magalhães a noção de bens culturais se opôs à noção de patrimônio histórico. Opôs-se na medida em que a noção de patrimônio foi historicamente apropriada e reduzida à noção de preservação do patrimônio de pedra e cal. O conceito de bens culturais para Aloísio Magalhães era “mais abrangente, posto que incorpora o bem ecológico, a tecnologia, a arte, o fazer e o saber. Das elites e do povo também. Da etnia branca, negra e indígena e não somente da elite civil, militar ou eclesiástica” (id., *ibid.*, p.23).

Aproprio-me da concepção de bens culturais de Aloísio Magalhães para revelar a importância do coreto da praça da catedral não apenas como um patrimônio arquitetônico,

mas como um espaço de convivência cultural permeado de uma vasta gama de bens procedentes do fazer popular, tais como: os licores, os doces, a banda musical, os artesanatos, etc. Pois é a partir desse fazer e saber popular que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de um povo.

A literatura etnográfica tem mostrado vários exemplos de culturas, nas quais os bens materiais são uma extensão moral dos seus proprietários. São bens dotados de significados mágicos, religiosos e sociais, que para Mauss (1974) configura-se naquilo que ele chamou de “fatos sociais totais”. Também como observou Malinowski, no caso do Kula Trobriandês:

Os mitos, a magia e a tradição construíram em torno do Kula formas bem definidas de cerimônia e rituais, deram a ele um halo de romance e de valor na mente dos nativos e deveras criaram, em seus corações, enorme paixão por essa simples permuta de objetos (1978, p.74).

Em toda e qualquer sociedade o conjunto dessas coisas é sagrado, de natureza espiritual e de significativo valor simbólico. Parece que naquele contexto social, o coreto tinha esse caráter enquanto uma representação do patrimônio cultural da comunidade de Porto Nacional.

A epígrafe desse capítulo refere-se à letra do frevo da Boiúna. Este frevo revela a resignificação do mito da Boiúna. Diz o mito que em um determinado período, anterior à construção da catedral Nossa Senhora das Mercês, existia na cidade de Porto Nacional uma cobra muito grande que vivia assustando as pessoas e todos tinham muito medo dela. Num determinado dia conseguiram capturá-la e construíram a referida catedral em cima da Boiúna, isto é, colocaram a dita cobra dentro das cavas profundas da igreja. Por se tratar de uma cobra muito grande, o mito enfatiza que a cabeça ficou em baixo da catedral e o rabo dentro do rio Tocantins. Tal ação consistia em a Boiúna ser a guardiã da cidade. Portanto, a mesma deveria permanecer para sempre naquele “esconderijo” porque, caso contrário, se ela escapulisse a catedral iria se afundar e a cidade se alagaria.

O frevo foi gestado com base nesse mito de domínio público – O mito da Boiúna - que permanece no imaginário de muitos portuenses. Um dos compositores do frevo, Everton dos Andes, narrou-me que ao observar a destruição do coreto, com muitos entulhos espalhados e buracos abertos, naquele momento veio em sua memória o mito. Diz ele que

imaginou: “a Boiúna vai escapulir por estes buracos e a cidade vai se alagar [...]” e aí nasceu o frevo da Boiúna. De fato uma boa parte da cidade está alagada após a formação do lago.

É interessante observar como Câmara Cascudo (1972) contribui para elucidar alguns dos elementos a respeito desse complexo cultural amazônico. Diz ele que: “O mito da Boiúna, mboiuna, cobra preta, da mboia-açu, cobra grande, é de ampla influência nas populações marginais do Amazonas e afluentes”. O autor faz referência a cidade de Óbidos, no Estado Pará. Assim se expressa ele:

Dorme debaixo da terra uma cobra grande; a cauda está dentro do rio Amazonas e a cabeça debaixo do altar-mor da matriz da cidade. No dia em que a cobra despertar, derrubará a cidade inteira (p. 271).

O frevo da Boiúna nasceu de uma junção do imaginário do mito com a realidade que a cidade de Porto Nacional estava vivendo naquele momento inusitado com a derrubada do coreto. Podemos afirmar que sob determinado ponto de vista era a realidade imitando o imaginário.

No carnaval de 2002 o frevo popularizou o mito da Boiúna. O bloco Pau Pereira confeccionou com tecido uma réplica da Boiúna e saiu nas ruas, no meio do povo, dançando e cantando o frevo. Resultado: crianças, jovens e velhos aderiram ao bloco e roubaram a cena do carnaval de Porto Nacional. Tudo que saiu em matéria jornalística era sobre o bloco da Boiúna.

No vídeo – *Poema Porto Submerso*, Pedro Tierra afirma que não há mais razão para ter medo da Boiúna. Veja o texto poético a seguir:

Indago das águas um rastro, um sinal da Boiúna, a cobra-grande que vigiava a insônia dos meninos incrédulos para mantê-los suspensos na rede tecida com fios de algodão e extensa trama de medos [...]. Nesta noite, não há porque temer a Boiúna [...]. Ela nos acolhe nos aros da lua nova e nossa insônia se arrasta na esteira da lagarta dos tratores [...]. Imagino que despertaram a Boiúna, do sono secular que a prende ao leito do rio, cercada pelos aros da lua nova: só ela, ao romper sua gaiola de águas e o escudo dos nossos medos produz tamanhos assombros.

O coreto da praça da catedral foi construído em 1948 na administração de Antônio José de Oliveira que foi prefeito de Porto Nacional no período de 1945 a 1950.

Jose Olegário Oliveira, 63 anos, filho do prefeito anteriormente citado, e atualmente Secretário da Administração da Prefeitura de Porto Nacional, diz não se lembrar o motivo que levou seu pai a construir o coreto porque era muito garoto. Mas ressalta que o seu pai decidira construir o coreto e convocou Manoel Nogueira que era construtor para a elaboração do projeto.

José Olegário diz que o projeto inicial teve o cuidado de conservar as quatro mangueiras que existiam na praça. Tais mangueiras foram plantadas anteriormente e para conservá-las o referido prefeito autorizou a construção do coreto no centro da praça, em frente à catedral. Os postes de ferro que foram colocados nos quatro cantos da praça com luminárias foram transportados de Belém do Pará, através de barcos, pelo rio Tocantins. Nos primeiros anos de sua construção o coreto servia para as concentrações políticas. As autoridades ocupavam a parte de cima e a população ficava na parte de baixo, no entorno do coreto. José Olegário afirma que o coreto já teve sua importância, mas que no momento ele não tinha mais valor, pois era um espaço que estava prejudicando os moradores, tendo em vista que o seu abandono atraía “elementos mal”. E em razão disso a comunidade *decidiu democraticamente*³² pela retirada do mesmo e assim o atual prefeito acatou o desejo dos moradores.

Eis o que diz José Olegário:

Não houve destruição. Com a construção da usina e posteriormente o lago o prefeito recebeu por parte dos moradores aqui do setor um pedido para que demolisse o coreto porque estava praticamente abandonado e ali reuniam os mal elementos que começavam usar o coreto para fins que não era aquele objetivo. Então o prefeito de posse desse abaixo-assinado de moradores da área, convocou a comunidade para uma reunião para decidir se tirava ou não o coreto. Então a decisão foi da comunidade não foi do prefeito.

Por conseguinte ele diz que se posicionou favorável à derrubada após tomar conhecimento do projeto elaborado pela LG Engenharia, representante da Investco. Assim,

³² O grifo é meu.

tendo em vista que o coreto não cumpria mais a sua finalidade e com um projeto bem mais arrojado, de embelezamento da praça, era melhor tirar o coreto.

A partir da fala dos depoentes percebe-se que há um jogo de interesses, de disputas e de controvérsias, nesse campo social. Se para uns a presença do coreto incomodava, uma vez que atraía pessoas indesejáveis e impedia a visibilidade da catedral, para outros ele representava um lugar de memória, pela sua importância.

Reencontro estas situações de tensões, no pensamento de Choay (2001, p.15-16) quando ela lembra que nem mesmo os monumentos da Antiguidade, por mais prestígio que tenham tido na era clássica, deixaram de ser demolidos, como o famoso Palácio de Tutele, em Bordéus, uma vez que atrapalhavam os projetos de modernização da cidade. Nos séculos XVII e XVIII foram destruídas centenas de igrejas góticas para fins de “embelezamento”. O arquiteto de Luís XV, Pierre Patte, recomendava que para executar o plano de restaurar e embelezar Paris era imprescindível que “abandonasse” todas as construções góticas.

José Olegário ao ressaltar que o mais importante é a visão que se tem da catedral [...] “no futuro quando os barcos de maior porte estiverem aqui no lago então as pessoas vão ter uma visão melhor da igreja e o coreto atrapalhava”. Ele está, na verdade, se referindo ao controvertido projeto da hidrovia Araguaia-Tocantins³³.

Com a construção da hidrelétrica e da avenida Beira Rio, a prefeitura de Porto Nacional juntamente com a Investco resolveu modificar a praça da catedral, embora uma carta (Anexo: 2) emitida em 23/11/2000, pela construtora anteriormente citada, afirma que “a remodelação dessa praça nada tem a ver com o PBA³⁴ específico da obra da avenida Beira Rio, nem o lago interferirá na mesma”. Por conseguinte, a proposta da construtora era não modificar a praça.

No discurso oficial o que justificava a modificação da praça era o embelezamento da cidade. Para tanto, o coreto e alguns casarões localizados na praça da catedral considerados feios, por aqueles favoráveis à hidrelétrica, deveriam ser demolidos, a fim de dar uma visão melhor da catedral.

³³ Maiores informações sobre este projeto consultar: FUNDAÇÃO CEBRAC, 2000; <<http://www.cebrac.org.br/projetos/araguaia-to>>; <<http://www.terra.com.br/planetaweb>>; <<http://www.riovivos.org.br>>.

³⁴ Projeto Básico Ambiental.

Dona Célia Braga Aires, moradora no centro histórico, afirma que o coreto não tinha tanta importância, pois não estava tendo utilidade nenhuma e que o mais importante era a casa dela. Assim se expressa: “o coreto para mim não significava nada porque ele não era tão antigo quanto a minha casa que foi construída no tempo do ouro, há mais de século, e, no entanto, foi destruída”. Mais uma vez a depoente revela uma posição de ambigüidade.

Continuando, ela ressalta que:

O que fizeram na praça aqueles dois negócios³⁵ parecendo catatumba de cemitério só serve para moleques ir lá fazer o que não deve. Tampou a visão da catedral do mesmo jeito. Antes tivesse deixado as casas lá. Disseram que iriam tirar as casas e o coreto para limpar e embelezar a frente da catedral, mas ficou muito mais feio.

A Comsaúde, através de um dos seus integrantes, afirma que juntamente com moradores do centro histórico ao ficarem sabendo que havia a idéia de derrubar o coreto buscaram de diversas maneiras impedir tal ato. Diz ele: “nós procuramos de toda forma levantar as questões para evitar que fosse derrubado assim sem nenhuma discussão”.

Eduardo Manzano, médico e membro da Comsaúde, conta que telefonou para o IPHAN – 14ª Sub-Regional, no sentido de buscar apoio para ver se seria possível impedir a derrubada do coreto. No entanto, uma das informações recebidas foi a de que não havia nenhuma lei que impedisse a derrubada, mas que a destruição do mesmo iria dificultar o processo de tombamento do centro histórico de Porto Nacional.

Foi naquele contexto conflituoso que se constituiu, naquela ocasião, o movimento pró-preservação do coreto, formado por diversos segmentos, tais como: artistas locais, professores, artesãos, religiosos, moradores do centro histórico, entre outros mais. Este grupo promoveu diversas ações no sentido de envolver a comunidade portuense para que esta participasse ativamente desse processo. Assim foi promovido num dia de domingo um café da manhã, na praça, em frente ao coreto e oferecido às pessoas que estavam na missa da catedral a fim de que elas se inteirassem da imposição do poder público em querer

³⁵ A depoente está se referindo a duas construções que foram erguidas em frente à catedral que para o poder público são dois mirantes, tão propagados pelo prefeito, da cidade. Segundo informações de alguns moradores dentro deles estão alojadas peças do museu municipal que foram doadas por antigos moradores. Perguntei a diversos moradores o que significava aquela construção. São impressionantes as respostas: “esse negócio aí

destruir aquele bem. Também, colocaram faixas em defesa do coreto. Além disso, organizaram pressão popular para que houvesse uma reunião na Câmara objetivando discutir tal problemática.

A reunião da Câmara Municipal foi realizada dia 2 de fevereiro de 2001 (Anexo: 3). Os participantes desta usaram a tribuna e conforme fita de vídeo da *In Vídeo Filmagens e Edição* a grande maioria destes se posicionou contrária à derrubada do coreto. Um dos participantes ao pronunciar ressaltou que o coreto era muito importante, posto que representava o passado dos portuenses frisando que “um povo sem passado não tem futuro”. Uma outra participante, Adalzisa Ramos dos Santos, membro do Ensaio Grupo de Teatro Via Sacra³⁶, manifestou-se salientando que aquele momento estava sendo muito difícil em razão da iminente destruição do coreto, posto que este simbolizava o palco da história e o berço da cultura portuense. Adalzisa ressaltou que apesar dos dezesseis anos de atuação encenando a Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo, em Porto Nacional e cidades circunvizinhas, o grupo não possuía sede própria e que:

Durante todos esses anos, tem se valido da pracinha do coreto como referência para ensaios e reuniões. Isso se justifica devido à falta de apoio que estamos enfrentando por parte do poder público que tem se ocupado com outras causas, desassistindo grupos e outras manifestações populares que fazem desta cidade capital da cultura. A catedral Nossa Senhora das Mercês e a pracinha do coreto são o nosso ponto de referência. Faz parte da nossa história, portanto é patrimônio do povo. Quando nos últimos dias nos deparamos com as modificações acontecidas, árvores derrubadas, bancos arrancados e a calçada destruída sentimos-nos desabrigados. A sensação é de que alguém está destruindo a nossa própria casa. Portanto, salve quem quiser esse tipo de modernidade. Nós não compactuamos com esse progresso que coloca em risco o patrimônio cultural. E queremos, neste momento, junto com os demais representantes de entidades e grupos artísticos organizados que se fazem presentes nessa sessão, dizer ao poder público que há muito o que fazer por essa gente. Deixamos aqui um apelo: **ponderem em suas atitudes! Salvem o coreto velho**³⁷ (Fita de Vídeo).

José Reginaldo Santos Gonçalves (1996), ao citar Rodrigo de Melo Franco, afirma que este considerava os monumentos como signos visuais de uma condição civilizada, a materialização de valores permanentes da civilização. “[...] não há cidade culta a cujo

não serve pra nada”; “não sei o que significa esse negócio aí”, revelando assim o sentimento depreciativo pela tal obra.

³⁶ Naquela ocasião Adalzisa era diretora do Ensaio Grupo de Teatro Via Sacra.

panorama faltem as características dos monumentos do seu passado [...]” (p.65). Rodrigo de Melo Franco de Andrade acreditava e defendia que o passado deveria ser apropriado em prol do futuro.

Cabe lembrar novamente Choay (2001, p.13) quando esta observa que hoje os belgas lamentam o desaparecimento da *Maison du Peuple* (1896), obra-prima de Horta, demolida em 1968; e os franceses, *Lês Halles, de Baltard*, destruído em 1970, apesar dos vigorosos protestos que se levantaram em toda a França e no mundo inteiro. Por mais prestigiosas que fossem, essas vozes eram de uma pequena minoria diante da indiferença geral.

Após a reunião da Câmara anteriormente citada o movimento pró- preservação do coreto organizou ainda um abaixo-assinado, com seiscentos e vinte assinaturas em favor da preservação do coreto. Dizia o cabeçalho:

Nós, abaixo assinados, cidadãos de Porto Nacional, preocupados com a descaracterização de nosso CENTRO HISTÓRICO³⁸ e pela derrubada do CORETO³⁹, solicitamos do poder público municipal que mantenha o coreto como parte do conjunto arquitetônico da praça da catedral.

Concomitantemente, o grupo do movimento pró-preservação do coreto permaneceu durante dias fazendo vigília em torno da praça com o objetivo de impedir a destruição do mesmo.

O fato é que entre aquela polêmica de destrói ou não destrói, o coreto foi destruído dia 8 de fevereiro de 2001, de madrugada, dois dias após o prefeito ter garantido para a população que não iria destruí-lo. Em depoimentos orais, o ato foi considerado uma agressão aos portuenses não somente pelo desrespeito ao processo de negociação que os moradores buscavam com o Poder Público, pois como disse Heloísa Manzano “não foi discutido com ninguém, foi uma coisa assim completamente arbitrária”. Mas, sobretudo, pelo significado que tinha o coreto, pois era considerado um espaço muito importante para a cidade, posto que era onde as pessoas se reuniam, eram realizados vários eventos

³⁷ O grifo é meu.

³⁸ O grifo é dos autores.

³⁹ O grifo é dos autores.

culturais. Foi também fonte de inspiração musical que resultou no frevo do Cabaçaco. Eis a letra do frevo, de autoria de Bey Aires:

No Porto velho tem uma rua pioneira
Que corre junto ao rio
Dos coronéis ficou o nome numa placa
Mas, na boca do povo só te chama cabaçaco
Recanto de poeta e seresteiro
Onde os velhinhos passam a vida sossegados
Moleques correm atrás da bola o dia inteiro
Jogo de dama toda tarde na calçada
No cabaçaco velhice não é tristeza
Balões, fogueiras, canto em noite de luar
Rua da cadeia, catedral, **coreto velho**⁴⁰
Cabaçaco a vida inteira
Nós iremos te amar.

Os textos a seguir expressam um pouco do sentimento, bem como o significado que o coreto representava para distintas gerações de portuenses, ao longo do tempo de sua existência:

O coreto tinha o seu espaço, não foi feito aleatoriamente. Ele tinha uma finalidade. O coreto era um lugar de convivência social, de convivência cultural, de convivência da comunidade portuense como um todo. Na década de 60 o coreto era um lugar para exposições de quadros e de coisas produzidas na região entre eles os doces de caju, o bom licor de genipapo, de caju [...]. Eu achei uma falta de respeito com a cultura da nossa terra, ter destruído o coreto (ANTÔNIO LUIZ MAYA, 77 anos).

Quando cheguei em Porto Nacional em 1972 achei a cidade profundamente interessante, pois não tinha televisão, não tinha asfalto, não tinha telefone. Duas coisas chamaram-me atenção: a catedral Nossa Senhora das Mercês [...] e o coreto. A gente ficava ali ouvindo aquelas musiquinhas gostosas, chorosa de carnaval. As noites, sobretudo, de sábado, domingo e nos festejos estava lá a banda do mestre Adelino tocando as músicas para a população. Enquanto a banda tocava lá em cima do coreto, embaixo tinha um barzinho que vendia licores de pequi, de caju, de genipapo, pinga com murici [...]. E o povo reunia ali para conversar, se encontrar, trocar umas idéias. Era uma escola de cultura, pois os velhos iam passando as suas experiências do passado e a juventude ia bebendo aquela cultura (DOM CELSO, 77 anos).

Nós considerávamos que o coreto fazia parte daquele conjunto, daquela praça, juntamente com a catedral e com o centro histórico e que, portanto, deveria ser preservado. (EDUARDO MANZANO, 64 anos).

⁴⁰ O grifo é meu.

Era um símbolo muito importante para a cidade. Durante a minha infância a gente brincava lá naquele lugar, nas mangueiras. O coreto combinava com a catedral. Era um patrimônio histórico. Aquilo que construíram lá não tem nenhum significado para nós. Não tinha necessidade de tirar o coreto. (GENILDO DA SILVA SALES, 29 anos).

O depoente Genildo, morador no centro histórico, considera que a destruição do coreto foi uma decisão política muito delicada e que não levou em consideração o desejo e o sentimento dos portuenses. Narra ele se referindo aos argumentos contrários à manutenção do coreto: “temos que derrubar porque fulano quer isso e porque foi beltrano que construiu [...]”.

Nessa mesma linha de raciocínio pensa o Padre Moreira, pároco da catedral Nossa Senhora das Mercês, ao afirmar que o ser humano tem uma ganância de se auto-afirmar e os:

Nossos administradores cada um quer deixar a sua marca e para deixar essa marca age destruindo as marcas que os outros deixaram. Cada prefeito que entra quer destruir o que o outro fez. Foi o que aconteceu com o coreto aqui em Porto Nacional. Protestamos, fizemos funerário do coreto, batemos o sino fúnebre. A população reagiu [...].

O Padre Moreira ressalta indignado que “fizeram um calçadão de concreto na porta da catedral descaracterizando a igreja e o centro histórico”.

Para Evanice Matos Gomes, vice-presidente da Associação dos Artesãos de Porto Nacional, o coreto além de ser um patrimônio histórico “[...] era um espaço de grande divulgação do artesanato⁴¹ de Porto Nacional e ponto de venda para nós”. Evanice ressalta

⁴¹ O artesanato de Porto Nacional era produzido com matéria-prima da região, especialmente o barro que era retirado no ribeirão dos Potes. Segundo a artesã Romualda o ribeirão recebeu esse nome porque, há muitos anos atrás, produzia somente potes, pois a população de Porto Nacional não utilizava filtros. Esse ribeirão era o local de onde os artesãos retiravam o barro para fazer os potes e com o decorrer dos anos foi-se intensificando a confecção dos demais artesanatos. Como já foi dito anteriormente o ribeirão dos Potes foi também o fornecedor de matéria-prima para a construção da catedral. O ribeirão dos Potes ficou submerso com a formação do lago “*é uma das coisas que perdemos e lutamos com a Investco para que nos indenizasse então eles deixaram 10 carradas de barros, mas com o tempo esse barro acaba*”. A artesã Romualda ressaltou que o barro do ribeirão dos Potes era puro, ideal para fazer os artesanatos e elas estavam acostumadas a trabalhar com aquele barro. No entanto, o barro que a Investco deixou na Associação dos Artesãos não foi do ribeirão dos Potes e por isso causou dificuldades para produzirem e problemas nas peças após confeccionadas. As peças começaram a quebrar e com isso tiveram que fazer arranjos. Os artesãos não receberam indenização pelas perdas sofridas.

Os pés de buriti também utilizados como matéria-prima para confecção de artesanatos foram derrubados, pois ficavam no terreno do artesão Domingos, que morava às margens do rio Tocantins e o mesmo foi relocado para a cidade. Ele plantava e produzia seu próprio artesanato com a matéria-prima do buriti.

que os artesãos participaram do movimento pró-conservação do coreto, enviaram cartas ao poder público solicitando para que não o derrubasse. Diz ela: “[...] então o prefeito veio e nos disse que estava no projeto derrubar, que não tinha outro jeito, que a única forma era derrubar, mas nos prometeu que daria outro espaço para nós, mas esse espaço nunca apareceu”.

Observa-se nas falas dos depoentes um certo ressentimento em relação ao poder público municipal, no que se refere às atitudes de descaso e ausência de afetividade e de compromisso social para com a cidade.

Nos últimos anos, o espaço do coreto era utilizado pelos artesãos que vendiam os artesanatos que produziam. As vendas se davam durante o dia e quando tinha eventos ou festejos da igreja funcionava durante a noite também. Os turistas iam visitar e conhecer a catedral e aproveitavam para comprar artesanatos.

Evanice relata que quando foram destruir o coreto deram-lhes um prazo de meia hora para que retirassem os artesanatos do local. Mas, em virtude da atuação do movimento que permaneceu durante dias e noites de vigília ao redor do coreto, os responsáveis pela destruição recuaram. No entanto, ao cessarem as vigílias foram surpreendidos com a derrubada, conforme relatado anteriormente.

Os artesãos e artesãs ficaram sem local para vender as peças e ainda existe o agravante de que com a formação do lago a matéria-prima que utilizavam para confecção dos artesanatos se perdeu. Com isso muitos artesãos deixaram de produzir tendo em vista a dificuldade de produção e de venda. Assim comenta dona Romualda, 71 anos, artesã há mais de quarenta anos, nascida na Carreira Comprida: “[...] As nossas vendas caíram muito. Algumas pessoas deixaram de produzir, de trabalhar porque viviam disso e agora não têm matéria-prima e nem local para vendas [...]”.

No texto que segue, a depoente expressa o sentimento da perda do coreto enquanto espaço para comercialização do artesanato.

[...] Nós sentimos muito sabe! Por causa que nós ficamos sem o coreto. Derrubaram. Lá era um espaço que nós tínhamos de vender o nosso artesanato. As pessoas iam visitar a catedral depois viam as peças, interessavam e compravam. Lá era muito bom para vender. Estou produzindo porque eu gosto muito do meu serviço e é o que eu sei fazer.

Adoro meu serviço, mas ficou muito difícil para nós depois dessa hidrelétrica.

Aloísio Magalhães (1997) fez belas reflexões a respeito da arte tecnológica do artesanato. Dizia ele:

O fazer popular é um fazer tecnológico, não há a menor dúvida; aquele artesão faz tecnologia de ponta de um contexto em determinado processo histórico, é a melhor que ele sabe fazer [...] Se isso é válido, ele não pára, ele vai naturalmente evoluindo na direção de maior complexidade, de maior eficiência, e de maior produtividade [...]. Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança; todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades. Mudando o necessário e conservando o imprescindível, talvez possamos preservar a memória nacional – até aquela feita em barro pelas mãos dos mais humildes e anônimos artesãos (p.178-188).

Após a destruição daquele bem cultural, no dia 11/02/2001, o movimento pró-conservação do coreto organizou um cortejo fúnebre no local onde existia o antigo coreto, em frente à catedral, em sinal de protesto e indignação. Vestiram-se de preto e com um caixão representando o coreto caminharam em volta da catedral cantando o Frevo da Boiúna ao som de tambores e do toque fúnebre do sino que o padre Moreira tocava na catedral. E todos cantavam “bagunçaram o coreto. O coreto caiu. Destamparam o buraco e a Boiúna saiu [...]”.

Em 20/03/2001 a Comsaúde, a Associação dos Artesãos, a paróquia e o Centro de Direitos Humanos de Porto Nacional entraram com uma representação na Promotoria, solicitando que o Ministério Público exigisse a re-construção do coreto conforme o projeto arquitetônico original (Anexo: 4).

Percebe-se que o interesse dos integrantes do Movimento Pró-Preservação do coreto em defesa daquele, bem como o desejo pela reconstrução do mesmo conforme o original pode ser entendido como a intenção em manter laços de continuidade com o passado no sentido de que ele traga de volta as sensações vividas, refletindo assim uma valoração que dão ao passado.

De acordo com Eduardo Manzano, o promotor de justiça tomou uma atitude política em não julgar a causa rapidamente dizendo que era melhor esperar o término do mandato do prefeito atual porque se determinasse para tal prefeito reconstruí-lo poderia causar

constrangimento porque foi ele quem mandou derrubar. E o próximo prefeito que não estará ligado a esse processo será mais fácil negociar para o coreto ser re-construído.

Diante de argumentação tão frágil, como elemento de discussão, cito a Carta de Petrópolis de 1987 que recomenda sobre a preservação dos centros históricos. Vejamos a seguir:

É fundamental a ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a participação da comunidade interessada nas decisões de planejamento, como uma das formas de pleno exercício da cidadania. Nesse sentido, é imprescindível a viabilização e o estímulo aos mecanismos institucionais que assegurem uma gestão democrática da cidade, pelo fortalecimento da participação das lideranças civis (IPHAN, 2000, p. 286).

O jurista Carlos Frederico Marés de Souza Filho (1999) observa que a violação que causa dano a um bem cultural gera a necessidade imediata e pronta de reparação, recomposição ou indenização. Eis o que ele diz:

Exatamente porque a lei, e, portanto, a sociedade, exige a preservação do bem e seu restauro em caso de dano, é de se admitir que o poder público a quem o bem está afeto tem responsabilidade concorrente e subsidiária para a restauração.

Nesse sentido a destruição do coreto vai ao encontro do entendimento de Souza Filho (1999) quando ele afirma que quando um bem é destruído há que se reconstruí-lo. Se não houver possibilidades de reconstrução “resta, então, a sanção penal, que deveria, nestes casos, ser especialmente dura” (id., *ibid.*, p.77-78).

É pertinente focalizar, também, a inovadora lei de crimes ambientais, Lei nº 9.605 de 13 de fevereiro de 1998 que dentre as várias qualidades define a responsabilidade da pessoa jurídica – inclusive responsabilidade penal – e permite também incriminar a pessoa física, autora ou co-autora pelos crimes ambientais. A lei reconhece também como atitudes criminosas, passíveis de punição, colocar em risco os bens protegidos. Souza Filho (1999) salienta que a lei reconhece que os bens culturais fazem parte do que se chama direito ambiental, e, portanto, reconhece que meio ambiente não é apenas a proteção da natureza, mas também o ambiente urbano e, com ele o ambiente cultural, que ele denomina de bens

socioambientais (p. 79). Os artigos 62 a 65 da seção IV do capítulo II desta Lei estabelece sobre os crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural. Eis os textos destes artigos:

Art. 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial; arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial.

Art. 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religiosos, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

Art. 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

Art. 65. Pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano.

Conforme Souza Filho (1999), no que se refere aos artigos 62 e 63 quando enfatizam “protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial” não quer dizer que sejam integrantes do patrimônio cultural somente os bens protegidos por lei, ato administrativo ou decisão judicial. Mas, que são passíveis de sanção penal somente o dano causado a estes, devido ser inerente ao direito penal a anterioridade da lei e a tipificação. Mas, por outro lado, deixa claro este dispositivo que bens culturais integrantes do patrimônio cultural não são somente os bens tombados, como previa o decreto lei 25/37, mas todos aqueles portadores de referência como inova a Constituição de 1988 (p.79). Compartilho com a observação de Souza Filho quando afirma ser este capítulo louvável e que resta que o “poder público e o ministério público cumpram o seu dever aplicando rigorosamente a lei, inclusive nos administradores públicos que permitam destruir, inutilizar e deteriorar bens que a coletividades quer ver protegidos e preservados” (p. 80).

Um outro instrumento legal que deve ser aplicado no sentido de reforçar o planejamento urbano e ampliar as condições democráticas de participação da sociedade, através de debates, audiências, plebiscito, entre outros, é o Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição

Federal de 1988 e estabelece diretrizes gerais da política urbana. O artigo 2º desta lei estabelece que é competência do poder público “a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico”⁴². Cito ainda as Leis 4.717, de 29 de junho de 1965, que regula a Ação Popular; e a 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens de direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. O artigo 1º da Lei 4.717 estabelece que “qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios”⁴³. O artigo 2º da Lei 7.347 estabelece que “as ações previstas nesta lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo o juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa”. O artigo 3º desta mesma lei estabelece que “a ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer”⁴⁴.

Fato semelhante ao desejo de re-construção do coreto, da praça da catedral, ocorreu em um bairro de Goiânia do qual, Silva (2003), em sua dissertação de mestrado, faz referência a experiência de re-configuração dos espaços de memória, promovido através da administração municipal, de Goiânia, em que esta buscou o envolvimento da população do bairro de Campinas, objetivando a re-construção de um antigo coreto que havia na praça Joaquim Lúcio (p. 87-91).

Sobre este contexto conflituoso, situo ainda outro episódio em que a Superintendente do IPHAN, Salma Saddi, narrou-me, na entrevista que me concedeu, em Goiânia. Dando continuidade ao depoimento, anteriormente citado, eis o que diz:

[...] E aí estive na praça com ele [o prefeito]. E ele me dizia: ‘olha esse coreto é da década de 1940. Está novinho ainda’. Aí eu disse a ele: prefeito esse coreto faz parte da história dessa cidade. Se o senhor consultar os jovens da cidade irá constatar que o coreto já é uma referência para eles. E o coreto não está atrapalhando em nada. Então ele disse: ‘nós vamos construir um mirante aqui na praça. Vamos ter dentro do Projeto Orla os calçadões margeando o lago’.

⁴² Cf. <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03leis/leis-2001/L10257.htm>>; <<http://www.abcedaecologia.hgg.ia.com.br/politicaestatutocidades.htm>>.

⁴³ Cf. <<http://www.iphan.gov.br/legislac/nacionais/lei4717-65.htm>>.

⁴⁴ Cf. <<http://www.iphan.gov.br/legislac/nacionais/lei7347-85.htm>>.

Eu tentei explicar a ele que ele poderia fazer o casamento do coreto com o projeto dele. Expliquei para ele a importância daquele bem cultural. Eu fiz um apelo. Eu disse: Prefeito não derruba o coreto não. Vamos deixar o coreto, faz parte da história dessa cidade. Eu acho que ela já foi muito mutilada. A própria interferência no rio que banha essa cidade foi uma mutilação [...]. E eu fiquei na expectativa de que ele faria isso. E eu vim embora na esperança de que ele tivesse me ouvido. Logo, depois, recebi um telefonema de moradores daquela cidade colocando o que estava acontecendo [...]. Eu instruí para que buscassem o Ministério Público Estadual. Em seguida eu liguei para o prefeito, Otoniel Andrade; eu liguei para a Secretária Estadual de Cultura, Sr^a Kátia Rocha, e para várias autoridades no sentido de conter ou pelo menos abrir uma discussão em torno daquela problemática [...]. Pois, o prefeito não poderia tomar uma decisão sozinho, visto que o coreto era um bem público. Mas, nada adiantou. Eu tentei, ainda, recorrer a alguns cidadãos de Porto Nacional que eu conhecia. Alguns com certa evidência no cenário nacional e todos eles estavam extremamente sofridos porque não conseguiam encontrar um instrumento jurídico que pudesse apoiá-los para que aquilo não ocorresse [...]. Eu acho uma pena o que aconteceu em Porto. A gente sofre muito com isso.

Sobre as atitudes clássicas de destruição, das obras de arte e dos bens históricos, Rodrigo Melo Franco de Andrade salientava que:

Grande parte das obras de arte mais valiosas e dos bens de maior interesse histórico, de que a coletividade brasileira era depositária, têm desaparecido ou se arruinado irremediavelmente, em consequência da inércia dos poderes públicos e da ignorância, da negligência e da cobiça dos particulares (apud GONÇALVES, 1996, p.88).

“É uma pena o que aconteceu em Porto Nacional”- todos repetem esse refrão. Por isso é preciso ter muito cuidado ao interferir na dinâmica de uma cidade. Muitos prefeitos agem como se fossem proprietários da cidade da qual foram eleitos para administrar e assim fazem profundas alterações naquilo que levou dezenas de anos para se enraizar na vida de uma comunidade.

Conforme salientei anteriormente, os habitantes de Porto Nacional possuíam uma intensa relação com o rio. Intensidade que era experimentada através de momentos carregados de sentidos e significados proporcionados pelo prazer de contemplar, de pescar, de nadar, de navegar, de plantar nas vazantes, poetizar, cantar, de mergulhar nas águas do Tocantins. Na seção seguinte focalizarei através da memória dos depoentes que viveram em comum os significados mais elementares da vida cotidiana proporcionados pelo rio e que

foram esvaziados e diluídos, bem como o sentido das lembranças, das aspirações e dos sonhos para o futuro. Com a implementação da hidrelétrica e, conseqüentemente, a transformação do rio Tocantins em lago ocorreu uma desagregação de valores tecidos coletivamente ao longo do tempo.

3 - O Rio Tocantins

Toca Tocantins
Uma canção de amor
Toca Tocantins
Na mão do remador
Tua grandeza infinita
Enaltece a natureza
Bem que mainha falou
Tu és pura beleza!
De paim estou longe
Da fãmia e do lugar
Mas, remando em tuas águas
Cristalinas eu chego lá[...]

Tony Xavier

Compartilho do pensamento de Maria Ângela Faggin (1994, p.30) quando assinala que o contato com a natureza é profundamente significativo e de intenso simbolismo na vida das pessoas. A autora lembra que diversos povos constroem, ao longo do tempo, uma relação singular e amorosa com ela.

A letra da canção em epígrafe *Toca Tocantins* está no *CD Cantocantins* que é resultado do 2º *Festival da Canção do Tocantins*. Das doze músicas ali gravadas sete fazem referência ao rio Tocantins. Só para citar alguns trechos:

[...] Esta veia viva neste solo puro [...] rio Tocantins por nós tão amado [...]; Vem vim-vins e bem-te-vis vem ver o meu amor feliz mergulhar no Tocantins [...]; Vem vim-vins e bem-te-vis que eu vou com meu amor feliz mergulhar no Tocantins [...]; Pescando na beira do Tocantins [...]; Um canto de rio por do sol no cio prazer transcendental não há nada igual [...] o Tocantins é bom, mas cuidado com esporão de arraia [...].

O músico portuense Everton dos Andes⁴⁵ afirma que a água é um elemento inspirador dos poetas. Diz ele: “Na beira do mar as pessoas sempre cantam o mar e nós que somos ribeirinhos cantamos o rio”. Para Everton o rio Tocantins teve uma importância muito grande do ponto de vista econômico, dos transportes, da comunicação, entre outros, não somente para Porto Nacional, mas para toda a região norte. E para “a arte o rio Tocantins funcionava como uma musa”. Pois todo artista, segundo ele, não somente os portuenses, mas aqueles que passaram pela região deixaram algum verso, alguma cantiga, alguma canção alusiva ao rio Tocantins falando de suas praias, de suas areias, de sua serenidade, do mar de água doce que por tantos e tantos anos trouxe o turismo e as pessoas para Porto Nacional. Diz ele: “A temporada do mês de julho era sustentada pela praia de Porto Real que era um chamariz de primeira qualidade. E aí nessa convivência de vir praticar o turismo aí estava a coisa de praticar a poesia, a música, e a arte de modo geral”.

Trechos da canção seguinte de autoria de Marcos Terra e Celma Terra, expressa bem o que diz Everton dos Andes:

Esta veia solta neste solo santo
cheio de mistérios transbordando encantos [...]
Rio Tocantins por nós tão amados [...]
Traz as suas praias, traz gente bonita
Mata nossa sede sua água pura [...]
Dá nossa comida,
Torna mais bonito nosso dia a dia Rio Tocantins [...]
Cheio de amigos buscando outros tantos [...]
Vai na correnteza o grande sonhar
De abraçado a outro se perder no mar (CD CANTOCANTINS).

O rio Tocantins foi motivo de inspiração para poetas, cantores, escultores, pintores, enfim, diversas manifestações de arte retrataram este rio e as suas belezas naturais, que desapareceram com a construção da hidrelétrica e a formação do lago. O músico Everton dos Andes ressalta que a construção da hidrelétrica e a formação do lago alteraram o panorama paisagístico e de modo sutil “alterou o sentimento das pessoas, o sentido poético e artístico das pessoas [...]”.

⁴⁵ Everton dos Andes gravou o *CD Suciologia* que é o resultado de vários anos de pesquisas sobre o folclore tocantinense. Desta pesquisa ele produziu um *Vídeo Documentário Suciologia* abordando diversas manifestações culturais da região, tais como os festejos religiosos de Canela (povoado este que foi totalmente

Isto posto, é pertinente o pensamento de Macaulay, citado por Adam Kuper (2002) quando afirma que “à medida que as civilizações avançam, há um declínio quase inexorável da poesia” (p.30).

Everton destaca que ele passou longo período para conseguir compor alguma coisa que pudesse refletir essa nova realidade, porque o sentimento de perda não lhe permitia “construir algo que refletisse essa nova paisagem que resultou essa coisa do lago”. A primeira canção que conseguiu compor após o bloqueio poético chama-se *Por água abaixo* que está no *CD Suciologia*. Por água abaixo é expressão popular que as pessoas utilizam quando perdem alguma coisa de muito querido, algo que é muito grato “então a gente diz puxa vida foi tudo por água abaixo [...]. Assim, como as nossas paisagens, os nossos peixes, os nossos anseios poéticos também foram todos por água abaixo”.

Observe a seguir a letra da canção *Por água abaixo*:

Ai d’eu,
Linda e graciosa
Ai d’eu
Ilha Porto Real
Adeus Carreira Comprida
Onde passei minha vida.
Adeus meu rio e quintal
De águas verdes
Transparentes
Deságua naquela represa
Que afoga o amor da gente.
Ah! Quantas vezes naveguei
Ah! Esse canto que me faz lembrar
Por onde andei...

Uma certa tristeza intrincada as saudades de tempos que parecem não mais voltar pode ser observada nesta composição poética. Alfredo Bosi (1990) assinala, poeticamente que:

[...] Reinventar imagens da unidade perdida, eis o modo que a poesia do mito e do sonho encontrou para resistir à dor das contradições que a consciência vigilante não pode deixar de ver [...]. A poesia que busca dizer a idade de ouro e o paraíso perdido acaba exercendo um papel

submerso com o lago da hidrelétrica de Lajeado), as Cavalhadas de Taguatinga, as Congadas, a Súcia e a Jiquitaia de Monte do Carmo, festa do Senhor do Bonfim e Natividade, etc.

humanizador das carências primárias do corpo: a comida, o calor, o sono, o amor (p.154).

Jose Iramar, músico e produtor cultural, natural de Imperatriz - MA, reside em Porto Nacional desde 1984 e sente-se apaixonado por essa cidade. Diz que “o rio Tocantins, aqui em Porto Nacional, era uma das vertentes poéticas da cidade”. Ele reafirma o que dizem outros depoentes de que todo poeta, cantor, escritor, compositor se inspirava no rio. Que o rio era um elo muito importante. Diz ele: “O rio era uma fonte de inspiração, tão quanto uma fonte de sobrevivência das pessoas [...] um elo vital, visceral o rio Tocantins para a arte em Porto Nacional”. Durante a entrevista José Iramar lembra que:

Numa época a gente fez um show e abrimos o show com um trecho que a gente fez, assim: ‘Nesse rio mora um boto que mora depois da escadinha, já namorou com sereia, brigou com a cobra Boiúna. Seu Fortunato sabe o segredo que o mestre André lhe contou da vida desse rio que passa dia e noite’.

Percebe-se que os portuenses tinham uma íntima e intensa relação com a paisagem que o cercava especialmente como rio. Heloísa Manzano evoca com tristeza que “perdemos o bem que havia de mais precioso que era o rio, que trazia muita vida para a cidade, tudo estava muito ligado ao rio”.

Reencontro esse sentido valorativo que os portuenses consagravam ao rio, no pensamento de Pierre Bourdieu (2000, p.10) quando este salienta que:

Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social.

A atividade da navegação pelo rio Tocantins pode até não ter concretizado resultados relevantes do ponto de vista econômico para a cidade de Porto Nacional, mas proporcionou muitos significados para a população, no passado.

As viagens eram alimentadas por rituais desde o dia do embarque até o retorno daqueles tão esperados viajantes. Parafraseando novamente o Frei José Audrin que

vivenciou aqueles momentos em que os botes⁴⁶ desciam o rio com destino a Belém do Pará, “carregados de couro, carne seca, ‘paneiros’ de farinha de mandioca, rapadura, doces de buriti, goiabas, mangabas, e outras frutas do sertão. Quando voltavam traziam todas as mercadorias imagináveis, especialmente o sal [...]”. Assim, narra o autor:

Quando outrora os botes desciam de Porto Nacional a Belém, o dia do embarque era de extraordinária emoção. Esses imensos batelões saíam sobrecarregados [...]. A viagem além de perigosíssima através de um sem números de cachoeiras, era terrivelmente demorada, pois que, iniciada em fevereiro, vinha terminar em fim de agosto [...]. A despedida dos barqueiros era comovente, e para dominar a saudade, afogavam-se em repetidos copos de água-ardente. O estratagema empregado de tempos imemoriais para reuni-los em poucos instantes era o seguinte: A bandeira vermelha do Divino Espírito Santo percorria, ao som dos tambores, todos os recantos da cidade (1946, p. 228).

Até a chegada das rodovias na década de 60/70, no norte goiano, o rio Tocantins representou o grande eixo de circulação e comunicação fluvial ao longo do qual se enviou notícias daquela gente e se recebeu notícias e informações de outras partes do país, enfim dinamizou-se a cultura.

“O rio para mim era um meio de vida, de sobrevivência”. Assim considerava Lúcio Ferraz, que era barqueiro no período de temporada. Pois, para ele o rio Tocantins era um elemento gerador de trabalho e renda durante a temporada de praia, que compreendia os meses de maio a setembro. “O rio Tocantins gerava emprego não só para mim, mas para muitas pessoas”. Lúcio Ferraz destaca que trabalhava quatro meses, durante a temporada de praia, como barqueiro transportando pessoas e tirava uma faixa de 8 a 10 mil reais, livre. Ele lamenta que era “uma renda, meu trabalho que eu perdi e estou sofrendo com isso”.

Dona Célia diz entristecida que sente dores no coração ao ver o rio Tocantins inchado e sujo, com tantos galhos de árvores que foram derrubadas anterior à formação do lago, como se estivesse pedindo socorro. Ela diz que é como se Porto Nacional estivesse morrendo. Pois, para ela o rio Tocantins era tudo, porque ela amanhecia o dia vendo o rio. À noite após o silêncio ela ficava escutando as águas descerem rio abaixo, os peixes batendo dentro na água, o barulho do rebojo. Assim expressou-se:

⁴⁶ Botes são grandes barcos movidos a remo.

Aquela água verdinha, linda. Quando o céu estava azul ele parecia ser azul, mas ela era mais verde por causa da mata que tinha às margens. E assim o rio para mim era tudo e agora acabou. Não é mais aquele rio. Ele está inchado, sofrendo, amargurado, pedindo socorro e isso faz com que a gente sofra também. Eu sinto dores no coração em ver o rio Tocantins, assim desse jeito.

Enice de Oliveira Negri, 31 anos, nascida na Vila Pirraça⁴⁷, com a implementação da hidrelétrica foi relocada para a periferia de Porto Nacional. Ela recorda que: “Lá na Pirraça onde a gente morava era bem melhor pra nós, porque a gente tinha manga bem pertinho [...]. Lá a gente tinha o murici, o buriti, o caju. Tudo a gente tinha. Pescava no rio. Aqui⁴⁸ não. É mais difícil pra gente. Tem que comprar tudo e nós não temos dinheiro nem mesmo para comprar a comida básica”.

No depoimento de uma outra moradora da Vila Pirraça, Marli Lima Reis, 37 anos, percebe-se que a relação estabelecida entre a família e o rio era uma relação de intensa afetividade. O rio tinha a representação de um pai que suprimia todas as necessidades de subsistência dos seus filhos a fim de que os mesmos tivessem uma vida feliz. Além do mais nota-se uma profunda saudade de tempos que parecem mais humanos:

O rio Tocantins era tudo pra gente. É como se fosse um pai. Era bom demais. Lá meus meninos pescavam, eu pescava, lavava roupas, a gente banhava. Nos finais de semana, sábado, domingo a gente passava o dia todinho. Era banhando, era pescando, lavando roupa [...] Era assim. A gente sente muita falta do lugar da gente na beira do rio [...]. Lá a gente não precisava comprar frutas. Fazia vazante [...], o verão todinho a gente estava plantando na beira do rio. E quando era no inverno plantava também e tinha as frutas. Tinha tudo. A gente fazia feira, vendia na feira de Porto Nacional e de Taquarauto. Não tinha preocupação com comida e aqui na cidade tem que comprar tudo.

⁴⁷ A Vila Pirraça situava-se a 7 quilômetros da cidade de Porto Nacional, na margem esquerda do rio Tocantins apresentando características rurais. Os quintais eram todos arborizados com plantas frutíferas, tais como: manga, caju, jaca, abacate, goiaba, laranja, banana etc. A principal ocupação econômica dessas famílias além de exercerem serviços braçais nas fazendas vizinhas era a coleta e venda de frutas do cerrado como, murici, cajuzinho e buriti e outras que cultivavam nos quintais e nas vazantes do rio como, batata-doce, abóbora, mandioca, etc. As famílias vendiam os produtos nas feiras de Porto Nacional e de Taquarauto (cidade vizinha). A Vila recebeu o nome de Pirraça em razão da insistência dos seus moradores em retornarem após as enchentes do rio para reconstruir o que havia sido destruído pelas águas. Em sua pesquisa Barbosa faz referências à intensidade das relações de afetividade dessas famílias entre si e com o lugar (BARBOSA, 2000, p. 18).

⁴⁸ A depoente está se referindo ao local que as famílias da Vila Pirraça foram relocadas, qual seja, num bairro afastado do centro da cidade.

Neste depoimento a gente percebe que para Marli o trabalho era muito mais que uma ação técnica. Ele era considerado uma atividade natural e lúdica, assim como comer, tomar banho, como bem lembra ela: “nos finais de semana [...] era banhando, era lavando roupa”. Hoje espoliada dessas atividades que lhe eram tão preciosas, suas atividades se restringem quase que a lavar roupas no tanque e preparar a comida no fogão a gás. Além do mais, ao lembrar-se daqueles momentos, na Vila Pirraça, Marli se depara com as dificuldades concretas de sobrevivência que vive na atualidade. Nota-se que a recordação dos afazeres domésticos ligados ao ambiente/lugar guardam o calor de uma vida rural onde era possível suprimir as necessidades mais elementares de sobrevivência, que eram produzidas por meio de relações intensas e prazerosas de reciprocidade, naquela comunidade.

Observa-se que as famílias da Vila Pirraça, ao serem relocadas, perderam a base territorial de sua identidade, de sua memória. Isto é, o lugar de memória desapareceu, e estas mudanças abruptas, do modo de viver, daquelas famílias, faz sentido no pensamento de Stuart Hall (2002) quando enfatiza que o:

Sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais ‘lá fora’ e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as ‘necessidades’ objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais (p.12).

Percebe-se que nos depoimentos das duas entrevistadas, ex-moradoras da Vila Pirraça, existe uma grande preocupação com a ociosidade da vida que estão vivendo na cidade. Assim diz Marli: “Lá na Pirraça a gente não ficava parado. As crianças era colhendo caju, era embaixo do pé de manga, era assando castanha de caju, pescando, era catando murici. Sempre tinha uma coisa para fazer. Aqui na cidade elas não têm o que fazer”.

E como sustenta Enice: “Meus filhos mesmo dizem assim: mãe nós não vamos voltar para a Pirraça? Nesse tempo assim [época do caju] eles saíam pelo o mato para colher caju [...]”⁴⁹.

A relação com a paisagem constrói vínculos que as mudanças bruscas abalam dolorosamente persistindo em forma de carência e baixa estima. Por isso não poderia deixar de esboçar, aqui, embora em linhas gerais, que as vazantes tiveram um papel importante na história dos portuenses, assim como na vida da população ribeirinha de modo geral. Frei José Audrin que por vários anos morou em Porto Nacional e percorreu a região comenta que as vazantes propiciam plantações de menores proporções, que são realizadas na beira de ribeirões ou rio, num ponto em que durante a estação de chuvas permanece inundado e que as águas após baixarem deixam aquele lugar úmido e coberto de abundante humo fertilizante. Nessa terra levemente molhada e fortemente adubada os ribeirinhos plantam tubérculos, verduras, legumes o que durante todo o verão proporciona-lhes uma alimentação ricamente variada. O autor ressalta que o costume de plantar nas vazantes é uma herança indígena. Ele exemplifica no texto abaixo que durante as viagens realizadas com os povos indígenas, na região do rio Araguaia e Tocantins:

Mais de uma vez, viajando nas solidões do Araguaia em companhia de Carajás, vimos esses índios afastarem-se, sumirem-se atrás de uma ilhota, de um braço ou furo do rio e, depois de certa demora, voltarem trazendo-nos melancias, mamões e outras frutas colhidas em recantos somente por eles conhecidos. Os nossos Caiapós quando atravessavam a mata virgem, à procura da casa da catequese, acampavam em determinados pontos das estradas, e, enquanto os “cunhares” armavam as barracas de palhas para o pouso, os homens sumiam-se na floresta fechada de cipós e tabocais. Não tardavam a reaparecer, trazendo, além de caças diversas, milho verde, mamões, ananases e mandubis, apanhados em esconderijos inacessíveis a qualquer transeunte (AUDRIN, 1947, p. 49).

Um fato marcante na cidade de Porto Nacional, que é percebido nos depoimentos emocionados, embora não seja o foco privilegiado neste estudo, é a relação intrínseca dos

⁴⁹ Não foi possível continuar o depoimento, pois a depoente se sentiu profundamente emocionada ao falar e re-lembrar dos momentos naquele lugar. A mesma chorou copiosamente. Ela ressaltou entre lágrimas que a família está enfrentando muitas dificuldades; o marido nunca arrumou emprego, só uma vez ou outra faz um “bico”. E falou ainda das três pessoas idosas que morreram após mudarem da Vila Pirraça. Conta ela que “eles diziam que não dariam conta de viver em outro lugar, e que sentia muita saudade da Pirraça”. Esse foi um dos momentos mais marcantes da minha pesquisa.

portuenses com o caju, por isso farei um breve registro da sua importância. A região de Porto Nacional é profundamente fértil para o caju. Dificilmente há uma casa, naquela cidade, que não tenha em seu quintal pelo menos um cajueiro. Os quintais, ao longo das margens do rio, eram repletos de abundantes cajueiros. A intensidade dessa relação é expressa na fala dos depoentes. Enice ao lembrar que: “Nesse tempo assim eles saíam pelo o mato para colher caju [...]”. Não há dúvida de que esses passeios pelo Cerrado para colher frutas eram repletos de significados.

O coreto enquanto um lugar de memória é marcado com os licores de caju, os doces de caju. Toda a cidade tem um cheiro peculiar que também marca a sua identidade. A meu ver Porto Nacional tem o cheiro de caju na sua mais variada forma: as flores, a fruta amadurecida, as castanhas assadas pelas crianças e adultos, o feitiço do doce, a fermentação dos licores. Com a formação do lago e destruição de casas com seus quintais, inúmeros cajueiros foram arrancados configurando uma grande perda. Porto Nacional foi espoliada no que diz respeito ao seu aroma identitário.

Novamente recorro à exposição de Aloísio Magalhães (1997). Esse autor faz uma brilhante análise sobre a riqueza dessa fruta. A meu ver, autor de uma das mais ricas contribuições críticas sobre o patrimônio cultural brasileiro. Aloísio dizia que o caju, além de ser uma fruta natural do Brasil, possui três predicados importantes. Primeiro, o predicado de consciência histórica, isto é, a fruta é conhecida desde os primórdios da colonização até hoje. O segundo predicado é o espaço. O caju cobre praticamente a maior parte do território brasileiro. E o terceiro predicado é a sua diversidade de usos e de produtos que derivam dessa fruta. Dizia ele:

A diversidade de usos é tal que ele já saltou para fora do uso direto e já tem os usos simbólicos. Medidor de tempo, divisor de espaço temporal: antes e depois da chuva do caju. Você tem objetos de arte usando o caju; mobiliário com trabalhos de talha feitos com caju; pintura feita com uso do caju, poesia citando caju, literatura em torno do caju, música em torno do caju. Enfim, ele entra numa penetração multifacetada na comunidade que o configura como objeto cultural. (p. 228).

Aloísio Magalhães cita Gabriel Soares de Souza que no *Tratado Descritivo do Brasil* descreveu as *funções medicinais* dessa fruta que:

Os Tupinambá ingeriam antes das refeições, que os soldados e marinheiros holandeses tomavam para combater o sangramento das gengivas (o escorbuto), o que os índios usavam para fazer saborosos vinhos de mesa, que os diabéticos usavam para equilibrar o açúcar no sangue (o caju é hipoglicêmico). [...] A castanha tem imensa quantidade de proteína. [...] Hoje Moçambique exporta castanha de caju para a Rússia, que a transforma em farinha, usando-a como complementação alimentar protéica. Hoje, nós, brasileiros, compramos de volta os derivados de caju, já manufaturados pelos americanos, ingleses, japoneses (ibid, p.230).

Concordo com Aloísio Magalhães que essa riqueza na relação ser humano e natureza é muito bem configurada no caso do caju. Em Porto Nacional não é diferente, pois o caju é um produto de uso coletivo, tanto quanto era o rio. Ambos bens culturais que foram desenraizados no processo de implantação da hidrelétrica.

Na condição de diretor do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) Aloísio Magalhães deu grande apoio e atenção ao Estudo Multidisciplinar do Caju, uma vez que ele via nestes estudos uma das formas de ilustrar suas idéias sobre a cultura brasileira. O CNRC começou a funcionar em 1975, sendo incorporado ao IPHAN em 1979. O Centro tinha como objetivo estudar e documentar as formas de vida e atividades pré-industriais brasileiras que estavam desaparecendo. Era uma forma de valorização das raízes populares construidoras da identidade nacional, como bem o expressava:

[...] vasta gama de bens – procedentes do fazer popular – que, por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano, não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade (ibid, p. 60)⁵⁰.

⁵⁰ Mais informações sobre CNRC ver também, LEITE, 2003; IPHAN, 2003; GONÇALVES, 1996;

No bojo desse processo de perdas e ganhos, para encaminhar a reflexão sobre a temática do rio, recorro ao depoimento de dona Rita Alves Matos, 78 anos, que foi barraqueira e questiona esse tipo de progresso que desagrega as famílias e as colocam numa situação de mendicância. Ressalta que não quer ser interpretada como uma pessoa radical e contrária ao progresso, mas o fato é que as mudanças que se processaram na cidade de Porto Nacional e no rio Tocantins foram muito prejudiciais e perversas para com o povo e para com a natureza.

Eu acho que o que fizeram com o rio Tocantins [...] mataram, mataram o rio Tocantins. Isso é ambição do homem por dinheiro. Montar empresa como essa de hidrelétrica, e fazer grandes barragens. Então, acabou as belezas do Tocantins. O rio Tocantins está humilhado porque era um rio muito bonito. Agora só tem um lago muito feio, cheio de toco, de madeira, pau caído que não apodreceu ainda. Porque eles poderiam ter pelo menos limpado a área [...]. Que progresso é esse que desagrega as famílias que tem o seu lugar, onde podiam viver às vezes não com luxo, mas ao modo deles, para botar em lugar onde não podem nem criar os filhos, porque não tem condições de sobreviverem. Que progresso é esse? Não que eu seja radical. Eu gosto das mudanças, mas que seja mudanças que não prejudiquem o povo, e a vida [...].

Dona Romualda diz que o rio Tocantins proporcionava muitas alegrias e que a construção da hidrelétrica as arrancou das pessoas, e das famílias, modificando o modo que as famílias viviam há muitas gerações:

O rio Tocantins era uma coisa muito importante para mim. Eu nasci e me criei na beira do rio Tocantins. Em Carreira Comprida pelo lado de lá do rio. Meus parentes, meu pessoal tudinho, avó, mãe morava lá. Nós fomos criados lá. Agora acabou tudo. Meus irmãos, um foi para um lugar, outro foi pra outro lugar. Estão tudo longe agora, separados. Não achei vantagem nenhuma nessa hidrelétrica, só tristeza. Porque o rio era da natureza e agora ficou só o lago. A gente não vê mais aquela alegria das pessoas no mês de julho.

Nota-se que se por um lado a cultura tradicional privilegia as relações de parentesco, os laços intensos de reciprocidade e comunitários, por outro lado, na cultura moderna os riscos são inevitáveis mudando tudo aquilo que marca a vida das pessoas, ou seja, há uma re-configuração da vida cotidiana das pessoas e das famílias.

Padre Moreira ressalta em seu depoimento a diferença entre o público e o privado. Para ele o rio Tocantins era público, era do povo, especialmente dos mais pobres que plantavam nas vazantes para a própria família e para comercializar na cidade. E o lago é uma coisa privada, é um bem privatizado que poucos se beneficiam dele.

Somente os ricos se beneficiam do lago, pois constroem suas mansões na beira do lago, andam de jet-ski, de iate [...]. As vazantes do rio Tocantins eram sobrevivência do povo trabalhador que plantava suas roças de milho, arroz, feijão, mandioca, batata-doce, gergelim, inhame, abóbora, etc. e que abasteciam o mercado interno. Agora você vai à feira e não encontra murici, não encontra maxixi, não encontra buriti. Porto Nacional está morto e só sobrou pra nós um lago morto, sujo, com muriçocas. Nem mesmo a energia desse lago sobrou pra nós. Assentaram o povo na chapada, nas periferias da cidade. A margem do rio Tocantins era toda verde de melancias, de feijão, de milho, de maxixi, de batata-doce, de tantas coisas e na beira do lago não tem nada.

Cirineu da Rocha, do Movimento dos Atingidos por Barragens, afirma que a população teve uma série de privações. Diz ele: “a população foi proibida de usar o rio quando se transformou em lago, pois, é proibido pescar, é proibido andar de canoa de madeira. Quem está no lago é o pessoal que tem jet-ski”.

Através dos depoimentos emocionados, observa-se que naquele contexto de disputas e interesses diversos, enquanto uns perdem outros ganham. Ou seja, para uns, a transformação do rio em lago representa uma perda irreparável, posto que perderam um ecossistema que lhes garantia a sobrevivência. Para outros, esta transformação significa um ganho a mais para usufruírem dos recursos que possuem.

Adalgiso Francisco Braga, 92 anos, foi pescador no rio Tocantins desde criança. Morava às margens do rio, no centro histórico, afirma que o rio oferecia-lhe muito prazer e pensava que o lago fosse proporcionar prazer da mesma forma que o rio, mas que isso não aconteceu. Eis o que diz o depoente:

[...] O rio era uma fonte de subsistência e prazer inaudito. Eu sentia bem navegando no Tocantins, carregando turistas para vários lugares, inclusive para a Carreira Comprida. Aquilo era uma beleza. A gente sentia prazer. Eu sinto tristeza agora. Eu pensava que essa mudança fosse trazer muito prazer pra gente, mas no final ficou esse lago aí. Matou o Tocantins. Não sinto tanto prazer com o lago. Ficou a água parada, o Tocantins morto. Antes tinha correnteza e agente ficava apreciando [...].

Todo e qualquer trabalho, seja ele manual, intelectual ou verbal, tais como: as roupas lavadas, no rio, de Marli; as plantações das vazantes, das famílias da Vila Pirraça; a pescaria do senhor Adalgiso; o artesanato de dona Romualda; entre tantos, se incorporam no que há de mais profundo da sensibilidade do trabalhador. O trabalhador ao desempenhar o exercício da recordação investirá na sua arte um grau de significado e valor normalmente maior do que aquele atribuído no tempo da ação.

Reencontro este sentido valorativo que o trabalhador assume no relato da maioria, a partir do pensamento de Ecléa Bosi (1992, p. 18) ao afirmar que o “desenraizamento é a mais perigosa doença que atinge a cultura. Se a migração e o trabalho operário são desenraizantes, o desemprego é um desenraizamento de segundo grau”.

4 - A Praia de Porto Real

A gente mudava pra lá dia vinte de maio.
Passava maio, junho, julho, agosto, setembro.
Às vezes eu voltava de lá dia quinze de setembro.
Então era bom demais.
Pra mim era uma coisa maravilhosa.
Era uma coisa muito importante, a praia.
Tem hora que eu nem gosto de falar da praia hoje.
Em si ela representava como se fosse o pai e a mãe da gente.
A gente tem aquela lembrança,
lembra das pessoas, lembra das coisas tão boas que vivemos ali.
Era um local de encontro. Era uma beleza.

Zeca Rufo⁵¹

Os sons dos ventos do mês de abril que voltavam todos os anos formavam o ambiente acústico de Porto Nacional dizendo para o barqueiro “está na hora de ir para a praia montar as barracas”. Lembra Adolfo Matos Quinaud⁵². A areia limpinha, lavada pela chuva, a sonoridade da paisagem típica daquele lugar, o encontro com os amigos, o luau, a

⁵¹ Zeca Rufo foi barraqueiro na antiga Praia de Porto Real.

⁵² Adolfo Matos Quinaud, 52 anos, foi barraqueiro desde quando iniciaram as primeiras barracas. Antes quando jovem ajudava a sua mãe, Dona Rita Alves, depois montou a sua própria barraca.

beleza exuberante da Carreira Comprida, a rede na varanda. Estas são lembranças de José Roberto⁵³ e também de outros moradores ribeirinhos.

Seu Adolfo lembra que quando chegavam os ventos de abril é porque estava na hora de começar os preparativos para a construção das barracas. Segundo ele era preciso buscar patrocínio para pintar a fachada da frente. Ele diz que hoje se sente um imprestável, pois a praia e a ilha eram a razão da sua vida. Expressa-se ele:

A praia era a razão do viver da gente. Porque todo ano a gente esperava chegar aquele vento de abril. Então a gente falava: está na hora de ir para a praia. E hoje não temos mais ela. Fizeram uma muito feia e doentia. Não tem razão de ser. Eu estou doente proveniente da perda da praia.

É interessante observar como as lembranças são evocadas pelos sons. Estes mínimos sinais sonoros compartilhados em comum são vitais para os habitantes de uma comunidade. Ecléa Bosi assinala muito apropriadamente que “os sons se complementam como uma conversa ou uma orquestra, sem ruídos antagônicos, envolvendo vida e trabalho em ciclos compreensíveis” (1994, p. 445).

A vida de uma comunidade está estreitamente ligada à “morforlogia daquele lugar” (ibid, p. 445). Esta ligação perde a articulação, na medida em que as mudanças decorrentes da implementação de empreendimentos em prol da modernidade provocam um “grau intolerável de desenraizamento” (ibid, p. 445).

A atividade turística de Porto Nacional era calcada fundamentalmente na exploração do principal atrativo turístico: as praias do rio Tocantins. Existiam várias praias, tais como: a Cicelia, conhecida como praia da Draga; a de Carreira Comprida; a de Porto Imperial; a da Laje e a de Porto Real. Dentre estas optei em analisar a de Porto Real, que se situava na Ilha Honorato Moura, em frente à cidade, por ser esta a que comportava maior infraestrutura, era a mais freqüentada por turistas e especialmente a que mais marcava a identidade dos portuenses de modo geral. Estas praias surgiam no período de estiagem quando o nível do rio baixava e surgia enorme faixa de areias. A temporada iniciava no mês de maio e se estendia até setembro. O acesso à praia de Porto Real era feito através da

⁵³ José Roberto da Silva, tinha 15 anos, em 1970, quando chegou em Porto Nacional. É natural de Campina Grande - PB, mas, considera-se um portuense. Diz que aprendeu a nadar no rio Tocantins e se diz apaixonado por Porto Nacional. Foi barraqueiro por mais de dez anos na Praia de Porto Real. É presidente da Associação dos Barraqueiros.

utilização de transporte fluvial. Na praia de Porto Real eram montadas, pela prefeitura municipal e demais parceiras, uma infra-estrutura de instalações para atendimento aos portuenses e aos turistas. A infra-estrutura compreendia a instalação de bares; sorveterias; danceterias; restaurantes; churrasarias; estabelecimentos comerciais; campo de futebol; posto telefônico; área para salva-vidas; apoio para as travessias de barcos, que transportavam pessoas e equipamentos; vários estandes de apoio à assistência social e à saúde; etc. E aliada a toda essa estrutura uma vasta programação, tais como: shows musicais, apresentações culturais e competições esportivas. Toda esta estrutura era montada e desmontada anualmente, pois no período chuvoso as águas cobriam toda a praia.

A atividade de lazer desenvolvida em função das praias, embora sazonal, era relevante pela geração de emprego e renda. Embora não disponha de dados exatos sobre as receitas envolvidas, mas era incontestável a animação econômica induzida pela temporada de praia (RIMA, 1996). O Projeto Básico Ambiental (PBA) nº 21, sobre a recomposição e ampliação das áreas de turismo e lazer, também salienta que a circulação de recursos financeiros era significativa em todas as dimensões.

O volume de recursos financeiros que circulam na região nesse período de “verão” local é significativo, tanto no que diz respeito à arrecadação das Prefeituras, quanto no que se refere ao volume de negócios realizados pela iniciativa privada, em todas as suas formas e dimensões (p.3).

Com a construção da hidrelétrica e conseqüentemente a formação do lago, a praia de Porto Real foi submersa. Como se pode notar, isso significou o desaparecimento do lazer, do comércio e de serviços, como também os empregos gerados pela mesma. A temporada envolvia atividades do mercado formal e informal que resultavam em entrada de recursos importantes para a economia e para a qualidade de vida da população local.

José Roberto da Silva lembra de um tempo em que não havia ainda infra-estrutura na praia. Ocasão em que se reunia uma “turminha de amigos e familiares”, preparavam comidas, bebidas e iam para a Ilha de Porto Real e lá se ajeitavam embaixo das árvores. Zeca Rufo, que também foi freqüentador da Ilha, afirma que “a praia de Porto Real era tradicional há mais de vinte anos. Antes as pessoas acampavam embaixo das árvores”.

Na década de 80 começou-se a montar barracas comerciais. Inicialmente com madeira natural, pau roliço e cobertura com palha de babaçu.

Em 1991 os barraqueiros se reuniram e criaram a Associação dos Barraqueiros, composta inicialmente de vinte associados, a fim de buscar na prefeitura local apoio para construir as barracas, banheiros, fossas, sistema de água encanada e coleta de lixo. E assim, gradativamente, a cada ano foi melhorando a infra-estrutura da praia: lanchonetes, restaurantes, as barracas padronizadas de madeira cerrada, bar, guarda-volumes, supermercados, viveiros⁵⁴ para as crianças.

Nos últimos anos, ou seja, final da década de 90 e início de 2000, a infra-estrutura já estava muito melhorada se comparada ao início. Havia banheiros móveis; coleta de lixo; Posto de Saúde; Corpo de Bombeiros; telefones públicos; área para camping, tanto para barracas de madeiras, quanto para as de lona; e energia elétrica⁵⁵. Muitas alternativas para as pessoas se divertirem tais como: “quadra de sabão”, quadra de voleibol e de futebol de areia, concurso de forró, danceteria, um palco imenso onde acontecia aeróbica, sorteios de brindes patrocinados pela prefeitura e pelo comércio local, uma variedade de shows musicais com cantores nacionais e regionais⁵⁶.

Em meados do mês de maio com a água do rio já baixa, os barraqueiros iniciavam a construção das barracas comerciais e logo em seguida transferiam a moradia temporária para a praia de Porto Real. Eram construídas vinte barracas comerciais de tamanho 8x20m. Na frente destas, mais próximo às margens do rio, eram construídas dezesseis barracas menores em formato arredondadas onde eram vendidos água de coco, sorvetes, sanduíches, cachorro quente, etc.

A praia de Porto Real no período de temporada se transformava em uma verdadeira cidade, com a infra-estrutura necessária ao fluxo de turistas. José Roberto afirma que em um determinado ano foram construídas cento e vinte barracas, iniciativa de famílias locais que passavam a maior parte da temporada morando ali⁵⁷. Estas barracas eram feitas de madeira cerrada ou não, de tamanho 6x10m, outras maiores do tipo casas de veraneios e

⁵⁴ Viveiros eram espaços cercados (espécie de uma piscina dentro do rio) criados para as crianças tomarem banho sem perigo de se afogarem.

⁵⁵ Porque até meados da década de 90 era utilizada energia a motor. A Prefeitura cedia o gerador e os barraqueiros dividiam as despesas com o óleo.

⁵⁶ Nos finais de semana durante o mês de julho eram realizados shows especiais, dentre tantos, cito: J Quest; Moraes Moreira; Cidade Negra; Pepeu Gomes; as bandas Cheiro de Amor, Mastruz com Leite, Asa de Águia, Carrapicho; etc.

⁵⁷ As famílias construam suas próprias barracas para passarem os finais de semana, para acamparem durante a temporada, ou para alugarem para os turistas.

sobradinhos que muitos denominavam *o setor das mansões*⁵⁸ (Fotos 15A e 21A). Além das inúmeras barracas de camping dos turistas que ficavam acampados na praia.

A praia de Porto Real era muito conhecida. José Roberto afirma que “aquilo ali era uma maravilha. Tinha gente do Brasil inteiro que vinha pra cá. [...]. Aconteceu de em um só dia ter na minha barraca pessoas de cinco países diferentes”. Zeca Rufo afirma que “[...] essa praia veio desenvolvendo, veio desenvolvendo e estava um ponto em que chamava atenção de turistas de toda parte do Brasil e do mundo inteiro”.

No mês de julho o fluxo de pessoas na praia aumentava consideravelmente. Todos os depoentes, sejam os barqueiros, barraqueiros, atingidos pela barragem afirmaram que a partir do segundo domingo do mês de julho a média diária era de 30 mil pessoas que freqüentava a praia. Normalmente antes do mês de julho os frequentadores eram na sua maioria pessoas da cidade de Porto Nacional.

Para exemplificar que o movimento de pessoas na praia era muito grande José Roberto afirma que: “eu cheguei a vender só na minha barraca, num dia de domingo quatrocentas dúzias de cervejas”. Zeca Rufo também afirma que: “eu comprava da Skol, por semana, 4.800 latas de cervejas”. Zeca Rufo recorda que a cidade toda se transformava no período de temporada, até porque muitas pessoas e turistas que ficavam acampados faziam suas compras de alimentos e bebidas nos comércios da cidade. Veja no texto a seguir o que diz Zeca Rufo:

No passado, no mês de julho, o movimento de Porto Nacional era muito grande. Não era só na praia não. Era em todos os locais da cidade. Era na praça do Centenário, na praça da Cirrose, em todos os comércios. Era uma coisa muito grande, era muita gente que vinha pra cá.

A praia proporcionava a geração de trabalho e renda. Eram trinta e seis barracas comerciais que geravam empregos de garçons, cozinheiras, balconistas, auxiliares de serviços gerais, e outros. Zeca Rufo afirma que tinha doze funcionários, sendo seis garçons e seis na cozinha e balcão que se revezavam. Existiam, além disso, também os vendedores ambulantes, tais como: de picolés, de cerveja, de refrigerante, de água, de biquíni, de bijuterias, de óculos, de chapéus, de bronzeadores, de salgadinhos, de queijos, de castanhas de caju, de frutas, entre outros. O comércio da cidade de modo geral aumentava suas

⁵⁸ “O setor das mansões” eram barracas de construção mais arrojadas das famílias da elite portuense.

vendas. Era o momento em que o município ganhava muito em geração de empregos, renda e em arrecadação de impostos. No texto seguinte Zeca Rufo expressa o que estou dizendo:

Porto Nacional era um pólo comercial. Todas as pessoas conseguiam seu dinheirinho com o seu comércio. Nós barraqueiros saía de lá após a temporada com 8, 10 mil reais livre. Eu fazia compromisso com 2, 3 mil reais porque eu sabia que eu ia ter o dinheiro para pagar. Era trabalhando e desfrutando. Era um lazer, aproveitando a vida porque a praia não era só trabalho, era um lazer importante.

O depoente Adolfo Matos, filho da barraqueira dona Rita Alves Matos, expressa com profunda emoção ao recordar a praia, pois a vida era cheia de sentido proporcionado pelo trabalho que ela gerava e que era a única fonte de renda para muitas pessoas.

A vida na praia era um lazer lucrativo [...]. A praia era a grande fonte de renda para nós. Tinha barraqueiros e barqueiros que viviam somente da renda que a praia proporcionava e que hoje estão passando dificuldades. Tem amigos meus que estão vivendo uma situação muito difícil, pois não há emprego⁵⁹.

O trabalho cotidiano, entendido aqui como algo imbuído de sua cultura torna a vida humana realizável. Vejamos como Lukács traduz este caráter histórico da ação humana:

Através do trabalho tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza; desenvolve as potências nela ocultas e subordina as forças da natureza ao seu próprio poder. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. O homem que trabalha utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade (LUKÁCS apud ANTUNES, 1998, p. 123).

Além da geração de trabalho e renda a praia era um espaço que proporcionava momentos de prazer intenso, de descanso, de aconchego com a família, de encontro com amigos, de namorar, de apreciar e sentir a natureza. José Roberto recorda que nos meses de maio e junho era muito gostoso pisar naquela areia. Ele afirma que a areia era limpinha, pois tinha sido lavada durante uns seis meses com “água cristalina, natural”. Ele relembra

que no final da década de 1980 quando tinham poucos barcos⁶⁰ e não tinha muito movimento os barqueiros paravam de trabalhar por volta de vinte e duas horas. Então para não ficar na cidade ele atravessava o rio nadando numa parte em que o rio era mais estreito um pouco abaixo da ponte:

Eu cheguei atravessar o rio nadando lá em cima que era mais estreito para ir para a praia para não ficar aqui na cidade. E lá armava uma rede na varanda da barraca e ficava ouvindo o ventinho passar, a lua bonita. Quantos luau fizemos ali [...]. Aquela praia era uma beleza, tomar banho naquele rio, deitar na rede e ficar apreciando a água, comer um peixinho pescado na hora, pegava ali mesmo e assava. Era uma beleza.

Dona Célia afirma que a praia era uma coisa linda demais e que era o local onde as famílias se reuniam; era um lugar de muitas alegrias, de muitos diálogos. Veja o texto a seguir:

A praia de Porto Real era que trazia os turista pra cá. Que trazia o progresso pra cá. Era aquela alegria, aquela animação, todo mundo alegre. Chegava um, chegava outro. Era uma coisa maravilhosa. Aquele aconchego familiar. Encontrava com os amigos e isso acabou tudo. Numa época como essa, [em julho] Porto não estava morto assim não. Porto Nacional está morto agora.

Zeca Rufo fala da saudade que sente da praia e que agora a coisa mais importante é a saudade. Ele identifica dois tipos de saudades, sendo uma alegre e a outra triste. Diz ele:

A saudade alegre é aquela saudade que eu sinto de você e vou lá te ver pessoalmente, te abraçar. E a saudade triste é aquela que tu não podes falar com a pessoa, não pode encontrar com aquela pessoa porque Deus já levou. É essa saudade que eu sinto da praia, que eu não posso mais vê-la. Só na lembrança.

Ele diz que às vezes pega uma fotografia e fica lembrando e a sensação que sente é a de que a cada dia que passa a saudade tende a aumentar. Assim ele diz:

Esse ano pra mim foi o que mais me machucou porque no ano passado eu não sentia tanta saudade da praia porque estava recente. Esse ano eu senti

⁵⁹ Adolfo fica muito emotivo ao recordar sobre a praia.

⁶⁰ Segundo José Roberto tinha em torno de dez barcos para fazer a travessia das pessoas.

muita saudade, aquele desejo de ter contato com o povo, com a própria praia. Mas, é assim mesmo. A gente vai tentar fazer o que for possível daqui pra frente (ZECA RUFO).

Coerentes com o dinamismo da realidade social, em que tudo está em constante transformação, os depoentes Zeca Rufo e José Roberto não descartam a possibilidade do futuro a nova praia tornar-se uma referência para uma outra geração. Explico melhor com as palavras deles:

Não quero dizer que essa praia artificial não será uma praia boa no futuro, porém a minha geração, meus filhos jamais irá adotar essa praia como berço porque ela não tem história para nós, não tem areia [...]. Francamente eu não considero aquilo ali como praia porque eu conhecia a outra. Pode ser que os meus netos possam gostar daí porque não conheceram a outra, mas eu não. Quem conheceu a outra agora está sabendo o que perdeu (JOSÉ ROBERTO).

[...] Talvez amanhã ou depois. Daqui uns dois anos, dez anos será uma praia tradicional (ZECA RUFO).



Fotos: 8 e 9 : Noeci Carvalho
Casario do centro historico -julho/2003



Foto 9
Em primeiro plano, casario; em segundo plano, casarios sendo reformados; ao fundo, Catedral.
julho/2003



Fotos 10 e 11 : Jose Iramar
Casarios do centro historico -198?



Foto 11



Fotos 12 e 13 : Jose Iramar
Apresentação do grupo Via Sacra de Teatro, morte e ressurreição de Cristo, na rua da Cadeia
198?



Foto 13



Fotos 14 e15 : Noeci Carvalho
Rua da Cadeia -julho/2003



Foto 15
Vista da nova paisagem

II – O PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO NACIONAL: (RE) CONFIGURAÇÃO DOS LUGARES COMO EXPRESSÃO DA MODERNIDADE

[...] descaracterizar o ambiente destituindo-o de suas presenças artísticas tradicionais é uma maneira de favorecer as neuroses coletivas, que se exprimem, mais tarde, em atos de rejeição à civilização histórica, que vão desde o pequeno vandalismo e o banditismo organizado até os fenômenos macroscópicos de violência e de terrorismo – e todos sabem que este é o preço a ser pago pelo não desejado triunfo da sociedade de consumo (GIULIO CARLO ARGAN)⁶¹.

Para escrever este capítulo lancei mão de reportagens veiculadas na mídia escrita, além dos depoimentos dos moradores. Os jornais foram instrumentos fortíssimos no sentido de preparar os espaços, legitimando o discurso da modernidade.

Os dois ícones, a avenida Beira Rio e a nova praia de Porto Real, que simbolizam a modernidade, são obras compensatórias pelos danos causados no município de Porto Nacional, decorrentes da implementação da hidrelétrica Lajeado e que, portanto, trazem em seu bojo de consolidação a formação discursiva de “atraso”. Faz-se oportuno expor em linhas gerais a reprodução desse discurso.

Existe uma série volumosa de matérias que foram veiculadas cotidianamente, as quais exaltavam o empreendimento dando sustentação ao discurso de modernidade. Ou seja, a mídia teve um peso muito grande na medida em que dispunha de espaço para

⁶¹ In: FONSECA, 1997.

divulgação de algo “muito bom” que iria se concretizar na vida dos portuenses. Essas matérias têm uma dose de sensacionalismo predominante no estado do Tocantins que reforçam o discurso de modernização.

Com a formação do lago, as praias, os pontos turísticos e parte do centro histórico de Porto Nacional tornaram-se submersas. A Investco, empresa responsável pelo empreendimento, apresentou o PBA⁶² com medidas compensatórias, o qual compreendia uma orla margeando o lago e ao longo desta a conformação de uma avenida com vários atrativos, tais como: teatro de arena, clube náutico, área esportiva, lanchonetes, etc. E uma nova praia com aspectos mais sofisticados para compensar a antiga praia de Porto Real.

1 - A Nova Praia

Com a construção da hidrelétrica e conseqüentemente a formação do lago a praia de Porto Real desapareceu, bem como todas as outras praias que o rio Tocantins proporcionava aos portuenses.

Maria José, em seu depoimento, ressalta que com a construção do lago, a Investco propôs a compensação de uma outra praia. Mas ela lembra que:

[...] nós tínhamos várias ilhas, a Carreira Comprida, a Ilha do Funil. Tudo isso se acabou. É um absurdo construir uma praia no local que recebe toda a sujeira de Porto Nacional, os esgotos, o matadouro. A contaminação que já tem da água que não foi limpa, pois a água está parada e as árvores não foram retiradas. Deveriam ter construído a praia mais em cima onde a água é mais limpa. As pessoas que têm consciência não vão à praia e nem tomam banho no lago, porque é uma água que está contaminada. As pessoas estão com micose. São muitas pessoas, na cidade, que relatam doenças.

O depoente Eduardo Manzano também ressalta que a compensação não foi correta, pois estas medidas compensatórias deveriam comportar todas as várias praias que existiam na região de Porto Nacional e não somente a de Porto Real.

⁶² Uma das maiores dificuldades de acesso à documentação foi o documento do PBA. Recorri inutilmente aos órgãos públicos de Porto Nacional, à própria empresa responsável pela obra da hidrelétrica, e a pessoas ou instituições, que eu sabia estarem indiretamente ligadas a este tema por inúmeras razões. Somente o consegui depois de recorrer ao Ministério Público Federal, em Palmas.

O que se percebe é que os portuenses apresentam um alto índice de resistência, e muitos até mesmo de rejeição, contra a nova praia que foi construída sob um discurso de que seria muito melhor do que a antiga praia. No depoimento a seguir José Roberto expressa esse sentimento de resistência embora haja também esperança de que as mudanças ocorridas possam proporcionar benefícios para o estado. Diz ele:

Não sou contra o progresso porque acredito que a energia dessa hidrelétrica irá trazer indústrias para o estado do Tocantins, embora por enquanto não aconteceu ainda. Mas, as belezas naturais, aquilo que a gente tinha acabou tudo, não existe mais. Esse negócio de praia artificial que falam por aí que é boa na realidade são águas mortas. Não sei se os velhos vão acostumar com essa praia. A gente da minha geração não acostuma, não gostam, nunca foram lá e dificilmente vão participar como era antes. Para nós, aqui de Porto, foi um prejuízo enorme, para a cidade. O turismo não existe mais, a cidade está morta. Apesar da nossa cidade ser cultural, as pessoas estão indo para outros locais, para outras praias neste período. As pessoas de Porto não saíam da cidade no período de temporada, pois os portuenses se preparavam para receber os amigos, os parentes, os turistas que vinha para cá. Eu fiquei muito triste. Não consigo tomar banho nesse lago porque me lembro da beleza que era antes. Nós ficamos arrasados [...]. Eu gostava tanto da nossa praia. É uma perda muito grande em relação ao turismo, a cultura da cidade, a geração de empregos e as belezas naturais do rio Tocantins.

Heloísa Manzano considera que foi feito um arremedo de praia, que não dá nem para comparar com a outra. Diz ela: “A auto-estima, o astral da população caiu muito. Os portuenses ficaram em baixa. Quem sabe com o passar dos anos as coisas vão melhorando, a água ficando de melhor qualidade, mas não dá nem para comparar com a outra”.

O discurso sobre a perda, bem como a resistência em não frequentar a nova praia pode-se observar que o mesmo não ocorre na capital do Tocantins, Palmas. A leitura que faço é que esta cidade é muito nova, em termos de tempo de existência, com relação a Porto Nacional e a população de Palmas não está enraizada ainda. Pois a maioria da população da capital é originária de outras cidades do Tocantins ou de outros estados do Brasil. E para esta população, a praia é uma experiência nova que não pode ser comparada com a de Porto Nacional.

É interessante observar o discurso dos meios de comunicação que exercem o papel de legitimador dos “projetos de desenvolvimento” na medida em que são utilizados como instrumentos de exaltação destes projetos como grandes feitos do poder público e

simultaneamente obscurecendo os conflitos, tensões e contradições resultantes destes. Nesse contexto, vale lembrar Napoleão Araújo (2002) que em sua dissertação de mestrado salienta que na época da construção da rodovia Belém-Brasília a imprensa desempenhou o papel de propagandista oficial em que inúmeras matérias eram publicadas de modo geral em tom de euforia e sensacionalismo “colocando-se a serviço do estado e da economia privada em geral, a fim de obscurecer as contradições que permeiam a implantação de uma obra do porte da referida estrada” (p. 330). Embora exista uma longa distância que separa o período de construção da Belém-Brasília e a construção da hidrelétrica de Lajeado, a noção discursiva permaneceu, talvez de forma mais intensa e abrangente em razão dos avanços tecnológicos. Transcreverei a seguir alguns trechos dessas matérias na qual o jornalista exalta as vantagens e benefícios que serão proporcionados ao estado e ao município de Porto Nacional com a construção da hidrelétrica.

O lago da UHE: as águas que vão consolidar o desenvolvimento de Porto Nacional. Quando as águas do grande lago, formado com o represamento do rio Tocantins, pelos paredões de concreto e aço da UHE Luiz Eduardo Magalhães, lamberem os quintais ribeirinhos da centenária Porto Nacional estará surgindo um novo tempo na vida social, econômica e política deste município. A partir deste momento histórico se iniciará a abertura de vários caminhos por onde um qualitativo desenvolvimento atingirá toda a comunidade com uma substancial qualidade de vida.[...] Os seus benefícios, que já estão atingindo positivamente importantes áreas da economia do Estado, se estenderão de forma direta e indireta, até os cidadãos tocantinenses menos favorecidos, espalhados pelos quatro cantos do Estado.[...] Os municípios que serão atingidos pelo grande lago, receberão importantes benefícios, que com certeza, transformarão radicalmente o futuro de suas comunidades [...]. Porto Nacional estará recebendo importantes investimentos por parte da INVESTCO⁶³ que, além de toda uma infra-estrutura como a avenida Beira Rio, e a nova praia da cidade, consta também os enfoques na área ambiental [...]. A INVESTCO⁶⁴, sempre esteve preocupada com os valores sociais da comunidade portuense. Em todos os momentos dos estudos, optou-se pelo melhor caminho para beneficiar Porto Nacional. No caso específico da praia de Porto Real, que [...] será substituída por uma grande praia, que se localizará à margem direita do rio Tocantins [...] A infra-estrutura desta nova praia deverá, após todos os estudos receber o mais moderno tratamento para a área.[...] Seremos altamente beneficiados com a nova praia. (Cf. JORNAL O PARALELO 13, 2000, p. 4).

⁶³ O grifo é do autor.

⁶⁴ O grifo é do autor.

Dois anos após essas e tantas outras matérias exaltando a implementação da hidrelétrica, um fato paradoxal pode ser verificado nesse mesmo jornal local, no qual o jornalista menciona o desrespeito para com a história de Porto Nacional e atribui a responsabilidade/culpa da situação lastimável da cidade aos poderes executivo e legislativo municipal. Ressalta o jornal:

[...] A nossa dignidade foi ferida porque a letargia das nossas autoridades foi covarde, irresponsável e comprometedora. Os poderes executivo e legislativo de Porto Nacional se distanciaram dos anseios da comunidade e abraçados a uma política de compensação e personalística não ousaram cobrar dos executores destas obras o devido respeito para com a nossa centenária comunidade portuense [...] Porto Nacional é hoje um município parado, sem opção de lazer, sem alternativa econômica, sem sonhos para o futuro [...] (Cf. JORNAL O PARALELO 13, 2002, p.3).

Vejamos mais outro trecho da matéria “Avenida Beira Rio e Praia de Porto Real: o desrespeito para com a história e a dignidade do povo portuense”, publicada no Jornal O Paralelo 13, de 15 de junho de 2002:

[...] Com relação à praia, a questão é muito mais séria. A empresa inventou um pequeno espaço onde a areia é misturada a um barro avermelhado, e o matagal existente é infestado de cauí⁶⁵. Tudo isso banhado por águas de duvidosa qualidade. Ali antes era um abatedouro de gado e não oferece as mínimas condições para receber as pessoas que querem qualidade de vida. Além do que não há como acomodar barracas comerciais à altura do fluxo de turistas que sempre freqüentaram Porto Nacional nas temporadas de férias. Este é mais um ato que fere de morte a dignidade do povo portuense [...] (p. 3).

A nova praia foi construída numa pequena ilha que se formou após a formação do lago. O lugar/espaço não representa os anseios dos portuenses. Ela foi construída ali contra a vontade dos moradores, uma vez que estes preferiam que a nova praia fosse construída na parte sul da cidade, nas proximidades da ponte do rio e conforme a orientação do PBA. No sub-ítem 2.2, do PBA nº 21, sobre o processo de seleção de área para a nova praia, observa-se que:

Da mesma forma que em Palmas foram apontadas algumas áreas que se prestariam para as atividades de praia. Foi escolhida, de comum acordo

⁶⁵ É uma espécie de mosquito.

com a prefeitura de Porto Nacional e com decisão direta do prefeito e do secretário de Obras, uma gleba contígua à ponte que faz a travessia do rio Tocantins, na direção da Belém-Brasília. Trata-se de área de alta acessibilidade, próxima à rede existente de abastecimento de água potável, com declividades adequadas e com uma inserção urbanística considerada conveniente pela prefeitura de Porto Nacional [...] (p. 4).

De acordo com os depoimentos, verifica-se que o fato da nova praia ter sido construída em uma pequena ilha implicou em um dos aspectos negativos, visto que a travessia em barcos demanda em custos para as pessoas, isto é, para deslocar-se da margem até a ilha. A outra praia também tinha essa característica, mas expressa um dos depoentes que os idealizadores do projeto deveriam ter pensado neste aspecto. Eis o que diz:

[...] Esse já era um problema que nós vivíamos naturalmente com a ilha de Porto Real, mas ninguém podia fazer nada porque aquilo era um recurso natural. A natureza construiu aquela ilha naquele lugar. Já que a nova praia foi construída pelos homens poderiam ter pensado neste aspecto que de certo modo cria uma certa discriminação com as pessoas, pois só quem tem dinheiro pode usufruir da praia. Deveriam ter adequado melhor essas questões (EVERTON DOS ANDES).

Outro aspecto que os portuenses consideram problemático no que se refere à nova praia é que ela foi construída em um local de maior incidência de esgoto, posto que não existe tratamento de esgotos na cidade. Assim, diz Everton dos Andes:

Teria que ter desenvolvido um projeto na questão da limpeza porque não há como se pensar num lugar onde vai tomar banho em que a água seja suja. Banho é símbolo de limpeza então a água deve estar limpa. Ali é uma região que recebe as águas do ribeirão São João que não recebe nenhum tratamento sanitário. Existe uma quantidade considerável de esgotos naquele ribeirão. E o ribeirão São João deságua no ponto da praia que foi construída.

Zeca Rufo afirma que denunciou esta problemática na mídia (televisão, jornais escritos). Mostrou a qualidade da água contaminada do lago, que não se pode tomar banho, mas o prefeito da cidade diz que a água é boa. Zeca expressa ressentido que não é contrário à praia, mas sim contra as atitudes do prefeito, que não atende aos anseios da população.

Uma reportagem publicada no *Jornal Mira* ressalta que a praia artificial foi construída em cima do antigo matadouro da cidade, local onde se enterravam ossadas de gado e porco, além das vísceras e fezes desses animais. Também o lago recebe toda uma carga de dejetos causadores de doenças, como óleo e outros derivados de petróleo vindos de um posto de gasolina que despeja todo este material no ribeirão que desemboca no lago (2002, pág. 4).

No depoimento de dona Célia este fato se confirma. Eis o que diz: “ [...] a nova praia além de ser muito pequena, localiza-se onde era o matadouro, onde cai esgoto; é uma coisa assim que nem sei explicar pra você, porque só fui lá uma vez e não gostei, não gostei de jeito nenhum”.

Outra questão manifestada pelos portuenses como negativa refere-se ao fato de que o espaço físico não foi dotado de uma infra-estrutura básica adequada. Só depois de muitas críticas por parte da população foi feita uma modificação. Embora alguns depoentes acreditem que não basta apenas infra-estrutura adequada, é necessário um programa de educação ambiental e turístico.

[...] ela está como se encontra hoje com uma estrutura melhorada, mas eu acho que é preciso ir além da infra-estrutura. A infra-estrutura requer um planejamento. Ou seja, não deve se pensar somente em levar um grande número de pessoas à praia. É necessário, sobretudo, desenvolver atividades no sentido de que as pessoas possam adquirir maior consciência de preservação, porque senão as pessoas, os turistas vão ocupar a praia e deixar por lá as latinhas de cervejas, de refrigerantes e todo tipo de lixo, produzidos por eles (EVERTON DOS ANDES).

O fato é que a polêmica em torno das transformações sociais e simbólicas que se processaram na cidade esteve envolta em clima de intensas brigas e intrigas, em diversos níveis. Por oportuno, exemplificarei com uma cena bastante expressiva, ocorrida na nova praia, dias antes da sua inauguração⁶⁶, em que um cidadão reclamou do abandono das construções da nova praia. Para melhor situar este conflito, veja trechos da carta aberta,

⁶⁶ Na ocasião eu encontrava-me na cidade e presenciei a intensa repercussão desse episódio, entre a população.

intitulada, *Não aceitamos a violência!!! Precisamos nos indignar*⁶⁷, que veiculou pela cidade:

[...] Um cidadão, morador desta cidade, reclamava do abandono das construções da praia, em especial do banheiro masculino, que estava com torneiras quebradas e excessivo mal cheiro pela falta de água, sem perceber que o prefeito estava no local. O prefeito, sentindo-se ofendido, perguntou: “Quem o convidou para estar aqui?” – provando que realmente se sente dono do patrimônio público. A seguir chamou o cidadão para fora e gritou para os seus “capangas” que prendessem o cidadão que o estava agredindo [...]. O cidadão correu ao ver os brutamontes que vinham na sua direção e, caído no chão, depois de uma rasteira, foi esmurrado e chutado como um animal [...]. Até quando os cidadãos portuenses vão ficar submissos às atitudes imorais e indignas daquele que devia nos representar? Até quando vamos ver nossa cidade às escuras, suja, fato que nos envergonha diante dos poucos visitantes? [...] (Anexo: 5).

Esta carta, como se vê, constitui importante comprovação das acirradas disputas e controvérsias travadas entre os segmentos antagônicos. Percebe-se que ela revela um tom de indignação e de denúncias, diante das atitudes autoritárias do poder público municipal.

Além de todas as contrariedades e perdas os barraqueiros e barqueiros sentem-se lesados, visto que não foram indenizados pelo trabalho prestado, aos turistas e comunidade portuense, durante vários anos. Conforme os depoimentos, a empreendedora Investco alegou, para não indenizar estes trabalhadores de Porto Nacional, que eles não geravam renda, que eram poucas pessoas que freqüentavam a praia, que os barcos transportavam poucas pessoas e que o fluxo de turistas era muito pequeno no período de temporada. Por conseguinte, argumentaram que iriam fazer uma nova praia para compensar a antiga. “Só que a praia que fizeram não é igual a que a gente tinha. Nem chega aos pés da que a gente tinha”. Dizem os trabalhadores. Sobre este assunto o *Jornal O Paralelo 13* publicou uma pequena nota em que salientava criticamente a grande contradição em indenizar barraqueiros e barqueiros da praia Graciosa, em Palmas, que teve apenas 6 anos de vida útil, e ignorar a mesma categoria, em Porto Nacional, em que a maioria desses profissionais tinha mais de vinte anos de prestação de serviços nas barracas da praia de Porto Real (O PARALELO 13, 2001, p. 2).

⁶⁷ O grifo é do autor.

Através dos depoimentos dos trabalhadores nota-se que estes se sentem injustiçados e lesados devido a empreendedora e os órgãos executivo e judiciário não lhes asseguraram os seus direitos. Assim se expressam:

A praia de Palmas é filha daqui. Quando iniciou-se a praia de Palmas nós já tínhamos mais dez anos de praia estruturada aqui em Porto. No entanto, os barraqueiros e barqueiros de Palmas foram indenizados e nenhuma das pessoas que trabalharam nas cinco praias de Porto Nacional foram indenizados (ZECA RUFO).

Adolfo Matos que também era barqueiro e barraqueiro afirma que “dinheiro nenhum no mundo paga a perda que sofremos, mas a empresa deveria nos indenizar para aliviar um pouco a dor que sentimos por esta perda”.

A Associação dos Barqueiros e dos Barraqueiros entrou com ação na justiça. Porém, a mesma deu ganho de causa para a Investco. Por não ter ganhado a causa no âmbito estadual recorreram na Justiça Federal. A esperança deles é que a Justiça de Brasília dê ganho de causa a eles.

Os portuenses rejeitam a nova praia por esta ser artificial. Assim expressa Lúcio Ferraz, que era barqueiro:

[...] A nova praia é uma ilusão porque tudo que é artificial não presta. Regrediu muito a cidade, o movimento de turistas na cidade. Enquanto que a antiga praia de Porto Real tinha uma média de 20 a 30 mil pessoas por dia e essa aí não deve ter nem mil pessoas.

Dona Rita afirma que a conseqüência da construção hidrelétrica não foi uma coisa boa, pois acabou com o lazer natural dos portuenses.

A hidrelétrica não foi uma coisa boa. Esse problema do lago acabou com o lazer natural que era a praia, aquela ilha que todo mundo ia. Tirou a fonte de renda dos barqueiros, dos barraqueiros, de várias pessoas. Quem não conhecia antes e vê agora então diz: há que bonito, que belo, mas pra nós que somos portuenses não é. Essa praia aí é uma praia artificial não tem nada de belo, não tem nada de belo. O bom mesmo de praia é o natural.

De fato a construção de hidrelétricas não tem como objetivo produzir lazer. Ribeiro (1991, p. 27-28) salienta que vários estudos da literatura de avaliação de impacto social têm mostrado que os grandes projetos não são portadores monolíticos de desenvolvimento para todos os segmentos de classes sociais e étnicos neles envolvidos ou por eles afetados. Nesse sentido, o autor faz referência a vários projetos hidrelétricos, tais como: Volta (Gana), Kariba (Zimbábue), Tucuruí e Sobradinho (Brasil) e Plano Pick-Sloan (EUA), mostrando que estes propiciaram grandes concentrações econômicas nacionais e internacionais em detrimento das populações locais. Os gestores desses empreendimentos normalmente não valorizam os sentimentos, o processo histórico e nem o modo tradicional de vida das comunidades locais. Isto é percebido claramente nos depoimentos dos moradores de Porto Nacional.

O jovem Genildo recorda que a hidrelétrica causou uma perda irreparável para os portuenses:

A praia prá gente era tudo. Uma praia natural. Era um ponto turístico maravilhoso que infelizmente tudo se perdeu. Essa hidrelétrica para Porto Nacional só trouxe coisas negativas. Porto não ganhou nada de positivo, só perdeu.

Sobre a nova praia Genildo acha que estão tentando “tapar o buraco que abriram, pois a nova praia não está legal”⁶⁸ e as poucas pessoas que estão indo é devido à falta de opção, pois “o que perdemos não vamos recuperar nunca mais”. Em conversas informais com alguns jovens sobre as novas opções de lazer da cidade, estes me disseram que sentem saudades das antigas praias, e que freqüentam a nova praia e a avenida Beira Rio porque a cidade não oferece outros lugares para divertimento.

Um outro aspecto que merece ser ressaltado neste estudo é o fato de que a nova praia acabou com os significados adjacentes à antiga praia de Porto Real. Antes, fazia sentido esperar a temporada da praia, hoje a nova praia é permanente, e assim não traduz o significado da espera. Não retrata o *fetich*e que outrora fazia da espera da temporada

⁶⁸ Genildo é dançarino e diz que a sua academia está desenvolvendo atividades de animação na praia, com axé, com aeróbica, etc.

momentos de preparação cheios de significados para as pessoas e que iam se traduzindo no ambiente social.

De acordo com pensamento de Sharon Zukin (2000) uma paisagem urbana pós-moderna não apenas mapeia cultura e poder: mapeia também a oposição entre o *mercado* – as forças econômicas que desvinculam as pessoas de instituições sociais estabelecidas – e *lugar* – as formas espaciais que as ancoram no mundo social, proporcionando a base para uma identidade estável (p. 83).

No dia 13/7/2003 realizou-se a inauguração da nova praia que contou com as presenças de várias autoridades políticas, dentre elas o governador do Estado, vários deputados e o prefeito do município de Porto Nacional, Otoniel Andrade. O texto seguinte consiste em trechos de uma entrevista coletiva concedida à imprensa, na ocasião na inauguração da nova praia, em que eu mesma pude registrar.

Olha o que nós estamos avaliando é mostrando a nossa população e ao nosso povo que a antiga ilha de Porto Real foi feita por Deus. E esta nova ilha também foi feita por Deus, porém com a mão do homem. Então nós juntamos a natureza que foi feita por Deus. Nós temos aqui, por exemplo, toda uma infra-estrutura que antes não tinha e que agora é tudo definitivo. Esta ilha não tem o período de temporada. É uma ilha definitiva. O cidadão pode escolher qualquer época do ano pra vir pra cá. Tudo o que foi construído é definitivo. Nós temos aqui sistema de esgoto sanitário, nós temos sistema de esgoto doméstico para as barracas comerciais. Enfim, e outra coisa, a nossa ilha tem capacidade de receber com todo sistema de esgoto trabalhando mais de 10 mil pessoas. Então é uma das únicas ilhas do Brasil que tem um sistema de esgoto sanitário completo como a nossa. Então, por isso é que nós convidamos você que está com *stress* em Palmas, Araguaína, em Gurupi e no Brasil inteiro e no Tocantins. Venha curtir a nossa nova ilha de Porto Real. Venha ver as belezas do lago. Venha ver o quanto a qualidade de vida do Tocantins é gostosa e ao mesmo tempo agora a nossa ilha com tudo isso definitivo.

O prefeito afirma que o sistema de esgoto é uma forma de preservação, apesar da cidade não dispor de um sistema de saneamento adequado. Diz ele:

Não só preservar, mas respeitar o meio ambiente. É uma maneira de não agredir o meio ambiente [...] É uma obra que foi construída para o presente e pensando no futuro das futuras gerações. Que as futuras gerações também têm que desfrutar dessa maravilha, dessa beleza que Deus deu a todos nós que é a nossa ilha de Porto Real.

Percebe-se que há um paradoxo, no discurso do prefeito, posto que diante de tanta destruição do patrimônio cultural e natural, de Porto Nacional, ele fala em preservação e respeito ao meio ambiente para as gerações futuras.

O *Jornal do Tocantins* publicou uma matéria em que salientava que ao inaugurar a nova praia a prefeitura municipal pretende que os portuenses tenham um contato mais próximo com a natureza e assim matarem as saudades da costumeira temporada de praia que não volta mais. Trechos da matéria afirma que “a nova praia tem quase tudo para substituir a extinta coqueluche dos filhos, netos e bisnetos de Porto Nacional” (13 de julho de 2003). Veja mais um trecho da matéria:

[...] A praia de Porto Real – a original – deixou saudades quando foi submersa pelas águas do lago da UHE Lajeado. Famosa em todo Estado era uma das mais visitadas durante as temporadas anuais. A partir de agora, os portuenses e turistas em geral podem contar com uma substituta à altura [...] com uma infra-estrutura capaz de receber 10 mil visitantes.

A placa de inauguração da nova praia tem os seguintes dizeres (Foto 24):

Nesta data o governador Marcelo Miranda e o prefeito Otoniel Andrade entregaram à comunidade portuense a Ilha de Porto Real. Com infra-estrutura básica e equipamentos de esportes. Um investimento no lazer, melhorando a qualidade de vida, permitindo aos cidadãos a ocupação prazerosa do seu tempo livre. Buscando fazer do lago de Porto Nacional o portal do turismo sustentável do Tocantins.

2 – A Avenida Beira Rio

Dentre os casos de destruição voluntária do legado que a história nos deixou, o mais macroscópico é o da cidade. Como espaço da vida comunitária, o espaço urbano é, sem dúvida, um bem público, cuja privatização é tão repugnante, no plano moral, quanto a privatização do ar que respiramos. Todavia o espaço urbano em geral é privado e objeto de especulação⁶⁹ (GIULIO CARLO ARGAN)

⁶⁹ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *Entre a Destruição e a Preservação: Notas para o debate*. In; Memória, Cidade e Cultura. SCHIAVO, Cléia, ZETTEL, Hayme (Coord.). Rio de Janeiro: UERJ/IPHAN, 1997.

Em princípio de agosto de 2000 foi publicado no jornal do Tocantins um artigo intitulado **Devastar é inevitável?**⁷⁰ escrito por Pedro Tierra, no qual o poeta expôs a angústia como cidadão sobre os impactos das obras de construção da hidrelétrica de Lajeado, sobre a cidade de Porto Nacional, bem como o desejo que sentia de ver preservado aquele lugar. No artigo o poeta destaca uma conversa que teve com o prefeito de Porto Nacional, Otoniel Andrade, a respeito dos impactos da referida obra. Eis, a seguir, alguns trechos desse diálogo:

[...] Atencioso, o prefeito levou-me ao seu gabinete e me expôs o projeto da avenida Beira Rio. [...] Garantiu-me que não se tratava apenas de uma avenida, mas de um parque, um complexo de lazer para a população. Qual não foi minha surpresa quando de volta à beira do rio vi as máquinas a serviço da Investco derrubando árvores do que restou da mata ciliar: ipês, jatobás, mangueiras, cajueiros, algumas delas dentro de propriedades particulares. Diante do desastre já consumado fica difícil imaginar um complexo de lazer que preserve as árvores típicas do cerrado naquela área. [...] Uma cidade como Porto Nacional, que ocupa um lugar especial no perfil cultural do estado, não pode tolerar esse tipo de abuso. Não pode permitir-se ser anestesiada pelas pequenas indenizações pagas pela Investco. É preciso nos darmos conta de que há bens não vendáveis, na cidade. Porque de valor inestimável. Porque são bens coletivos que pertencem à comunidade e não aos indivíduos em particular. Porque pertencem à história de vida de gerações inteiras e não diminuem, pelo contrário, ampliam as possibilidades econômicas da cidade. [...] Se hoje os homens da Investco têm a ousadia de devastar criminosamente a margem do rio, o que os impedirá amanhã de derrubar os velhos casarões para construir “modernas” mansões de veraneio? (JORNAL DO TOCANTINS, 2000).

No dia 13 do mesmo mês e ano e no mesmo jornal, o vice-presidente executivo da Investco, João Carlos Relá, respondeu com o artigo **Devastar não é inevitável**⁷¹. No referido artigo este afirma ser louvável a demonstração de cidadania e consciência ambiental do poeta, mas que a Investco estava tentando despertar a população, através de um Projeto de Educação Ambiental, o Peal. Diz ele:

[...] A meta da Investco é encontrar o equilíbrio entre o progresso e a sustentabilidade do meio ambiente. Uma meta que efetivamente vem sendo cumprida ao criar milhares de empregos diretos. E ao executar o mais amplo programa ambiental em curso no Brasil. A avenida Beira Rio

⁷⁰ O grifo é meu.

⁷¹ O grifo é meu.

também faz parte do *roll* dos projetos ambientais. Sua execução atende o desejo da própria população de Porto Nacional, aprovado no EIA-RIMA. Um desejo do qual a Investco é apenas fiel cumpridora. E que está sendo executado não com mansões de veraneio, mas com equipamentos de lazer acessíveis a toda a comunidade. São bosques, quadras esportivas, terraços panorâmicos. Certamente, um belo cartão postal. Nada absurdo imaginar que, em 2002, a avenida será um *point* de produção cultural. Quem sabe, um cenário ideal para inspirar os poetas[...] (JORNAL DO TOCANTINS, 2000).

A réplica aconteceu em 26 de agosto de 2000, com a **Fábula de Agosto**⁷², em que Pedro Tierra destaca:

[...] Lendo o Jornal do Tocantins, do último dia 13, dei com um comentário aparentemente cortês, que mal disfarça a velha cultura autoritária de quem encara as poucas expressões vindas da sociedade como um incômodo acidente produzido pela impertinência dos poetas e que deve ser tratado com a necessária condescendência [...]. Veio-me à memória uma fábula narrada por aborígenes africanos para ilustrar a arrogância dos colonialistas ingleses que devastaram este continente no século XIX [...]. De fato, se o Projeto de Educação Ambiental – Peal ministra suas lições usando o método de derrubar árvores centenárias entre a Escadinha e o Porto da Manga, será digamos uma pedagogia de choque. Aqui, saio do território da fábula para entrar no terreno da história e recordar um fato que nos ajuda a iluminar o debate sobre intervenções de grande impacto na vida dos povos. Os soldados espanhóis de Francisco Pizarro fizeram lenha das bibliotecas dos Incas, para se aquecer no frio dos Andes. Tudo em nome do progresso e da civilização [...]. Destruíram com elas um acervo de conhecimentos que jamais poderiam estimar. É preciso tirar lições da história, e não apenas da história remota de povos remotos. Mas do que tem ocorrido aqui debaixo dos nossos olhos, nas últimas décadas. Em Itaipu, Sobradinho, Tucuruí, Balbina e mais recentemente na Serra da Mesa neste mesmo rio Tocantins. Em suma, a questão é se vamos insistir em destruir aquilo que não podemos compreender ou recriar [...] (JORNAL DO TOCANTINS, 2000).

No bojo desse clima de tensões, aproprio-me do pensamento de Campello (1994) e Laraia (2002), no sentido de compreender melhor aquele polêmico momento. Campello assinala que nas cidades pós-industrial, em decorrência da urbanização vertiginosa impôs-se intervenções em largos trechos de uma só vez. Simultaneamente, a ideologia inerente ao modernismo, de fazer tábula rasa do passado para construir um mundo inteiramente novo, rompeu com a linha de continuidade histórica, levando a cabo intervenções sem nenhum

planejamento. A consequência é a descontinuidade no tecido das velhas cidades, quando não a sua destruição. Neste contexto, as cidades não são mais consideradas como um organismo em evolução e não mais são vistas como um acúmulo de eventos culturais e históricos que forma determinando a sua configuração e a sua identidade (p.117-125).

O antropólogo Laraia (2002) enfatiza que há uma “tendência brasileira para a modernização, entendendo como tal o fenômeno urbano que segue um estilo catastrófico que consiste nas periódicas substituições de conjuntos arquitetônicos antigos por outros mais novos” (p. 01). Laraia ressalta que o fenômeno de desapego ao passado não é de exclusividade brasileira, mas do continente americano. Ele cita como exemplo a 5ª Avenida de Nova York, que no final século XIX substituiu os seus magníficos casarões coloniais por muralhas de prédios modernos. Em relação ao pensamento de Laraia pode-se inferir que a demolição de inúmeros casarios do centro histórico de Porto Nacional para construir a avenida Beira Rio revela uma “falta de sentimento de preservação do passado, como se o mesmo significasse atraso e que deve ser sempre substituído pelo avanço inclemente do progresso” (p. 02). O autor ressalta que esta postura de negação do passado é profundamente distinta da européia. Os europeus são capazes de alterar o traçado de uma rodovia para salvar uma velha casa. Ao contrário destes, os americanos, brasileiros e portuenses preferem o estilo que o autor chama de catastrófico, das constantes substituições do velho pelo novo.

No campo do patrimônio cultural, Santos (1996) observa que a criação do SPHAN esteve envolta em clima de acirradas disputas e controvérsias. Foram brigas e disputas travadas pelos grupos representado, por Rodrigo Melo Franco de Andrade e o opositor, ao longo de muitos anos, mantidas e sustentadas, através dos principais jornais do Rio de Janeiro.

A placa de lançamento da pedra fundamental da avenida Beira Rio deu-se no dia 13 de julho de 1999. Veja a seguir o texto expresso na placa (Foto 26):

Nesta data, com a presença do governador do estado Siqueira Campos, do prefeito Otoniel Andrade e do vice-presidente da Investco João Carlos Rela, foi lançada a pedra fundamental do complexo da “Avenida Beira Rio” marco símbolo do resgate da importância do rio Tocantins na formação de uma nova e moderna civilização tocantinense, da qual Porto

⁷² O grifo é meu.

Nacional é núcleo básico. Elemento de integração entre a cidade e o grande lago, essa obra marcará o início de uma nova era de desenvolvimento para Porto Nacional. A todos que a tornaram possível, as futuras gerações serão gratas.

Foi no bojo desse discurso sobre modernidade que a avenida Beira Rio foi implementada. No entanto, tal discurso não correspondeu, na prática, às expectativas dos portuenses. A população critica a modificação do projeto de reurbanização da faixa costeira de Porto Nacional, que previa adaptar o traçado urbanístico e a infra-estrutura viária da cidade, à formação do reservatório. Adequando o espaço urbano às modificações que iriam acontecer e melhorando as condições físicas e funcionais dessa área, complementando os equipamentos urbanos de lazer (PBA nº 17, p. 2). Este projeto previa a construção de uma “avenida marginal” [avenida Beira Rio] dotada de pista dupla, com canteiro central, piscina natural, áreas de camping, mirante, anfiteatro, lanchonetes, bibliotecas e um complexo olímpico com quadra de esportes, pistas para cooper, ciclovia, praça de ginástica, pista de atletismo, restaurantes, clube náutico e um kartódromo (ALMANAQUE CULTURAL DO TOCANTINS, 2001). Apesar das contrariedades, alguns depoentes acreditam que a hidrelétrica irá proporcionar mais riquezas para o município. Veja a seguir alguns depoimentos:

Veio o discurso da usina hidrelétrica. Nós não somos contra, nem os barraqueiros, nem os portuenses, a hidrelétrica porque cada vez que tem energia vai trazer mais riqueza mais recurso para Porto Nacional. Só que não cumpriram o que prometeram. Disseram que iriam fazer a avenida Beira Rio desde a ponte do ribeirão São João até a ponte sobre o rio Tocantins, mas fizeram só um pedacinho (ZECA RUFO).

A avenida para mim era para ser até a ponte e ela morreu bem aqui no Buracão. E aí ficou a avenida só até aí. Porque que não fizeram tudo como falaram que iria fazer? (CÉLIA BRAGA AIRES).

Eu pensava que a avenida Beira Rio seria a obra do século, um espetáculo como dizia no discurso e no projeto que espalharam pela cidade. Mas, agora a gente vê que não é nada disso. Que realmente é um caos, que é um lugar que está abandonado, que está morto. Sem estrutura nenhuma, pois já está toda desmoronando. Acho que foi o maior fiasco. (GENILDO).

Vejam também alguns trechos de matéria publicada no *Jornal O Paralelo 13*, de 15/06/2002, em que o jornalista menciona que:

[...] A avenida Beira Rio está toda remendada, mais parece um canteiro de obras abandonado e mal administrado, pois desmorona, racha, infiltra, cresce mato, soltas placas de cimento e asfalto. No decorrer de sua execução ela encolheu de tamanho, perdeu vários espaços como o clube náutico e tantos outros logradouros [...].

Percebe-se que neste campo de conveniências, os jornais criticam e apóiam. Pois, nota-se que o mesmo jornal, anteriormente citado, enquanto a obra avançava, desempenhava o papel de propagandista e exaltador deste empreendimento. Vejam alguns trechos de matérias:

[...] O traçado da avenida Beira Rio busca valorizar os pontos característicos da região, como a catedral, a igreja São Judas Tadeu e o Buracão, local de muita tradição na cidade (p.4) [...]. As obras da avenida Beira Rio, em Porto Nacional, executadas pela L.G. Engenharia, já começaram e estão em pleno vapor, movimentando o centro da cidade. Esta será a obra do século para o município”, diz entusiasmado o prefeito Otoniel Andrade, afirmando que ela se estenderá pela área mais importante da cidade, pelo seu significado histórico [...]. Esta obra vai mudar a vida de Porto Nacional. Ela se constituirá no maior acontecimento desenvolvimentista deste século para os portuenses, comenta o governador Siqueira Campos, um dos entusiastas desta obra (JORNAL O PARALELO 13, 2000, p. 3).

Dejayme Aires, ex-vereador de Porto Nacional, afirma que a influência e a participação de Porto Nacional na luta pela criação do Estado do Tocantins fez com que a cidade tenha sido prejudicada. Ele salienta que quando pertencia ao estado de Goiás, a cidade de Porto Nacional era uma referência no âmbito da cultura, da educação e da saúde. E com a mudança de Estado ela perdeu esta referência em função da política da criação e do administrador do estado, uma vez que este concebeu uma política de fortalecer a capital em detrimento do enfraquecimento e esvaziamento das demais cidades. Neste contexto, Porto Nacional foi a cidade que mais perdeu desde a perda de parte de seu município que foi cedido para a construção da capital Palmas. Salienta Dejayme que “[...] a avenida Beira

Rio é uma obra inacabada, mal feita, a cidade não merecia isso. O povo não merecia. O discurso de modernidade resultou em prejuízo e atraso para Porto Nacional”.

Percebe-se um certo ressentimento na fala do depoente DeJayme em relação às atitudes do poder público estadual no que se refere à “imposição das coisas ao povo”. Esse mesmo ressentimento é percebido na oralidade dos portuenses, sobretudo no que se refere ao fato de Porto Nacional não ter sido a capital do estado. Em 1988 com a criação do estado do Tocantins, três cidades foram cogitadas a se tornarem a capital: Porto Nacional, Gurupi e Araguaína. Para decepção de muitos Miracema foi a escolhida para ser a capital provisória, permanecendo nessa condição por um período de um ano.

Para Maria José a construção da avenida foi motivo de muitos sofrimentos, pois foram destruídas árvores que tinham grandes significados para a vida dela, como expressa no texto a seguir:

A construção da avenida Beira Rio, para mim, foi motivo de uma dor muito grande em ver sendo derrubadas todas as árvores, as mangueiras, os ipês que a gente brincou ali embaixo. Na ocasião da destruição das árvores, os micos saíram correndo para a nossas casas, gritando. É muito difícil para nós. Perdemos o rio, perdemos a praia, perdemos o coreto, foram destruídas várias casas para poder construir a avenida Beira Rio. Então o patrimônio histórico nós perdemos.

Sharon Zukin (2000) faz referência a dois níveis de tensões estruturais inerentes à paisagem. Uma tensão estrutural ocorre entre a *paisagem e o vernacular*. Para o autor há sempre alguma tensão entre o que as instituições poderosas, entre elas, o Estado, querem construir – em razão da honra, da glória e do lucro – e as criações dos sem poder. Ou seja, o vernacular dos desprovidos de poder sempre atrapalha a expansão dos poderosos. O autor lembra a maneira como a aristocracia inglesa construiu suas casas de campo nos séculos XVI e XVII, e transferiu os vilarejos daqueles que trabalhavam em suas propriedades para outros lugares, a fim de que pudesse ter uma bela visão do campo do terraço de suas casas. Atualmente a capacidade de impor uma concepção estética está associada às ideologias de modernização, ao controle da terra e, sempre à remoção vernacular. O outro nível de tensão estrutural da paisagem ocorre entre o *mercado e o lugar*, descrito pelo historiador econômico Karl Polanyi que escreveu a respeito da aprovação das leis de Cercamento, ocorrida na história inglesa quando os camponeses mais humildes foram removidos de suas

terras adquiridas coletivamente e as classes mais altas cercaram-nas e reivindicaram-nas para si. Polanyi afirma que existe um contínuo conflito entre as forças da mudança, do deslocamento e da modernização – representadas pelo mercado – e as forças resistentes à mudanças em nome da estabilidade e da tradição que insistem em manter o lugar (apud ZUKIN, 2000, p.106-107).

Em Porto Nacional a construção da avenida Beira Rio representa as forças do mercado, da mudança, do deslocamento, do desenraizamento, da modernização que deslocaram os moradores de seus lugares tradicionais, devoraram a paisagem construída ao longo do tempo e estabeleceram uma nova paisagem urbana que não valorizou a história e nem a cultura local.

Uma moradora da Vila Pirraça, relocada em um bairro de Porto Nacional, admite que as famílias que foram relocadas conseguem fazer uma avaliação do erro que praticaram e sentem profundamente arrependidas por não terem acreditado nas pessoas do Movimento dos Atingidos por Barragens, pois naquele momento elas sentiam-se encantadas com as propostas e com o discurso dos representantes da empreendedora Investco de que suas vidas iriam melhorar com a hidrelétrica. Diz ela que acreditou que a sua vida iria se transformar pra melhor, especialmente quando diziam que iriam deixar aquelas casas simples, de estilo vernacular e receber outra com arquitetura moderna. A grande maioria das famílias que foram realocadas enfrentam problemas de rachaduras em suas casas, tendo em vista que o material que foi utilizado na construção dessas casas é de baixíssima qualidade. Além do mais, as famílias não sabem a quem recorrer, pois, após a conclusão da obra, a empreendedora saiu de cena.

Berman (1994) enfatiza que a modernidade é marcada de profunda dicotomia, de sensação de viver em dois mundos, posto que ela propicia possibilidades e perigos da vida. Para este autor ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”. Assim se apresenta:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, auto-transformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (BERMAN, 1994, p. 15-16).

A este respeito é interessante introduzir o depoimento da irmã dominicana Marta, que chegou para morar em Porto Nacional em 1980. Ela afirma que a vida é o presente e que as mudanças que se processaram em Porto Nacional são muito grandes não somente em consequência da usina, mas são muitas em razão da construção da usina. Mas ela afirma que a hidrelétrica não trouxe somente coisas ruins, mas coisas boas também. Desta forma se expressa:

[...] Trouxe muita modificação. Mas eu acho que não pode só ver o que foi preciso sacrificar. Precisa olhar também o que trouxe de benefício [...] A avenida Beira Rio eu acho que é uma avenida bonita. Tem aquelas quadras de esportes, tem aonde os portuenses passear agora. O flutuante é um restaurante bom. A gente come bem, a comida é bem preparada. Então a gente não pode olhar só tudo que sacrificou, que sacrificou muita coisa mesmo. Tem famílias que foram mais atingidas do que outras. Só que nós não estamos no fim do processo ainda. A coisa ainda vai melhorar.

A avenida Beira Rio foi inaugurada dia 13/07/2002, na placa de inauguração está escrito (Foto 25):

Nesta data o governador Siqueira Campos, o prefeito Otoniel Andrade e o Consórcio Investco entregam à comunidade portuense o complexo da avenida Beira Rio. A obra do século, do sonho de Porto Nacional, que marca o resgate da importância do rio Tocantins na formação de uma nova e moderna civilização. Início de uma nova era de desenvolvimento sustentável.

Reencontro o sentido valorativo de modernidade em que a sociedade é marcada pelo novo, no pensamento de dois autores: Hall e Giddens. Assinala Hall (2002) que a principal distinção entre as sociedades “tradicionais” e as “modernas” é que esta última é marcada por mudanças constantes, rápidas e permanentes.

Um ponto enfatizado no pensamento de Giddens (1991) e que eu darei ênfase é o das descontinuidades, associados ao período moderno, em que:

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedente. Tanto em sua extencionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudanças característicos dos períodos precedentes (p.14).

A modernidade é a era do progresso. Os riscos que o progresso trouxe com ele tem um custo/preço muito elevado expressado especialmente pela destruição do meio ambiente. Não podemos negar que houve progresso, mas as comunidades locais pagam um preço muito alto. É um progresso garantido à custa do desgaste da natureza e do social. Giddens (1991) observa que a sociedade existe enquanto descontinuidade, isto é, a sociedade não avança em ritmo linear, sem cortes, sem quebras, sem rupturas. Só seremos capazes de compreender a sociedade a partir da compreensão das descontinuidades que marcam a história. As descontinuidades se dão em duas dimensões: das intensionalidades e das extensionalidades. Essas descontinuidades (intensionalidades) são tão fortes que atingem a vida particular dos indivíduos, a própria individualidade, elas atingem a vida humana, cotidiana em profundidade. Extensionalidades: estão em todo o globo, alcançam todas as proporções.

Giddens (1991) trabalha a articulação entre macro-social e micro-social. Ele faz uma análise sobre macro-social pra dizer que este incide diretamente nas relações cotidianas e localizadas. O que acontece no âmbito global da sociedade, isto é, essas características da modernidade que marcam a cultura atual incidem na realidade cotidiana das comunidades locais. É o caso de empreendimentos da magnitude da hidrelétrica de Lajeado que são articulados no nível macro-social e implementados de modo alheio à vontade das comunidades locais. No caso específico desse estudo, a comunidade de Porto Nacional, ou seja, no nível micro-social. Isso implicou uma imposição de readaptações, de reorganização de novos espaços e lugares, bem como a abertura para constituição de novos grupos de convivência. Pois a mobilidade presente na modernidade fragiliza as relações de parentesco, de amizade e de solidariedade. Ela é um fenômeno de dois gumes em que se oferece o lado das oportunidades e o lado sombrio das desigualdades.



Foto: 15a
Edith Lotufo -outubro/1997



Foto: 15 b - Noeci Carvalho
Antiga praia da Carreira Comprida -julho/1999



Fotos 16 e 17 : Jose Roberto
Vista da antiga praia de Porto Real -198?



Foto 17
Abertura oficial da temporada de praia -198?



Fotos 18 e 19 : Jose Roberto
Show Musical na antiga praia de Porto Real - 198?



Foto 19
Barraca comercial na antiga praia de Porto Real



Fotos 20 e 21 : Jose Roberto
Estacionamento - 198?



Foto 21
Travessia de barco para a antiga praia de Porto Real



Fotos 21A, 21B, 21C, 21D : Edith Lotufo

Vistas da Ilha de Porto Real,
Praia da Laje e porto dos barqueiros - out.1997



Fotos 22 e 23 : Jose Roberto
Antiga praia de Porto Real-198?



Foto 23

III – TRADIÇÃO E MODERNIDADE: A SEMANA DA CULTURA REAFIRMANDO A IDENTIDADE DOS PORTUENSES

A modernidade de uma sociedade se mede por sua capacidade de se reapropriar das experiências humanas distantes da sua no tempo e no espaço (ALAIN TOURAINE)⁷³.

Neste capítulo farei uma interpretação de uma recente re-tomada do sentimento de identidade que está sendo re-formulada no sentido de salvaguardar os lugares âncoras da memória dos portuenses.

Todos nós passamos por perdas seja por meio da morte ou da separação. Essas perdas requerem uma re-construção das identidades. Porto Nacional perdeu a referência cultural, as relações culturais foram quebradas. A partir daí surgiu um sentimento de necessidade de reconstrução cultural.

As modificações, num primeiro momento, eram vistas pela grande maioria dos portuenses como positivas, posto que representavam a superação do atraso e as promessas de melhores condições de vida para a população. Depois, passada a euforia do efeito do discurso modernizador, as pessoas se dão conta do efeito das mudanças ambientais e socioculturais em suas vidas. O que era claro para uma minoria crítica agora está se revelando para a maioria da população.

⁷³ Alain Touraine. Critique de la modernité. Citado por: FONSECA. Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

Elegi a Semana da Cultura como ícone de re-afirmação da identidade dos portuenses, uma vez que naquele cenário deprimente em que se encontra a cidade deveria haver um sinal de vitalidade, no sentido de inventar uma tradição, como diz Eric Hobsbawn, a fim de dar sentido à vida daquele povo, posto que os velhos valores, usos e espaços de memória foram destruídos. Eis o que diz o autor a esse respeito:

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras táticas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (op. cit., 1997, p. 9).

A concepção de pertencer a uma determinada cultura é profundamente elaborada por meio de símbolos e rituais próprios daquele povo. Em Porto Nacional a Semana da Cultura é uma importante manifestação de afirmação da identidade dos portuenses que é celebrada desde 1980. A Semana foi instituída através da Lei Municipal nº 862, em 12/03/1980, e era, inicialmente, comemorada na última semana do mês de maio (Anexo: 6). Ao longo dos anos esse evento passou por algumas modificações.

Em 14/06/1983, o Decreto nº 940 altera o período para a comemoração da Semana da Cultura que passa a ser realizada anualmente na semana que antecede aos festejos comemorativos ao aniversário da cidade de Porto Nacional, ou seja, 13 de julho (Anexo: 7).

Em 1984, na administração do prefeito dr. Euvaldo Tomaz de Souza, realizou-se a Semana da Cultura com a parceria dos artistas locais e da Comsaúde.

Após 1984 a Semana não teve a participação dos artistas locais. O desejo de uma efetiva participação, por parte dos artistas locais, na Semana da Cultura, pode ser constatado em um ofício, de 28 de janeiro de 2001, dirigido à Secretaria de Cultura do Estado. Neste documento estavam elencadas diversas reivindicações, e solicitação de apoio, dentre elas destaco os itens (Anexo 8):

2 – Viabilizar junto à prefeitura local a efetiva participação da classe artística portuense na Semana da Cultura, desde a elaboração da programação a sua realização com apresentações;

3 – Promover oficinas de artes envolvendo os artistas locais da música, capoeira, dança, artesanato, artes plásticas, fotografia, vídeo e poesia nas escolas, preparando produções culturais para a Semana da Cultura.

O fato é que desde 1984 a Semana da Cultura era promovida pela prefeitura que obrigava as escolas municipais a participar do evento, através de desfiles cívicos e exposições de barracas, sendo que cada escola era responsável por uma temática relativa à história da cidade. Segundo José Iramar, a partir do momento em que os artistas foram impedidos de participarem da Semana e a prefeitura instituiu a obrigatoriedade às escolas, ocorreu uma série de contratempos no que diz respeito aos conteúdos apresentados pelos alunos, ou seja, as informações eram equivocadas. Para se ter uma idéia, Jose Iramar cita como exemplo uma escola que apresentou a temática sobre a catedral afirmando ser o construtor da mesma Teotônio Segurado. Sendo que na verdade a catedral Nossa Senhora das Mercês foi construída pelos padres dominicanos.

José Iramar recorda que houve um ano em que tentaram transferir a realização do evento da praça da catedral para a praça do Centenário e resultou num fracasso. A Semana da Cultura sempre foi realizada na praça da catedral, uma vez que todo o entorno, tais como: os casarios, a catedral, as ruas estreitas, o coreto, a paisagem, combinavam com o evento cultural.

Com a construção da avenida Beira Rio a prefeitura pretende transferir de forma impositiva a realização de todo e quaisquer eventos cívicos, culturais e esportivos para esta avenida, objetivando transformá-la no *point* da cidade. Exemplo disto foram os anos de 2001 e 2002 em que a prefeitura realizou a Semana da Cultura nesta avenida. Naquela ocasião montou-se um grande palco, no qual tocava especialmente música *axé*, que no dizer de José Iramar foi um desrespeito com a cultura local, pois este estilo musical não é próprio dos portuenses. Diz ele: “Na Semana da Cultura tem-se que valorizar as nossas próprias manifestações, como por exemplo: o congo, as músicas regionais, os tambores, a roda de capoeira, entre outros”.

Em 2002 o grupo dos amigos do centro histórico (artistas locais, Comsaúde e a igreja – catedral) elaborou um projeto e levou-o ao prefeito. O objetivo deste consistiu em modificar a realização da Semana da Cultura. Uma das propostas era no sentido de que esse evento ocorresse com a parceria dos artistas locais, e que voltasse a ser realizada na praça da catedral. No entanto, o prefeito não acatou a proposta, e como já foi dito anteriormente as programações da Semana foram realizadas na avenida Beira Rio. José Iramar lembra que na ocasião houve resistência dos dois lados, por vários fatores. O grupo dos amigos do

centro histórico defendia que o evento deveria ser realizado na praça da catedral, pois desta forma seria uma maneira de tentar re-qualificar aquele espaço que foi destruído, especialmente por conta da ausência do coreto. Diz José Iramar: “A Semana da Cultura tem que acontecer aqui no centro histórico e com a participação dos artistas locais”. A prefeitura resistia alegando que os eventos devem ser realizados na avenida, por esta ser o símbolo da modernidade.

José Iramar lamenta que em situações como esta o Conselho de Cultura deveria funcionar a fim de dar respaldo aos anseios do povo, bem como valorizar as manifestações locais. O fato é que o Conselho Municipal de Cultura de Porto Nacional foi criado em 27/03/1984, sob a Lei nº 967/84 (Anexo: 9). No entanto, não foi implementado. Não por falta de cobranças, diz José Iramar, pois os artistas locais sempre cobraram de cada administração que tem assumido a gestão municipal. Nesse sentido, os artistas locais estão organizando a realização de um Fórum Municipal de Cultura a fim de que o referido conselho seja instalado e com a modificação da lei, tendo em vista, que esta não prevê a participação da comunidade, nem dos artistas, e nem da universidade, explica José Iramar.

O episódio ocorrido em Porto Nacional, concernente à disputa entre a prefeitura e os amigos do centro histórico não é um fato isolado na história. Marisa Veloso (1992; 1996) observa que o “grupo da Academia SPHAN, no desenvolvimento de sua ação, enfrentou várias embates simbólicos e políticos para poder enunciar e afirmar no espaço público suas concepções sobre o patrimônio cultural”. A autora destaca uma crônica “Rendição de guarda” de Carlos Drummond de Andrade, em que este relata os conflitos entre o grupo da Academia, com os “prefeitinhos de bigodinhos enfadonhos que a tudo queriam demolir”. E ainda Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987) destacava que:

Sem nenhum transe romanesco, pode verificar-se com toda a lucidez e toda a objetividade, que a conservação dos monumentos não vai fatalmente de encontro às necessidades do desenvolvimento urbano. Nem é, de forma alguma, incompatível com o desejo saudável e legítimo que têm todos os homens esclarecidos de viver a vida moderna e criar a cidade moderna. No passado, infelizmente, muitas vezes os monumentos e os aspectos característicos das nossas cidades foram sacrificados sem que daí resultasse nenhum benefício urbano (p. 54).

O fato é que a maior parte da programação da Semana da Cultura de Porto Nacional, deste ano, após muitos embates e divergências entre o grupo dos amigos do centro histórico e a prefeitura foi realizada na praça da catedral⁷⁴ e sem a obrigatoriedade da participação das escolas. Buscou-se valorizar e dar visibilidade aos variados segmentos formadores da identidade dos portuenses e aos que contribuíram para esta identidade. Foram desenvolvidas atividades durante todo o dia: barracas com exposição de artesanatos locais, as fiandeiras, mostra de vídeo, apresentação teatral, oficinas de artes, os produtos produzidos pelos trabalhadores rurais e pelos impactados pela barragem, entre outros. Apresentações artísticas, danças regionais, os tambores do Tocantins, shows com os artistas locais, quadrilhas das escolas rurais, capoeira, exposição de fotografias antigas referentes à cidade, súa⁷⁵ de Monte do Carmo, poesias. E teve ainda a participação de artistas nacionais como: Naná Vasconcelos, Tetê e Alzira Espíndola. O Jornal do Tocantins, do dia 8 de julho, deu destaque à Semana da Cultura de Porto Nacional. Veja trechos da matéria *Semana da Cultura ao estilo portuense*:

Depois da abertura ontem, ao estilo bem portuense, a Semana da Cultura em Porto Nacional continua hoje com oficinas de dança, súa e de percussão com o grupo de Tambores do Tocantins. [...] Entre os principais shows estão previstos os portuenses Valdinei Moraes, Nelson Júnior e a Banda Cabaçacanos. As apresentações contarão com a participação dos grupos Tambores de Monte do Carmo e alunos da APAE [...].

Um fato inusitado, pra não dizer indelicado e que surpreendeu até mesmo os parceiros da organização da Semana, como por exemplo, o grupo dos amigos do centro histórico, ocorreu no dia da realização do show de Naná Vasconcelos. O show foi prejudicado por uma mudança de última hora. *O Jornal do Tocantins*, do dia 14 de julho, fez referência ao episódio.

No sábado o show do percussionista Naná Vasconcelos foi prejudicado por uma mudança de última hora. A entrega de Comendas que estava prevista para acontecer no domingo, no Centro Cultural Durval Godinho, foi antecipada para a noite anterior, na praça [da catedral], provocando o

⁷⁴ Algumas atividades/programações foram realizadas na avenida Beira Rio.

⁷⁵ Ainda está em fase de pesquisa a sua grafia. Os significados são mais polifônicos ainda. Súa pode ser uma festa, uma folia, uma farra, uma modalidade de dança muito sensual, um samba de sincopado caboclo ou um ritmo que comporta características indígenas e africanas (Cf. CD CANTO DO TOCANTINS, S/d).

cancelamento das apresentações de grupos folclóricos, entre eles a folia do Divino de Porto e os tambores de Monte do Carmo. Quando subiu ao palco já era madrugada de domingo. Naná encontrou uma platéia dispersa e mal humorada (COLUNA ARTE & VIDA).

A entrega de Comendas “foi criada em 1997, pelo Decreto-Lei nº 1.582. A comenda destina-se a agraciar personalidades civis e militares que tenham se tornado dignas da gratidão do povo e do governo de Porto Nacional” (ALMANAQUE CULTURAL DO TOCANTINS, 2001). O fato, segundo as leituras informais, é que as autoridades políticas temendo o esvaziamento do evento, no local e data prevista [Centro Cultural Durval Godinho/no domingo], decidiram antecipar a realização deste para a praça da catedral, tendo em vista que neste local se concentravam as pessoas que iam apreciar as manifestações da Semana da Cultura.

Se por um lado à imposição sobre a organização e realização da Semana da Cultura representa uma expressão de modernidade, visto que visibiliza os espaços construídos pela nova lógica, por outro lado o fato do grupo dos amigos do centro histórico ter conquistado o direito de voltar a organizar a Semana da Cultura, ainda que junto à Prefeitura, foi uma vitória de expressão da cultura tradicional, posto que pôs em evidência os espaços tradicionais como: o centro histórico, a catedral e suas ruas mais antigas. Pode-se considerar também que os anseios do grupo dos amigos do centro histórico em manter a realização do evento na praça da catedral representam um movimento de contestação e de resistência às mudanças que se processaram, as quais priorizam a modernidade representada pela avenida Beira Rio e a nova praia, em detrimento da cultura local representada pela praça da catedral, pelos casarões, pelo antigo coreto.

Diante do clima conflituoso sobre a Semana da Cultura, que se realizava no centro histórico ou na avenida Beira Rio o depoimento seguinte do Padre José Moreira, revela um pouco da indignação sentida em razão da destruição e desvalorização do centro histórico para se construir a avenida Beira Rio. Vejamos então:

Nós temos cultura, nós temos com que viver, nós temos riqueza, vivemos do nosso jeito há 142 anos. Não precisamos dessa modernidade aí. O preço é alto que estamos pagando. A modernidade trouxe para nós droga, roubo, violência, pobreza, insegurança. Não podemos barrar o progresso,

mas podemos muito bem fazer a modernidade acontecer sem destruir o outro, sem destruir o que nós temos, o que nós somos.

A população portuense sente-se ultrajada em sua própria identidade. Isto é percebido claramente nas falas ou no silêncio das pessoas. Uma pessoa numa conversa informal disse: “Porto Nacional é a cidade do já teve. Já teve educação, já teve saúde, já teve praia, já teve aeroporto, já teve cinema, etc. E hoje só tem um lago podre cheio de mosquito e peixe morto”. De modo geral os depoimentos vão ao encontro com o pensamento de Aloísio Magalhães (1997), com o qual concordo integralmente. Dizia o ideólogo do patrimônio:

Uma civilização não é um atropelado avanço em que a gente vai jogando fora as coisas [...]. A sabedoria a que pode atingir uma forma de civilização está em você acumular os seus conhecimentos e as suas conquistas e usá-las cada vez mais adequadamente [...]. Um dos graves problemas com que se defrontam os países no mundo moderno é a perda da identidade cultural, isto é, a progressiva redução dos valores que lhes são próprios, de peculiaridades que lhes diferenciam as culturas [...]. Não há desenvolvimento harmonioso se na elaboração das políticas econômicas não forem levadas em consideração as peculiaridades de cada cultura. Só seremos uma nação verdadeiramente harmoniosa na medida em que o nosso processo global de desenvolvimento esteja atento aos indicadores oriundos do patrimônio cultural, que deva ser considerado como fator integrante do processo de desenvolvimento da Nação [...]. Uma cultura é avaliada no tempo e se insere no processo histórico não só pela diversidade dos elementos que a constituem, ou pela qualidade de representações que dela emergem, mas, sobretudo, por sua continuidade (p. 45-84).

José Iramar afirma que desde a construção da avenida Beira Rio, toda vez em que há uma oportunidade nos diversos espaços e nas manifestações artísticas, os artistas locais protestam seja com música, seja com depoimentos⁷⁶. Todos mencionam alguma coisa no sentido de se posicionarem contrários à destruição acontecida em Porto Nacional, pois “nós não temos mais o rio”, diz ele. Nota-se que os artistas locais têm um papel relevante na reafirmação da identidade dos portuenses na medida em que cantam o rio, cantam o coreto, cantam a rua do cabaçaco, cantam Porto Nacional.

⁷⁶ Ambíguo ao pensamento de José Iramar foi o comportamento do diretor de cultura de Porto Nacional, Márcio Belo, que é músico, artista plástico e membro da Comsaúde, pois este não concedeu entrevista e nem disponibilizou material para esta pesquisa, não aproveitando assim o espaço de denúncia e registro criado por este trabalho.

Logo após a realização da Semana da Cultura do ano de 2003, a prefeitura, na tentativa de trazer alegria aos portuenses, promoveu o *Porto Folia, carnaval fora de época*. Cercaram parte da avenida Beira Rio com muros de proteção e cobraram ingressos individuais no valor de R\$ 10,00 (dez reais) e camarotes a R\$ 500,00 (quinhentos reais).

O jornal do Tocantins, do dia 18 de julho, destacou a realização do evento dizendo: “Agora a temporada de *micaretas* se instala em Porto Nacional. De hoje até domingo [dia 20/07/2003] a avenida Beira Rio será tomada pelo ritmo do *axé*”.

De modo geral os portuenses não compareceram ao espetáculo. Os comentários das pessoas eram de que no período de temporada ninguém precisava pagar para assistir aos shows musicais, pois estes eram realizados num local público, na praia de Porto Real, onde todas as pessoas tinham livre acesso. *O Jornal do Tocantins*, do dia 20, fez referência ao público pequeno. Eis o que diz trechos da matéria:

Os camarotes não reuniram muitas pessoas e quem não quis, ou não pôde pagar R\$10,00 para entrar na área da festa, pode assistir a programação de fora dos muros de proteção, que eram baixos, favorecendo a visão [...]. A polícia militar não informou a estimativa do público do evento, mas era visivelmente pequeno para um show à altura da *Araketu*, tida como uma das mais respeitadas e admirada banda na categoria *axé*.



Fotos 24, 25, 26 e 27: Noeci Carvalho Placas -julho/2003



Fotos 28A, 28B, 28C : Edith Loufo
Movimentação das maquinas
na remodelação do espaço - ago.2001



Foto 28D: Edith Loufo

Nova Paisagem na praça da cathedral , ago/2001



Foto 29 aerea: catalogo sem dados informativos



Foto. 30 : Noeci Carvalho

Desenho da nova paisagem : Lago e Avenida Beira Rio -julho/2002



Fotos 31 e 32 - Noeci Carvalho
Vista da nova praia - julho/2003





Fotos : Jose Iramar
Apresentacoes na Semana da Cultura, julho de 2003

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Algumas sugestões para a gestão do patrimônio cultural de Porto Nacional

Ao longo dos últimos anos tem se afluído o interesse social pela preservação do patrimônio cultural. De modo geral as legislações brasileiras e as recomendações internacionais enfatizam a preocupação quanto à transmissão de conhecimentos construídos e de recursos naturais para as gerações futuras. No entanto, só é possível essa transmissão se houver a preservação.

Observa-se que desde a década de vinte há um avanço na ampliação do conceito de patrimônio cultural. Exemplo disso é a própria Constituição de 1988 que passa a reconhecer, proteger e valorizar a diversidade de manifestações culturais, os valores indígenas, os afro-brasileiros e outros grupos étnicos. A consolidação do termo patrimônio cultural ao invés da expressão patrimônio histórico e artístico. A Constituição cria novas formas de proteção, tais como: o inventário, o registro, a vigilância. No âmbito internacional as Cartas Patrimoniais tiveram um papel importante na preservação do patrimônio cultural, no Brasil e no mundo de modo geral. A atuação do IPHAN desde a sua criação (1937) exerceu sem dúvida atividades significativas, desenvolvidas por Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa, Aloísio Magalhães e tantos outros, na preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Apesar de todos esses avanços e aprimoramentos anteriormente citados ainda há muito no que avançar. Há que se admitir que não se trata apenas de uma questão conceitual e nem a lei por si só basta para a preservação. É essencial que o poder público assuma o patrimônio cultural como um objeto de políticas que favoreçam a superação dos graves problemas sociais brasileiros. Por isso, é fundamental que os valores protecionistas

estabelecidos nas legislações sejam aplicados na íntegra. Faz-se necessário, também, o envolvimento de novos atores que visem a preservação e a promoção de cidadãos conscientes, a fim de que se tornem os “guardiões do seu patrimônio”, como pensava Aloísio Magalhães. Integrar os órgãos públicos das três esferas (Ministério Público, órgãos ambientais, culturais), a população, e as instituições (escolas, igrejas, universidades, etc). Nesse sentido, é necessário democratizar as informações através de ações educativas e os órgãos públicos deverão agir com imparcialidade, não sendo omissos (como agiu o MP em Porto Nacional, no caso do coreto). O poder público, em qualquer uma das esferas, tem a competência de preservar tudo aquilo que é representativo de sua cultura. Faz-se necessário aplicar os princípios, da Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 que estabelece os princípios do desenvolvimento sustentável, no campo do patrimônio cultural, bem como nos Estudos de Impacto Ambiental, as questões relativas ao patrimônio cultural. Para isto é fundamental que os órgãos oficiais ambientais e culturais, nas esferas nacional, estadual e municipal, contratem técnicos qualificados para desenvolverem as análises de impacto cultural. Por isso é de fundamental importância uma prévia análise no âmbito do patrimônio cultural quando da implementação de empreendimentos.

A população de Porto Nacional não conseguiu perceber antecipadamente a dimensão dos danos que a hidrelétrica iria fazer em suas vidas. Nem as ações coletivas do movimento de resistência à hidrelétrica, no sentido de esclarecer sobre os impactos provocados por estes empreendimentos, foram suficientes para que o povo se alertasse. Os portuenses desejavam o desenvolvimento, mas sem abrir mão do seu passado, das suas praias, das suas casas, dos seus quintais, do seu rio.

A afirmação dos depoentes ao dizer que a hidrelétrica só trouxe um grande lago, doença e violência é uma evidência de que não há homogeneidade de opiniões quanto aos efeitos dos “projetos de desenvolvimento”. Os grandes projetos provocam deslocamentos constantes e contínuos na dinâmica das comunidades locais dificultando ou impossibilitando os seus moradores ao enraizamento. Estes empreendimentos, como por exemplo, a hidrelétrica de Lajeado, pode frear e represar o curso dos rios, demolir casas, destruir coretos, construir avenidas, tornar submersas praias como a de Porto Real, de Carreira Comprida, mas não conseguirão destruir a resistência dos vínculos que liga as

pessoas às coisas (paisagens, objetos) que os rodeia. “A memória é rebelde e ela re-afirma a nossa posição no mundo”, diz Alfredo Bosi. Mas, os grupos resistirão. Por isso é que acredito que somente os portuenses podem resistir e re-compor traços da sua vida passada, recompor signos que ancoravam o cotidiano daquele povo, como lembra Ecléa Bosi (1994, p. 452) “mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas. Só a inteligência e o trabalho de um grupo podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas”. E neste contexto a memória enquanto instrumento de retenção de informações é o suporte fundamental para recomposição da identidade. E a chave está guardada nas gavetas das lembranças dos portuenses.

O quadro que pinte neste estudo mostra o que ocorreu com o patrimônio cultural de Porto Nacional, num contexto em que não se tomaram as providências no seu devido tempo. Resta agora, em meio a todo esse movimento de mudanças abruptas que se processaram naquela cidade, fazer uma re-organização que vise reconstruir a identidade e resgatar a memória da população, dando sentido àquele lugar. Em outras palavras é urgente repensar e re-organizar a cidade de Porto Nacional sem perder de vista o reconhecimento e a valorização da sua importância histórica, econômica e cultural. Um trabalho dessa natureza requer que seja desenvolvido em parcerias, envolvendo os órgãos públicos culturais e ambientais das instâncias governamentais; o Ministério Público, agências de viagens; IPHAN; EMBRATUR, e especialmente a comunidade portuense. Neste contexto, é essencial o desenvolvimento de um conjunto de ações prioritárias e estratégias de gestão urbana que vise preservar e valorizar o acervo urbano arquitetônico e paisagístico do centro histórico.

Neste contexto, os bens culturais além de serem instrumentos de conscientização social se constituem em importante estimulador de movimentação turística, como é o caso de cidades históricas brasileiras (Ouro Preto – MG; cidade de Goiás – GO; Olinda – PE; Parati – RJ) e de países como Itália⁷⁷, México⁷⁸, Egito, Grécia e França, também, em Porto Nacional o patrimônio cultural pode se constituir em um atrativo ao desenvolvimento do turismo cultural. É necessário compreender que o patrimônio cultural é um instrumento

⁷⁷ País que possui o maior número de patrimônios tombados pela UNESCO.

⁷⁸ É um dos países latino-americanos onde é caracteristicamente desenvolvida a relação turismo e museus (GOMES, 2002).

para o desenvolvimento local e não um entrave como muitos pensam. Assim, na composição do cenário para atrair o turista para esta cidade, elencarei alguns pontos essenciais:

1 - A organização de inventários⁷⁹, antes de abrir as portas para o turismo, pois caso este chegue antes, a população corre o risco de perder tudo que ainda resta, especialmente o patrimônio arquitetônico, com o avanço imobiliário ou o turismo inadequado. Por isso, os monumentos do passado, as edificações mais importantes que constituem “lugares de memória” deverão ser protegidas antes que o fluxo de turistas adentre a cidade. Neste contexto, o envolvimento da comunidade local é muito importante para indicar os lugares e traços culturais que são intrínsecos a ela, além de proporcionar o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio. Os inventários são importantes instrumentos de proteção que possibilitam o exercício de cidadania na luta pela preservação dos bens culturais.

2 - A (re)qualificação do centro histórico⁸⁰, sem perder de vistas as necessidades habitacionais e simbólicas de seus moradores, visando, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida e apropriação do patrimônio cultural. É necessário devolver/criar espaços de convivência e de lazer para os moradores na perspectiva de possibilitar a recuperação de espaços/lugares tradicionais público e coletivos.

3 - A (re)construção do coreto da praça da catedral – esta ação valorizará o centro histórico, e proporcionará o resgate da utilidade social, econômica e cultural, pois ele tinha um significado importante para os portuenses, enquanto espaço de diálogo e testemunha daquilo que já foi.

⁷⁹ O Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC) é instrumento técnico-administrativo de fundamental importância para a preservação que comporta base para o estudo, documentação e ações preservacionistas, tanto da parte da administração pública quanto de particulares. Os inventários visam mapear, identificar e documentar bens culturais de qualquer natureza, tais como: celebrações, formas de expressão, edificações, lugares, ofícios e modos de fazer; para atender a demanda pelo reconhecimento. Um dos primeiros inventários feitos no Brasil foi o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA), publicado em 1985, e que veio atender recomendação da UNESCO sobre a importância e necessidade do desenvolvimento desse tipo de trabalho. Além do mais, o acervo cultural da Bahia é a principal motivação do seu turismo, o que acelerou o processo de implantação do inventário (COELHO; VALVA, 2001, p. 29-33).

⁸⁰ Vale ressaltar aqui a importância de eventos que buscam resgatar a história de Porto Nacional. A exemplo, em 12 de setembro de 2003, realizou-se em Porto Nacional um evento organizado pelas alunas do Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural da Universidade Católica de Goiás; pela Prefeitura de Porto Nacional e pelo Núcleo Tocantinense de Arqueologia da Universidade do Tocantins. Este evento teve como foco central refletir sobre o Patrimônio Cultural no Brasil priorizando Porto Nacional em especial a requalificação do centro histórico.

4 - Promover e fomentar ações voltadas para a recuperação, e restauração dos edifícios públicos e privados.

5 - A (re)qualificação do museu municipal - esta ação consiste em várias etapas importantes, tais como: inventariar e documentar o acervo; higienização e conservação do acervo; classificação; requalificação do espaço físico; aquisição de equipamentos e material de consumo e permanente; aquisição de mobiliário museológico; composição de equipe multidisciplinar; (re)qualificação dos recursos humanos; definição da missão do museu, envolvimento e participação da comunidade local; redefinição de sua estrutura técnico-administrativa; criação da Associação dos Amigos do Museu; elaboração do projeto museológico e museográfico; etc). Os museus além de importantes instrumentos que possibilitam a construção de cidadania são espaços de exposição, pesquisas, curadoria e ação educativa. Além do mais, podem ser uma atividade rentável, geradora de recursos, e estratégias de marketing direcionada para o turismo.

6 - Desenvolver atividades e/ou programas de educação patrimonial, através de palestras, seminários, cursos informativos, elaboração de material informativo com linguagem popular, malas diretas, exposição de fotografia, entre outros. A educação patrimonial consiste num processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A apropriação de conhecimentos críticos pelas comunidades é fator essencial no processo de preservação dos bens culturais, além de fortalecer os sentimentos de identidade e cidadania. O processo de educação patrimonial é um instrumento que favorece o reforço da auto-estima das pessoas e comunidades e a valorização da cultura local. A metodologia da educação patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, tais como: no centro histórico, numa praça, nos museus, nos teatros, nos centros culturais, nas escolas e nas faculdades (incorporá-la nos currículos escolares) (IPHAN, 1999).

7 - Favorecer a realização da Semana da Cultura, na praça da catedral, como uma estratégia de fortalecimento da identidade portuense e valorização do centro histórico.

8 - Promover oficinas-escolas para treinamento e qualificação de mão-de-obra e estimular as atividades geradoras de emprego e renda associadas à dinamização sociocultural e econômicas, como por exemplo, o artesanato local.

9 - Construção de um Centro Cultural que comporte a instalação de equipamentos coletivos culturais, com usos dos modernos recursos tecnológicos, tais como: cinemas, teatro, bibliotecas, auditórios, museus, livrarias, entre outros. E neste espaço seja promovida a realização de eventos culturais, tais como: exposições de artes (fotografia, gravura, pintura, artesanato, etc); shows musicais com artistas locais e regionais; apresentações de danças; peças teatrais; exibições de filmes e vídeos; cursos; oficinas de artes; festivais de músicas; debates; palestras, etc. Realização de eventos como concursos de fotografias, de pinturas, gravuras, esculturas, a fim de estimularem a produção cultural, dos artistas locais. A proposta é que este Centro Cultural, além de dinamizar e valorizar o centro histórico, possa ampliar os benefícios sociais, econômicos, políticos e culturais para a comunidade local. Com esse elenco de atividades poderá possibilitar reflexos maiores, como: desenvolvimento de rede de empresas; revitalização do comércio; difusão da cultura local; promoção da arte popular; geração de emprego e renda, entre outros.

10 - Promover ações educativas, através de oficinas de arte e educacionais; debates; concursos; entre outros, que visem sensibilizar e esclarecer a população sobre a importância dos bens culturais, da cidade, na perspectiva de re-construção da cidadania. Para o desenvolvimento dessas ações pode-se utilizar o espaço de alguns dos casarios do centro histórico.

Por fim falo de propostas para a cidade, para a recomposição do patrimônio cultural, para a requalificação da memória em prol dos valores da vida social. Mas, como sujeito da pesquisa, na condição de pesquisadora interagindo com o universo pesquisado, e tentando fazer o exercício antropológico do estranhamento, acredito que seja possível sugerir a outros estudiosos que a etnografia é um caminho possível e enriquecedor para a busca da interpretação daquilo que às vezes nos parece tão familiar.

FONTES: COLABORADORES (depoentes)

1. Adalgiso Francisco Braga - ex-pescador
2. Adalzisa Ramos dos Santos - ex-diretora e membro do Ensaios Grupo de Teatro Via Sacra
3. Adolfo Matos Quinaud - ex-barraqueiro
4. Antônio Luiz Maya - ex-pároco da catedral Nossa Senhora das Mercês
5. Célia Braga Aires - moradora do centro histórico
6. Cirineu da Rocha - Movimento dos Atingidos por Barragens
7. Dejayne Aires da Silva - ex-vereador e produtor agropecuário
8. Dom Celso - ex-bispo da diocese de Porto Nacional
9. Eduardo Manzano- médico - Comsaúde
10. Enice de Oliveira Negri - atingida pela barragem e relocada
11. Evanice Matos Gomes - vice-presidente da Associação dos Artesãos de Porto Nacional
12. Everton dos Andes – músico
13. Genildo da Silva Sales - dançarino/ Associação dos Amigos do Centro Histórico
14. Heloisa Manzano - médica - Comsaúde
15. Irmã Marta Maria A. Mesquita - religiosa dominicana
16. José Iramar da Silva - músico, produtor cultural
17. José Olegário Oliveira - secretário da Administração da prefeitura de Porto Nacional
18. José Roberto da Silva - ex-barraqueiro e presidente da Associação dos Barraqueiros
19. Lúcio Ferraz – ex-barqueiro
20. Maria José Pereira - professora/Comsaúde/Associação dos Amigos do Centro Histórico
21. Maurício Rontodaro Corsine - presidente da Associação dos Barqueiros
22. Padre José Moreira da Silva - pároco da catedral Nossa Senhora das Mercês
23. Rita Alves Matos - ex-barraqueira
24. Romualda Fernandes Furtado - artesã
25. Salma Saddi W. de Paiva - superintendente da 14ª Sub-Regional do IPHAN
26. Zeca Rufo - ex-barraqueiro

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE CULTURAL DO TOCANTINS. Palmas: Secult, 2001, ano 3, nº 20.

ANDES, Éverton dos. *Sociologia*. Direção artística: Zuleide Cordeiro, Cleonice Rey. Belém: MC Stúdios. S/d. 1 CD.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: MinC., Fundação Nacional Pró-Memória, SPHAN, 1987.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?*: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

AQUINO, Napoleão Araújo de. *A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins*. In: A (trans) formação histórica do Tocantins. Odair Giraldin (Org). Goiânia: ed. UFG, Palmas: Unitins, 2002.

AUDRIN, José Maria. *Entre Sertanejos e Índios do Norte*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.

_____. *Os Sertanejos Que Eu Conheci*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1947.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. *O caso Pelourinho*. In: Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural. Antonio Augusto Arantes (Org.). São Paulo: Brasiliense / CONDEPHAAT, 1984.

AZEVEDO, Roberto Marinho. *Será o novo Pelourinho um engano?* In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº 23, Brasília: 1994, p. 131-137.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARBOSA, Marinete Menezes. *Prognóstico sobre o Processo de Relocação da Comunidade da Vila Pirraça Atingida pelo Lago da UHE Luís Eduardo Magalhães, no Município de Porto Nacional*. Fundação Universidade do Tocantins. Porto Nacional: 2000.

BARROS, Lorena K. Semana da Cultura ao estilo portuense. *Jornal do Tocantins*, Palmas, 8 jul. 2003. Seção Arte & Vida.

_____. *Araketu* abre programação do Porto Folia. *Jornal do Tocantins*, Palmas, 20 jul. 2003. Seção Arte & Vida.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BORGES, Ana Maria & PALACIN, Luís. *Patrimônio Histórico de Goiás*. Brasília: SPHAN/Pró-Memória / 8ª Diretoria Regional, 1987.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix, 1990.

BOSI, Ecléa. *Cultura e desenraizamento*. In: *Culturas brasileiras: temas e situações*. Alfredo Bosi (Org). São Paulo: Ática, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965. Regula a Ação Popular. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/legislac/nacionais/lei_4.717-65.htm. Acesso em: 15/dez./2003, 15:24:15.

BRASIL. Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/legislac/nacionais/lei7.346-85.htm>. Acesso em: 15/dez./2003, 15:35:04.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/L10257.htm. Acesso em: 21/nov/2003, 16:45:34.; <http://www.abcdacologia.hgg.ia.com.br/politicaestatutocidades.htm>. Acesso em: 21/nov./2003, 16:59:29.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/leis_internet/geral/licen/resconama186.htm .Acesso em 15/dez/2003, 15:30:29.

CANCLINI, Nestor García. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23, 1994.

CANTOCANTINS 2º Festival da Canção. [Gurupi]: WE Stúdio. S/d. 1 CD.

CANTOS DO TOCANTINS. O som, o ritmo e o povo. Pesquisa e produção de Genésio Tocantins. Gurupi: WE Stúdio. S/d. 1 CD.

CAMPELLO, Glauco. *Patrimônio e Cidade, Cidade e Patrimônio*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23, 1994.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1987.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

CASCO, Ana Carmen Amorin Jara. *Reinventando a cidade: um diálogo entre Marco Pólo e o Imperador*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº 29, 2001.

CASCUDO, Luis de Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 1º volume. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Viera Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena d'Ayala. *Patrimônio cultural edificado*. Goiânia: Ed. UCG, 2001.

CORTEJO fúnebre do coreto. Produção José Iramar. Porto Nacional: IN'VÍDEO, 2001. 1 vídeocassete, VHS, son., color.

D'Angelo, Zuleide. Portuense ganha Ilha de Porto Real hoje. *Jornal do Tocantins*, Palmas: 13/jul/2003, Seção Arte & Vida.

DOLES, Dalísia R. Martins. *Os Vales dos Grandes Rios*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, n. 7, Goiânia: 1978.

_____. *Navegação pelo Araguaia e Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG, 1973.

FALCÃO, Joaquim. *A política Cultural de Aloísio Magalhães*. In: MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Roberto Marinho, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

FONTES, Seleucia. Porto Nacional agora com praia permanente. *Jornal do Tocantins*, Palmas, 14/jul/2003. Seção Arte & Vida.

FRANCO, Solange Maria. *Porto em Fato & Verso*. Goiânia: By Solange, 1987.

FUNDAÇÃO CEBRAC. Painel de Especialistas: Análise do EIA do projeto da hidrovía Araguaia-Tocantins, 2000. Disponível em: <http://www.cebrac.org.br/projetos/Araguaia-to>. Acesso em: 10/dez/2003, 18:10:45.

GALVÃO, Marco Antônio. *Breves anotações sobre cidades do ciclo do ouro no nordeste goiano*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, nº 13, Goiânia, 1993.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIRALDIN, Odair. *Pontal e Porto Real: dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos séculos XVIII e XIX*. In: Revista Amazonense de História. V. 1 nº 1, jan/dez/2002.

GODINHO, Durval C. *História de Porto Nacional*. S/e, 1988.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. *Turismo e museus: um potencial a explorar*. In: Turismo e patrimônio Cultural. (organizado por Funari e Pinsky). São Paulo: Editora Contexto, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ /IPHAN, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IBGE. In: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol. XXXVI, Rio de Janeiro, 1958.

IPHAN. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg, Adriane Queiroz Monteiro (Orgs.). Brasília, 1999.

IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

IPHAN. *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: MinC / IPHAN, 2ª ed. 2003.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*; Tradução Mirtes Frange de Oliveira. Pinheiros, Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. *Patrimônio nacional e cultura brasileira*. Brasília, 2002. Manuscrito.

LEITE, João de Souza. *A herança do olhar: o design de Aloísio Magalhães*. Rio de Janeiro: Artviva, 2003.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. *Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1994.

LEMOS, Carlos A.C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEWGOY, Bernardo. *A invenção de um patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado, RS*. Dissertação de Mestrado, UFRS/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 1992.

LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Roberto Marinho, 1997.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. *Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. Tradução: Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MASSEY, Doreen. *Um sentido global do lugar*. In: O espaço da diferença. Antonio A. Arantes (Org). Campinas, SP: Papirus, 2000.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Forma e razão da troca em sociedades arcaicas. In: Sociologia e antropologia. São Paulo: Edusp, 1974.

MAYA, Antônio Luiz. *Reminiscências Eclesiásticas e sacerdotais*. Goiânia, 2002.

_____. *Reminiscências Sociais Portuenses*. Goiânia, 2003.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Identidade cultural e arqueologia*. In: BOSI, Alfredo (Org). Culturas brasileiras: temas e situações. São Paulo: Ática, 1992.

MIGLIACIO, Maria Clara. *O caráter público do patrimônio arqueológico: algumas questões para reflexão*. Campo Grande: Fronteiras: Revista de História, 2002.

MOTTER, Ana Elisete; LUNCKES, Mariseti Cristina Soares; MENDONÇA, Jarbas da Silva. *A construção da identidade regional tocantinense (1989-2000)*. In: Revista Fontes. UNITINS, Centro de Pesquisa Histórico Cultural do Tocantins. Ano: 1 nº 1. Palmas, 2002.

MOURA, Carlos Francisco. *Navegação entre Palma e Belém do Pará no século XIX*. Dicionário de viagem de Vicente Ferreira Gomes (1858-1959). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, n. 12, Goiânia, 1989.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Um Porto no Sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910*. Dissertação de mestrado. UFG, Goiânia, 1997.

O PORTO Submerso. Direção: Pedro Tierra. Produção de Fantasia Luminosa. Porto Nacional: 2001. 1 vídeo (20 min.), VHS, son., color.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Metodologia da Pesquisa: Abordagem Teórica Prática*. Campinas: Papyrus, 1996.

PALACIN, Luís e MORAES, Maria A. de Sant'Anna. *História de Goiás. (1722-1972)* 4ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1986.

Porto Nacional: população revoltada não aceita praia contaminada. *Jornal Mira*, Miracema do Tocantins, 13 a 20 jul.2002, p. 4.

Projeto Básico Ambiental – PBA nº 17. Reurbanização da faixa costeira de Porto Nacional. UHE Lajeado / THEMAG Engenharia / Investco. Abril de 1998.

Projeto Básico Ambiental – PBA nº 21. Recomposição e ampliação das áreas de turismo e lazer de Porto Nacional. UHE Lajeado / THEMAG Engenharia / Investco. Abril de 1998.

RELA, João Carlos. Devastar é inevitável? *Jornal do Tocantins*, Palmas, 9/ago/2000, seção tendências & idéias, p. 4.

REUNIÃO na Câmara sobre o coreto. Produção de José Iramar. Porto Nacional: IN'VÍDEO, 2001. 1 vídeo, VHS, son., color.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Empresas Transnacionais: Um grande projeto por dentro*. Ed. Marco Zero e ANPOCS, Tradução de Marcos Bagno, São Paulo: 1991. Tese de Doutorado.

RIMA – *Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente – UHE Lajeado* - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (THEMAG – Engenharia e Gerenciamento Ltda): Novembro/1996.

RODRIGUES, Edivaldo. O Lago da UHE: As águas que vão consolidar o desenvolvimento de Porto Nacional. *Jornal O Paralelo 13*, Porto Nacional, 5/abr/2000, p. 4.

_____. Início das obras da avenida Beira Rio movimentam centro de Porto Nacional. *Jornal O Paralelo 13*, Porto Nacional, 29/jul/2000, p. 3.

RODRIGUES, Edson. Avenida Beira Rio e Praia de Porto Real: O desrespeito para com a história e a dignidade do povo portuense. *Jornal O Paralelo 13*, Porto Nacional, 15/jun/2002, p. 3.

_____. 20 anos de serviços. *Jornal O Paralelo 13*, Porto Nacional, 4/out/2001. Seção ponto de táxi, p. 2.

RODRIGUES, Marly. *Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo*. In: Turismo e Patrimônio Cultural. (organizado por Funari e Pinsky). São Paulo: Editora Contexto, 2002.

RODRIGUES, Val. Porto folia encerra com *Patrulha do Samba*. *Jornal do Tocantins*, Palmas, 20/jul/2003. Seção arte & vida.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *Entre a Destruição e a Preservação: Notas para o debate*. In: SCHIAVO, Cléia, ZETTEL, Jayme (Coord.). Rio de Janeiro: UERJ/IPHAN, 1997.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: a idéia de patrimônio no Brasil - 1920/1970*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, 1992.

_____. *Nasce a Academia SPHAN*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN / MinC, nº 24, 1996.

SCOTT, R. Parry. *Etnia e nação em dois movimentos de resistência a barragens: México e Brasil*. In: Etnia e Nação na América Latina. George de Cerqueira L. Zarur (Org). Volume II, Série Cultural, 1994.

SILVA, Luis Roberto do Nascimento e. *A escrita das cidades*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, nº 23, 1994.

SILVA, Simone Rosa de. *Campinas: da identidade ao patrimônio*. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) – IGPA, Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2003.

SOARES, Conceição. Usina de Lajeado começa a gerar energia para o país. *O Popular*, Goiânia, 5/out/2001, p.14.

_____. FHC aciona hidrelétrica em Tocantins. *O Popular*, Goiânia, 6/out/2001, p. 10.

SOUZA FILHO, C. F. Marés. *Bens Culturais e Proteção Jurídica*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1999.

THOMPSON, Paul. *A voz do Passado História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TIERRA, Pedro. *Passarinhar*. Goiânia: Oficina de Comunicação, 1993.

_____. Devastar não é inevitável. *Jornal do Tocantins*, Palmas, 9/ago/2000. Seção tendências & idéias, p. 4.

_____. Fábula de Agosto. *Jornal do Tocantins*, Palmas, 26/ago/2000. Seção tendências & idéias, p. 4.

ZUKIN, Sharon. *Paisagens do século XXI*: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: O espaço da diferença. Antonio A. Arantes (Org.). Campinas, SP: Papyrus, 2000.

_____. *Paisagens urbanas pós-modernas*: mapeando cultura e poder. In: O espaço da diferença. Antonio A. Arantes (Org.). Campinas, SP: Papyrus, 2000.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ANEXO: 1

ANEXO: 2

ANEXO: 3

ANEXO: 4

ANEXO: 5

ANEXO: 6

ANEXO: 7

ANEXO: 8

ANEXO: 9